



# DIÁRIO

## da Assembleia da República

XI LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2009-2010)

### REUNIÃO PLENÁRIA DE 18 DE NOVEMBRO DE 2009

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. [Jaime José Matos da Gama](#)

**Secretários:** Ex.<sup>mos</sup> Srs. [Maria Celeste Lopes da Silva Correia](#)  
[Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos](#)  
[Abel Lima Baptista](#)  
[Pedro Filipe Gomes Soares](#)

## SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 7 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos projectos de lei n.ºs 29 a 47/XI (1.ª), do projecto de resolução n.º 14/XI (1.ª) e das apreciações parlamentares n.ºs 13 a 24/XI (1.ª).

Em declaração política, a Sr.ª Deputada [Rita Rato](#) (PCP) trouxe à colação a precariedade laboral dos trabalhadores portugueses, após o que respondeu a pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados [Maria José Gambôa](#) (PS), [José Moura Soeiro](#) (BE) e [Heloísa Apolónia](#) (Os Verdes).

Em declaração política, o Sr. Deputado [Heitor de Sousa](#) (BE) teceu considerações sobre a recusa de visto do Tribunal de Contas à concessão das auto-estradas transmontana e do Douro Interior, tendo respondido a pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados [Jorge Costa](#) (PSD), [Bruno Dias](#) (PCP), [Hélder Amaral](#) (CDS-PP) e [Ana Paula Vitorino](#) (PS).

Também em declaração política, a Sr.ª Deputada [Teresa Caeiro](#) (CDS-PP) falou sobre o aumento do desemprego em Portugal. Respondeu, depois, a pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados [Adão Silva](#) (PSD), [Jorge Machado](#) (PCP), [Sónia Furtuzinhos](#) (PS) e [Heloísa Apolónia](#) (Os Verdes).

Ainda em declaração política, o Sr. Deputado [Miguel](#)

[Frasquilho](#) (PSD), a propósito das estatísticas do emprego relativas ao terceiro trimestre de 2009 reveladas ontem pelo INE, acusou o Governo de ter contribuído para a grave situação que se vive a esse nível, tendo convidado os restantes grupos parlamentares a aprovarem o plano anti-crise que o seu partido apresentou. No final, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados [Mariana Aiveca](#) (BE), [Miguel Laranjeiro](#) (PS) e [Teresa Caeiro](#) (CDS-PP).

Procedeu-se a um debate sobre o Tratado de Lisboa, tendo usado da palavra, a diverso título, além do Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros (Luís Amado), os Srs. Deputados [Telmo Correia](#) (CDS-PP), [José de Matos Correia](#) (PSD), [Cecília Honório](#) (BE), [Francisco de Assis](#) (PS), [José Luís Ferreira](#) (Os Verdes), [Carlos Costa Neves](#) (PSD), [Honório Novo](#) (PCP), [José Manuel Pureza](#) (BE), [Vitalino Canas](#) (PS) e [João Serpa Oliva](#) (CDS-PP).

No encerramento do debate intervieram os Srs. Deputados [José Luís Ferreira](#) (Os Verdes), [Agostinho Lopes](#) (PCP), [José Manuel Pureza](#) (BE), [João Serpa Oliva](#) (CDS-PP), [Guilherme Silva](#) (PSD) e [Sérgio Sousa Pinto](#) (PS) e, por último, o Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Europeus ([Pedro Lourtie](#)).

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 18 horas e 56 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que está aberta a sessão.

*Eram 15 horas e 7 minutos.*

*Deputados presentes à sessão:*

Partido Socialista (PS):

Acácio Santos da Fonseca Pinto  
Ana Catarina Veiga Santos Mendonça Mendes  
Ana Paula Mendes Vitorino  
Anabela Gaspar de Freitas  
António Alves Marques Júnior  
António José Martins Seguro  
António Ramos Preto  
António Ribeiro Gameiro  
Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho  
Aurélio Paulo da Costa Henriques Barradas  
Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão  
Catarina Marcelino Rosa da Silva  
Defensor Oliveira Moura  
Deolinda Isabel da Costa Coutinho  
Eduardo Arménio do Nascimento Cabrita  
Eurídice Maria de Sousa Pereira  
Fernando Manuel de Jesus  
Francisco José Pereira de Assis Miranda  
Glória Maria da Silva Araújo  
Horácio André Antunes  
Inês de Saint-Maurice de Esteves de Medeiros Vitorino de Almeida  
Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargês Gomes  
Jaime José Matos da Gama  
Jorge Filipe Teixeira Seguro Sanches  
Jorge Manuel Capela Gonçalves Fão  
Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro  
Jorge Manuel Rosendo Gonçalves  
José Albano Pereira Marques  
José Carlos Bravo Nico  
José Carlos Correia Mota de Andrade  
José Duarte Piteira Rica Silvestre Cordeiro  
José Eduardo Vera Cruz Jardim  
José João Pinhanços de Bianchi  
José Manuel Lello Ribeiro de Almeida  
José Manuel Pereira Ribeiro  
José Miguel Abreu de Figueiredo Medeiros  
José Rui Alves Duarte Cruz  
João Miguel de Melo Santos Taborda Serrano  
João Paulo Feteira Pedrosa  
João Paulo Moreira Correia  
João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira  
João Raul Henriques Sousa Moura Portugal  
João Saldanha de Azevedo Galamba

---

Júlio Francisco Miranda Calha  
Luiz Manuel Fagundes Duarte  
Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal  
Luís António Pita Ameixa  
Luís Miguel Morgado Laranjeiro  
Luís Miguel Soares de França  
Luís Paulo Costa Maldonado Gonelha  
Luísa Maria Neves Salgueiro  
Lúcio Maia Ferreira  
Manuel António Gonçalves Mota da Silva  
Manuel José de Faria Seabra Monteiro  
Marcos Sá Rodrigues  
Maria Antónia Moreno Areias de Almeida Santos  
Maria Celeste Lopes da Silva Correia  
Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa  
Maria Helena Figueiredo de Sousa Rebelo  
Maria Hortense Nunes Martins  
Maria Isabel Solnado Porto Oneto  
Maria José Guerra Gamboa Campos  
Maria Luísa de Jesus Silva Vilhena Roberto Santos  
Maria Manuela de Almeida Costa Augusto  
Maria Manuela de Macedo Pinho e Melo  
Maria Odete da Conceição João  
Maria da Conceição Guerreiro Casa Nova  
Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina  
Maria de Lurdes Ruivo  
Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro  
Miguel João Pisoeiro de Freitas  
Miguel de Matos Castanheira do Vale de Almeida  
Mário Joaquim da Silva Mourão  
Nuno Miguel da Costa Araújo  
Osvaldo Alberto Rosário Sarmiento e Castro  
Paula Cristina Barros Teixeira Santos  
Paulo Alexandre de Carvalho Pisco  
Pedro Manuel Farmhouse Simões Alberto  
Renato Luís de Araújo Forte Sampaio  
Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves  
Ricardo Manuel de Amaral Rodrigues  
Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz  
Rosalina Maria Barbosa Martins  
Rui José Prudêncio  
Rui José da Costa Pereira  
Sofia Isabel Diniz Pereira Conde Cabral  
Sérgio Paulo Mendes de Sousa Pinto  
Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos  
Teresa Maria Neto Venda  
Teresa do Rosário Carvalho de Almeida Damásio  
Vitalino José Ferreira Prova Canas  
Vítor Manuel Bento Baptista  
Vítor Manuel Brandão de Sousa Fontes

---

Partido Social Democrata (PSD):

Adriano Rafael de Sousa Moreira  
Adão José Fonseca Silva  
Agostinho Correia Branquinho  
Amadeu Albertino Marques Soares Albergaria  
Antonieta Paulino Felizardo Guerreiro  
António Alfredo Delgado da Silva Preto  
António Carlos Sousa Gomes da Silva Peixoto  
António Cândido Monteiro Cabeleira  
António Edmundo Barbosa Montalvão Machado  
António Egrejas Leitão Amaro  
António Fernando Couto dos Santos  
António Joaquim Almeida Henriques  
Arménio dos Santos  
Carina João Reis Oliveira  
Carla Maria Gomes Barros  
Carla Maria de Pinho Rodrigues  
Carlos Alberto Silva Gonçalves  
Carlos Henrique da Costa Neves  
Carlos Manuel Faia São Martinho Gomes  
Celeste Maria Reis Gaspar dos Santos Amaro  
Cristóvão da Conceição Ventura Crespo  
Emídio Guerreiro  
Fernando Nuno Fernandes Ribeiro dos Reis  
Fernando Ribeiro Marques  
Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva  
Hugo José Teixeira Velosa  
Isabel Maria Nogueira Sequeira  
Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte  
Jorge Cláudio de Bacelar Gouveia  
Jorge Fernando Magalhães da Costa  
José Alberto Nunes Ferreira Gomes  
José Eduardo Rego Mendes Martins  
José Luís Fazenda Arnaut Duarte  
José Manuel Marques de Matos Rosa  
José Manuel de Matos Correia  
José Pedro Correia de Aguiar Branco  
José Álvaro Machado Pacheco Pereira  
João Carlos Figueiredo Antunes  
João José Pina Prata  
Luís António Damásio Capoulas  
Luís Filipe Alexandre Rodrigues  
Luís Filipe Montenegro Cardoso de Moraes Esteves  
Luís Filipe Valenzuela Tavares Menezes Lopes  
Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes  
Luís Álvaro Barbosa de Campos Ferreira  
Manuel Filipe Correia de Jesus  
Margarida Rosa Silva de Almeida  
Maria Clara de Sá Moraes Rodrigues Carneiro Veríssimo  
Maria Francisca Fernandes Almeida  
Maria Helena Passos Rosa Lopes da Costa  
Maria José Pinto da Cunha Avilez Nogueira Pinto

Maria Luísa Roseira da Nova Ferreira de Oliveira Gonçalves  
Maria Manuela Dias Ferreira Leite  
Maria Teresa Machado Fernandes  
Maria Teresa da Silva Morais  
Maria da Conceição Feliciano Antunes Bretts Jardim Pereira  
Maria das Mercês Gomes Borges da Silva Soares  
Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas  
Miguel Bento Martins da Costa de Macedo e Silva  
Miguel Jorge Reis Antunes Frasquilho  
Nuno Miguel Pestana Chaves e Castro da Encarnação  
Paulo Cardoso Correia da Mota Pinto  
Paulo César Lima Cavaleiro  
Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos  
Pedro Augusto Lynce de Faria  
Pedro Manuel Tavares Lopes de Andrade Saraiva  
Pedro Miguel de Azeredo Duarte  
Pedro Nuno Mazedra Pereira Neto Rodrigues  
Raquel Maria Martins de Oliveira Gomes Coelho  
Teresa de Jesus Costa Santos  
Ulisses Manuel Brandão Pereira  
Vasco Manuel Henriques Cunha  
Vânia Andrea de Castro Jesus

Partido Popular (CDS-PP):

Abel Lima Baptista  
Altino Bernardo Lemos Bessa  
Artur José Gomes Rêgo  
Cecília Felgueiras de Meireles Graça  
Filipe Tiago de Melo Sobral Lobo d' Ávila  
Isabel Maria Mousinho de Almeida Galriça Neto  
José Duarte de Almeida Ribeiro e Castro  
José Helder do Amaral  
José Manuel de Sousa Rodrigues  
João Guilherme Nobre Prata Fragoso Rebelo  
João Manuel de Serpa Oliva  
Luís Pedro Russo da Mota Soares  
Maria de Assunção Oliveira Cristas Machado da Graça  
Michael Lothar Mendes Seufert  
Nuno Miguel Miranda de Magalhães  
Paulo Sacadura Cabral Portas  
Raúl Mário Carvalho Camelo de Almeida  
Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia  
Teresa Margarida Figueiredo de Vasconcelos Caeiro

Bloco de Esquerda (BE):

Ana Isabel Drago Lobato  
Catarina Soares Martins  
Fernando José Mendes Rosas  
Francisco Anacleto Louçã  
Heitor Nuno Patrício de Sousa e Castro

Helena Maria Moura Pinto  
José Borges de Araújo de Moura Soeiro  
José Guilherme Figueiredo Nobre de Gusmão  
José Manuel Marques da Silva Pureza  
João Pedro Furtado da Cunha Semedo  
Luís Emídio Lopes Mateus Fazenda  
Maria Cecília Vicente Duarte Honório  
Mariana Rosa Aiveca Ferreira  
Pedro Filipe Gomes Soares  
Pedro Manuel Bastos Rodrigues Soares  
Rita Maria Oliveira Calvário

Partido Comunista Português (PCP):

Agostinho Nuno de Azevedo Ferreira Lopes  
António Filipe Gaião Rodrigues  
Artur Jorge da Silva Machado  
Bernardino José Torrão Soares  
Bruno Ramos Dias  
Francisco José de Almeida Lopes  
Jerónimo Carvalho de Sousa  
José Batista Mestre Soeiro  
José Honório Faria Gonçalves Novo  
João Guilherme Ramos Rosa de Oliveira  
Miguel Tiago Crispim Rosado  
Paula Alexandra Sobral Guerreiro Santos Barbosa  
Rita Rato Araújo Fonseca

Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV):

Heloísa Augusta Baião de Brito Apolónia  
José Luís Teixeira Ferreira

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, os Srs. Secretários vão proceder à leitura do expediente.

O Sr. **Secretário** (Paulo Batista Santos): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, deram entrada na Mesa, e foram admitidos, os projectos de lei n.ºs 29/XI (1.ª) — Alteração ao Decreto-Lei n.º 220/2006, de 3 de Novembro, majorando a prestação do subsídio de desemprego (CDS-PP), que baixou à 11.ª Comissão, 30/XI (1.ª) — Altera a lei da nacionalidade, estendendo a nacionalidade portuguesa originária aos netos de portugueses nascidos no estrangeiro (PSD), que baixou à 1.ª Comissão, 31/XI (1.ª) — Prolongamento excepcional do subsídio de desemprego (PSD), que baixou à 11.ª Comissão, 32/XI (1.ª) — Redução extraordinária da taxa social única suportada pelos empregadores (PSD), que baixou à 11.ª Comissão, 33/XI (1.ª) — Altera o Código do Imposto sobre as Pessoas Colectivas (IRC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de Novembro, extinguindo o pagamento especial por conta (PSD), que baixou à 5.ª Comissão, 34/XI (1.ª) — Altera o artigo 22.º do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 de Dezembro (PSD), que baixou à 5.ª Comissão, 35/XI (1.ª) — Revoga as taxas moderadoras no internamento e em cirurgias em ambulatório, aplicadas no âmbito do Serviço Nacional de Saúde (PSD), que baixou à 10.ª Comissão, 36/XI (1.ª) — Suspensão do modelo de avaliação do desempenho do pessoal docente (CDS-PP), que baixou à 8.ª Comissão, 37/XI (1.ª) — Proíbe a aplicação de taxas, comissões, custos, encargos ou despesas às operações de multibanco através de cartões de débito (PCP),

que baixou à 5.<sup>a</sup> Comissão, e 38/XI (1.<sup>a</sup>) — Altera o Código de Processo Penal, visando a defesa da investigação e a eficácia do combate ao crime (PCP), que baixou à 1.<sup>a</sup> Comissão.

O Sr. **Secretário** (Pedro Filipe Soares): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, deram ainda entrada na Mesa, e foram admitidas, as seguintes iniciativas legislativas: projectos de lei n.º 39/X (1.<sup>a</sup>) — Altera o mecanismo da redução de actividade e suspensão do contrato de trabalho (*lay-off*), reforçando os direitos dos trabalhadores (PCP), que baixou à 11.<sup>a</sup> Comissão, 40/XI (1.<sup>a</sup>) — Revoga o Decreto-Lei n.º 137-A/2009, de 12 de Junho, que aprova o regime jurídico aplicável à CP — Comboios de Portugal, EPE, bem como os respectivos Estatutos, e autoriza a autonomização da actividade do transporte de mercadorias, revogando o Decreto-Lei n.º 109/77, de 25 de Março, que aprovou os Estatutos da Caminhos de Ferro Portugueses, EP (PCP), que baixou à 9.<sup>a</sup> Comissão, 41/XI (1.<sup>a</sup>) — Actualização extraordinária das bolsas de investigação. Primeira alteração à Lei n.º 40/2004, de 18 de Agosto (Estatuto do Bolseiro de Investigação) (PCP), que baixou à 8.<sup>a</sup> Comissão, 42/XI (1.<sup>a</sup>) — Estatuto do Pessoal de Investigação Científica em formação (PCP), que baixou à 8.<sup>a</sup> Comissão, 43/XI (1.<sup>a</sup>) — Cria o tipo criminal de enriquecimento ilícito (BE), que baixou à 1.<sup>a</sup> Comissão, 44/XI (1.<sup>a</sup>) — Altera o Código Penal e a Lei n.º 34/87, de 16 de Julho, em matéria de corrupção (BE), que baixou à 1.<sup>a</sup> Comissão, 45/XI (1.<sup>a</sup>) — Revoga as taxas moderadoras que não dependem da vontade dos utentes (PCP), que baixou à 10.<sup>a</sup> Comissão, 46/XI (1.<sup>a</sup>) — Revoga o regime dos PIN e dos PIN + (BE), que baixou à 6.<sup>a</sup> Comissão, e 47/XI (1.<sup>a</sup>) — Isenção total de taxas moderadoras nas cirurgias de ambulatório e nos internamentos (CDS-PP), que baixou à 10.<sup>a</sup> Comissão; e projecto de resolução n.º 14/XI (1.<sup>a</sup>) — Recomenda que, no âmbito do processo negocial em curso e no prazo de 30 dias, seja revogada a divisão da carreira docente nas categorias hierarquizadas de «Professor» e «Professor titular» e seja concretizado um novo regime de avaliação do desempenho dos docentes (PSD), que baixou à 8.<sup>a</sup> Comissão.

O Sr. **Secretário** (Abel Baptista): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, deram ainda entrada na Mesa, e foram admitidas, as apreciações parlamentares n.ºs 13/XI (1.<sup>a</sup>) — Relativa ao Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de Agosto, que procede à alteração do Estatuto da Carreira Docente Universitária, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 448/79, de 13 de Novembro (BE), 14/XI (1.<sup>a</sup>) — Relativa ao Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, que, no uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 86/2009, de 28 de Agosto, estabelece o regime da organização dos serviços das autarquias locais (PCP), 15/XI (1.<sup>a</sup>) — Relativa ao Decreto-Lei n.º 239/2009, de 16 de Setembro, que estabelece os direitos e os deveres dos agentes de polícia municipal, assim como as condições e o modo de exercício das respectivas funções, regulamentando a Lei n.º 19/2004, de 20 de Maio (PCP), 16/XI (1.<sup>a</sup>) — Relativa ao Decreto-Lei n.º 294/2009, de 13 de Outubro, que, no uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 80/2009, de 14 de Agosto, estabelece o novo regime do arrendamento rural (PCP), 17/XI (1.<sup>a</sup>) — Relativa ao Decreto-Lei n.º 173/2009, de 3 de Agosto, que aprova o estatuto das denominações de origem e indicação geográfica da Região Demarcada do Douro (PCP), 18/XI (1.<sup>a</sup>) — Relativa ao Decreto-Lei n.º 165-B/2009, de 28 de Julho, que estabelece o regime jurídico aplicável ao pessoal dos centros culturais portugueses do Instituto Camões, IP (BE), 19/XI (1.<sup>a</sup>) — Relativa ao Decreto-Lei n.º 295/2009, de 13 de Outubro, que, no uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 76/2009, de 13 de Agosto, altera o Código de Processo do Trabalho, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 480/99, de 9 de Novembro (PCP), 20/XI (1.<sup>a</sup>) — Relativa ao Decreto-Lei n.º 165-B/2009, de 28 de Julho, que estabelece o regime jurídico aplicável ao pessoal dos centros culturais portugueses do Instituto Camões, IP (PCP), 21/XI (1.<sup>a</sup>) — Relativa ao Decreto-Lei n.º 254/2009, de 24 de Setembro, que aprova o Código Florestal (PCP), 22/XI (1.<sup>a</sup>) — Relativa ao Decreto-Lei n.º 207/2009, de 31 de Agosto, que procede à alteração do Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho (CDS-PP), 23/XI (1.<sup>a</sup>) — Relativa ao Decreto-Lei n.º 165-B/2009, de 28 de Julho, que aprovou o regime jurídico do pessoal dos centros culturais portugueses do Instituto Camões, IP (PSD), e 24/XI (1.<sup>a</sup>) — Relativa ao Decreto-Lei n.º 207/2009, de 31 de Agosto, que procede à alteração do Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 69/88, de 3 de Março (PSD).

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos dar início às declarações políticas.

A primeira oradora inscrita para este efeito é a Sr.<sup>a</sup> Deputada Rita Rato, a quem concedo a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Rato** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A precariedade laboral é uma praga social que atinge hoje cerca de 1 452 600 trabalhadores, sobretudo jovens e mulheres.

Não são números! São demasiados «Antónios» e «Marias», que vivem com a angústia de conhecer novamente o desemprego; que não sabem quando e se terão direito ao domingo na folga semanal; que não sabem se vão receber sempre a dia certo; que não sabem se terão perspectiva de valorização do seu trabalho e progressão na carreira. São também enfermeiros, professores, psicólogos e outros, que escondem habilitações académicas para ter um ganha-pão.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Exactamente!

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Rato** (PCP): — São pessoas disponíveis para quase tudo, para em troca receberem uma mão cheia de quase nada.

A política laboral deste Governo e dos seus antecessores representa um retrocesso civilizacional, que agrava a exploração e fragiliza os direitos dos trabalhadores, enquanto reforça o poder dos grandes grupos económicos e do patronato. A defesa mistificada da precariedade, primeiro, pelo governo PSD/CDS-PP e, depois, pelo anterior governo PS, foi erguida contra o direito ao trabalho consagrado na Constituição da República Portuguesa. Aproveitando preceitos da legislação laboral e a sua violação, à boleia da fragilidade da inspecção do trabalho e da ineficácia da justiça laboral, a precariedade de excepção passou a regra, de caso isolado passou a uma quase inevitabilidade.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Exactamente!

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Rato** (PCP): — Para o PCP, a precariedade não é uma dimensão «pós-moderna e global» da nossa economia! A precariedade representa formas de exploração seculares, que urge erradicar, como já foi erradicado o trabalho infantil. Portugal é o terceiro país da União Europeia com maior nível de precariedade — são um em cada três os jovens que, face à precariedade do seu vínculo laboral, só conhecem a precariedade da vida: obstáculos à sua autonomia e independência, insegurança laboral e pessoal.

Por tudo isto, é urgente garantir que a um posto de trabalho permanente corresponda um vínculo efectivo.

Mas, perante esta praga social, o que apresenta o Governo PS? Um «pacto para o emprego», que corresponde a um manifesto à precariedade escamoteada, que não defende direitos para os que não os têm, mas que retira, sim, direitos àqueles que têm alguns. Pretende acabar com os recibos verdes na Administração Pública, não para integrar estes trabalhadores no quadro mas para os despedir, como fez a mais de 56 000, ou para os transformar em empresários em nome individual — nome eufemístico de precário.

É o próprio Estado que mantém mão-de-obra qualificada a recibos verdes — veja-se na Autoridade para as Condições do Trabalho e no Instituto Tecnológico e Nuclear! Promove o trabalho temporário, permitindo que muitos centros de emprego funcionem hoje como entrepostos das empresas de trabalho temporário.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — É verdade!

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Rato** (PCP): — Na primeira semana de Novembro, os trabalhadores de fiscalização de uma empresa de transporte ferroviário conquistaram, com a sua luta, a integração efectiva na empresa sem passar pela incerteza de três anos renovados anualmente. Foi uma vitória da luta dos trabalhadores, mas foi também uma vitória da democracia portuguesa, que deve animar todos aqueles que lutam pelo direito ao emprego — e ao emprego com direitos!

*Aplausos do PCP.*

É urgente promover a estabilidade do emprego, cumprindo e fazendo cumprir o direito ao trabalho e à segurança no emprego, assegurando vínculos de trabalho estáveis e combatendo todas as formas de precariedade.



Por isso, o PCP defende: a revogação da norma do Código do Trabalho que discrimina os jovens e outros trabalhadores à procura do primeiro emprego; o reforço da fiscalização do cumprimento das normas de trabalho, nomeadamente no uso abusivo e ilegal de contratos a termo, dos falsos recibos verdes e do trabalho temporário, bem como a criminalização do falso recurso aos recibos verdes; o aperfeiçoamento da legislação para que os contratos de trabalho a termo sejam limitados a necessidades efectivamente temporárias de trabalho; e a regularização da situação dos trabalhadores com falsos recibos verdes, nomeadamente na Administração Pública.

Dando voz às concretas aspirações dos trabalhadores, denunciámos ainda a situação dos trabalhadores de um estaleiro de reparação naval, em Setúbal, onde muitos dormem em contentores e outros chegam do Bairro da Bela Vista e da Quinta da Princesa para jogar a sua sorte às 7 horas da manhã, numa praça de jorna do século XXI: dos cerca de 2000 trabalhadores desta empresa, apenas 200 têm um vínculo efectivo — tal como nos anos 30, da Grande Depressão, quando os patrões apenas escolhiam os mais fortes para trabalhar, tal como nas fábricas de indústria conserveira, onde só havia trabalho quando tocava a sirene...!

São condições de trabalho desumanas e indignas próprias do século XIX que o Partido Socialista, pelo Código do Trabalho de Vieira da Silva, retomou e que, pelo Pacto para o Emprego da nova Ministra, pretende aprofundar, intrometendo-se abusivamente no direito dos trabalhadores à contratação colectiva para impor a adaptabilidade e a desregulamentação dos horários de trabalho, assumindo já, na esteira do Livro Verde, a introdução da «flexigurança à portuguesa».

São estes e tantos outros exemplos que dão mais força às nossas propostas e que colocam como questão inadiável a urgente erradicação da precariedade laboral.

Os trabalhadores podem contar sempre com o Partido Comunista Português.

*Aplausos do PCP e de Os Verdes.*

O Sr. **Presidente**: — Inscreveram-se, para pedir esclarecimentos, três Srs. Deputados, sendo que a Sr.<sup>a</sup> Deputada Rita Rato informou a Mesa de que responderá no final.

Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Maria José Gambôa.

A Sr.<sup>a</sup> **Maria José Gambôa** (PS): — Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero saudar, de uma forma muito fraternal, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Rita Rato que hoje se estreia aqui connosco, trazendo o seu pensamento e uma reflexão que geracionalmente encarna de uma forma muito saudável. Queria desejar-lhe as maiores felicidades na sua vida aqui, como Deputada.

Sr.<sup>a</sup> Deputada, quero manifestar-lhe a nossa sensibilidade em relação a todas as matérias que identificou na sua intervenção.

Para o Partido Socialista, o combate ao trabalho precário, especialmente quando é dirigido aos jovens, que é o grupo que mais precisa de ter esperança e capacidade de apostar na reorganização do mundo de trabalho, constituiu a maior aposta na última Legislatura tanto em sede de Código Contributivo como na organização de um conjunto de incentivos que dirigimos às entidades patronais no sentido de optarem pela contratação em substituição dessa forma vergonhosa que são os recibos verdes falsos.

Ao nível do emprego, procurámos criar um conjunto de medidas de política activa de emprego dirigidas também em particular aos jovens, muitos deles muito qualificados, que tiveram uma resposta positiva.

Se pergunta se estamos satisfeitos com o cumprimento destes nossos objectivos, digo-lhe que não. Continua a ser, para nós, uma grande amargura saber que os jovens portugueses têm pela sua frente um espaço de muita intranquilidade, de muita falta de esperança e de muito pouca oportunidade no sentido da sua estabilidade.

Mas acreditamos, porque sempre acreditámos no Partido Socialista, que são os homens e as mulheres que constroem as soluções, que conseguem adquirir melhores competências e melhor segurar uma geração que precisa que façamos alguma coisa de uma forma lúcida, inteligente e comprometida por ela.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Moura Soeiro.

O Sr. **José Moura Soeiro** (BE): — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Rita Rato, trouxe hoje, aqui, um tema da maior relevância, porque a precariedade se tem tornado a condição normal do mercado de trabalho para todos os trabalhadores, em particular para os que entram agora no mercado de trabalho e que constituem, também, devido às leis que foram aprovadas pelo Partido Socialista, uma verdadeira «geração *low-cost*» sem direitos, sem perspectivas e sem autonomia.

Segundo dados publicados ontem no *Diário Económico*, sete em cada oito pessoas contratadas há menos de 12 meses têm contrato a prazo, trabalham a recibo verde, trabalham para empresas de trabalho temporário! Sete em cada oito! E só 10% das pessoas contratadas a prazo acabam por ser integradas nos quadros das empresas. E esta é a realidade.

Por isso, depois de ouvir a Sr.<sup>a</sup> Deputada do Partido Socialista falar em sensibilidade e dizer que também sentem vergonha pelos falsos recibos verdes, pergunto-lhe se não seria a hora de exigir ao Governo medidas concretas, porque sabemos que as medidas políticas que o Governo tem tomado promovem a precariedade. Refiro-me não só os programas que implementa — temos o exemplo das áreas de enriquecimento curricular ou do investimento da ciência feito à custa da precariedade dos bolsseiros — mas também as próprias leis do trabalho, aos estágios não remunerados, aos programas ocupacionais que são verdadeiras formas de «precariedade assistida» pelo Estado.

Portanto, pergunto-lhe se não é de exigir ao Partido Socialista que altere o Código do Trabalho, que consagra a precariedade, que altere o Código Contributivo, que incentiva os recibos verdes, que altere a lei do trabalho temporário, que incentiva essa verdadeira forma de falcatura laboral que são as empresas de trabalho temporário, e se não é tempo de acabar com a vergonha — porque se temos vergonha temos de ter atitudes consequentes, Sr.<sup>a</sup> Deputada Maria José Gamboa! — que é a precariedade na Administração Pública, a começar pelos inspectores da Autoridade para as Condições do Trabalho que estão a recibo verde.

*Aplausos do BE.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.<sup>a</sup> **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Rita Rato, creio que trouxe aqui um tema da maior importância, porque hoje, designadamente face aos números que foram divulgados, é muito importante discutir a questão do desemprego paralelamente com a questão das condições do trabalho. É da maior importância!

Sr.<sup>a</sup> Deputada, no outro dia, por acaso, estava num estabelecimento comercial e ouvi (porque havia a possibilidade de ouvir) uma conversa entre duas funcionárias desse estabelecimento comercial, uma das quais se lamentava pelo facto de não poder gozar da sua folga semanal e que há muito tempo não gozava das suas folgas. Segundo dizia, não tinha a mínima possibilidade de acompanhar a filha nem tão-pouco podia compatibilizar essa incapacidade com o pai da criança. A pessoa estava altamente fragilizada, isso era perfeitamente notório. Dizia a sua colega de trabalho: «Queixa-te! Reclama da tua situação!», ao que ela respondia uma coisa tão simples e grave quanto esta: «Esqueces-te de que estou contratada por seis meses?!»...

Pergunto-lhe, Sr.<sup>a</sup> Deputada, se alguém consegue ficar insensível a estas situações que estão profundamente generalizadas no nosso país. Estamos ou não estamos a falar de pessoas que têm direito à sua dignidade e à compatibilização do seu trabalho com a sua vida familiar? No fundo, uma coisa tão simples quanto esta: são pessoas que têm direito a viver a sua vida e a sustentar-se na sua vida!

A segunda questão decorre um pouco da intervenção do Partido Socialista. A Sr.<sup>a</sup> Deputada não nota uma grande diferença entre o discurso do Partido Socialista em relação à precariedade e as medidas que depois são concretamente tomadas por este Partido Socialista? Não costuma ouvir o Partido Socialista dizer que uma das suas grandes bandeiras é o combate à precariedade, mas depois nota, nas alterações ao Código do Trabalho e em tantas outras medidas aprovadas pelo PS e propostas pelo Governo, que a grande questão é a generalização dos contratos a prazo e a desregulamentação dos horários de trabalho como se isso viesse beneficiar altamente o País?

Pois, o que reparamos é que, desde a aprovação do Código do Trabalho em 2003, muitas mais empresas encerraram. Afinal, o que é que estas medidas estão concretamente a beneficiar? Que interesses concretos estão a ser beneficiados?

Sr.<sup>a</sup> Deputada, de uma coisa temos a certeza: os trabalhadores, os funcionários que trabalham no nosso país não beneficiam seguramente. Com estas medidas temos pessoas mais inseguras, mais fragilizadas na sua vida.

Não nota, portanto, Sr.<sup>a</sup> Deputada, essa grande diferença entre o discurso e a prática e não considera que esta diferença tem efectivamente de ser denunciada aos olhos dos portugueses?

O Sr. **José Luís Ferreira** (Os Verdes): — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Rita Rato.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Rato** (PCP): — Obrigada, Sr. Presidente.

Relativamente às questões que me foram colocadas, agradeço desde já a simpatia da Sr.<sup>a</sup> Deputada do Partido Socialista. No entanto, parece que a simpatia fica pela sua opinião, porque no dia da discussão do Programa do Governo o que aqui tivemos foi mais do mesmo: ouvimos pelas palavras da Sr.<sup>a</sup> Ministra que a precariedade vai continuar a ser a antecâmara do desemprego, que o que o Governo tem para contrariar os 8500 estágios profissionais que constam no Programa do Governo é a manutenção da norma no Código do Trabalho que discrimina os jovens à procura do primeiro emprego.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Exactamente!

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Rato** (PCP): — De facto, o que nos preocupa profundamente e julgo que à maior parte dos portugueses é que, só no mês de Setembro, 44% dos processos que deram entrada nos centros de emprego vieram pela não renovação dos contratos.

Portanto, após um dia da divulgação dos números do INE relativos ao desemprego, falar da precariedade é falar de duas dimensões da dignidade humana que têm de ser combatidas.

Relativamente a esta matéria, o PCP tem propostas concretas — não nos ficamos apenas pelas palavras. Temos políticas que provavelmente vão ser discutidas com os Srs. Deputados e o Governo terá oportunidade de referenciar o que desempenha fazer.

De facto, preocupa-nos que hoje, em 2009, este Governo queira praticar condições de trabalho dignas do século XIX. Estamos no século XXI e entendemos que na base do desenvolvimento da nossa economia não devem estar relações de trabalho degradadas que já marcaram séculos e séculos de exploração. Muito pelo contrário!

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Rato** (PCP): — O que tem de estar na base do desenvolvimento da nossa economia é o reconhecimento do trabalho, da valorização do trabalho e dos trabalhadores, porque apenas poderá haver desenvolvimento económico se houver o reconhecimento de um dos direitos mais elementares da dignidade humana que é o direito à segurança no trabalho.

Por parte do PCP não nos ficaremos apenas por esta declaração política, porque certamente teremos muitas oportunidades para levar as nossas propostas à discussão e, de uma vez por todas, erradicar esta praga social que é a precariedade, dando direito ao trabalho e ao trabalho com direitos.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma declaração política pelo Bloco de Esquerda, tem a palavra o Sr. Deputado Heitor de Sousa

O Sr. **Heitor de Sousa** (BE): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: No momento em que a exigência da transparência da acção económica do Estado é maior do que nunca, o Bloco de Esquerda traz a este Parlamento o caso singular da Estradas de Portugal em que uma certeza se avoluma: segundo o Tribunal de Contas, o Estado já perdeu larguíssimas dezenas de milhões de euros.

A Estradas de Portugal, contrariando todas as regras da boa gestão, renunciou a um pagamento à cabeça de 200 milhões de euros dos concorrentes à concessão da auto-estrada transmontana e do Douro Interior. De acordo com o Tribunal de Contas, que recusou o visto a estas duas novas concessões, o esforço financeiro actualizado do Estado com o novo concurso aumentou, num caso, 60 milhões de euros (Douro Interior) e no outro 80 milhões (auto-estrada transmontana), isto é, entre a proposta inicial e a negociação final a Estradas de Portugal conseguiu a proeza de deitar ao lixo 140 milhões de euros dos contribuintes.

Vale a pena citar textualmente o acórdão do Tribunal de Contas. Trata-se, em ambos os casos, de uma «degradação das condições oferecidas ao concedente na fase final das negociações, contrariando as regras que a própria Estradas de Portugal estabeleceu no programa de concurso». Não podia ser mais claro!

Esta estranha forma de gestão é apenas mais um episódio a juntar à longa lista de decisões por explicar com a adjudicação das novas concessões SCUT. Nas seis novas estradas que já passaram à fase final de negociação os valores propostos pelos concorrentes apontavam para custos públicos de 1755 milhões de euros; agora, com a negociação final, a factura irá ficar em 2444 milhões de euros. Um desvio de mais de 39%, representando um esforço público adicional de 619 milhões de euros.

O Governo do Partido Socialista deve dar explicações a este Parlamento sobre esta contradição entre as cláusulas do contrato firmado e a Lei da Contratação Pública, a qual garante que nenhuma negociação final pode determinar um encargo superior para o Estado ao da proposta inicial.

Mas não haverá limites que o próprio respeito da legalidade e das regras de transparência impõem? Porque é que em todas as parcerias público-privadas, da Lusoponte ao Hospital de Cascais, das auto-estradas à gestão do Hospital Amadora-Sintra, fica a convicção, reiteradamente confirmada pelos acórdãos do Tribunal de Contas, de que o Estado assume os prejuízos e entrega a parte de leão aos concorrentes privados?

É uma originalidade nacional...! O capitalismo sem riscos! O Estado assegura os riscos e distribui os lucros a um sector empresarial que vive de generosas rendas concedidas por governantes e administradores públicos, que não assumem o interesse colectivo e a defesa dos recursos públicos.

Tem a Estradas de Portugal alegado que tais «alterações» se justificarão à luz da nova situação de crise que tem abalado o sistema financeiro capitalista à escala internacional. Pode e deve discutir-se o efeito da crise internacional na negociação final destes contratos, mas o que se verifica, ao contrário do que afirma Almerindo Marques, é que, mesmo em crise, o Estado, em vez de ser poupado e cuidadoso, foi perdulário e deixou-se prejudicar na escolha final dos concursos. De facto, pelo menos em três dos seis casos em análise pelo Tribunal de Contas, as propostas finais vencedoras foram adjudicadas por valores superiores às propostas de outros concorrentes, na primeira fase do concurso. O Estado perdeu dinheiro com estas decisões e toda a dúvida sobre a transparência do processo é legítima.

Este conjunto de situações põe também em causa o modelo de financiamento da construção e exploração das infra-estruturas rodoviárias que, sob a forma de parcerias público-privadas, têm vindo a ser prosseguidas tendo em vista a execução do Plano Rodoviário Nacional de 2005.

Se considerarmos a conta global dos encargos para o País da execução do programa de SCUT, de 1997 até 2009, e contando com os valores estimados para a auto-estrada do Pinhal Interior e para a auto-estrada do centro, chegamos a um valor total que ultrapassa os 20 mil milhões de euros, a pagar ao longo de um período que varia entre 20 e 30 anos.

Sejamos claros: 20 mil milhões de euros é um valor 15 vezes superior à modernização do parque escolar, 60 vezes superior ao do mais moderno hospital e seis vezes superior ao custo do aeroporto de Lisboa!!

Face a isto, não podemos deixar de interrogar: este esforço financeiro do Estado serve, de facto, o verdadeiro desenvolvimento económico e social do País ou serve, na sua esmagadora maioria, para subvencionar, de forma encapotada, os interesses privados dos grandes grupos económicos à custa da contribuição de todos?

Quantas escolas poderiam ser reabilitadas? Quantos centros urbanos poderiam ser requalificados? Quantos hospitais ou centros de saúde poderiam ser construídos? Quantos quilómetros de estradas nacionais,

regionais e municipais poderiam ser requalificados? Quantas empresas de transportes públicos poderiam ser apoiadas? Quantos empregos, directos e indirectos, poderiam ser garantidos com tão grande esforço financeiro público? Colocar estas questões já é responder-lhes.

O Bloco de Esquerda considera que a inversão deste rumo e a reflexão sobre os objectivos e a qualidade do investimento público são condição fundamental da democracia económica e da justiça social em que queremos viver.

*Aplausos do BE.*

O Sr. **Presidente**: — Inscreveram-se quatro Srs. Deputados para pedir esclarecimentos. Tem a palavra, em primeiro lugar, o Sr. Deputado Jorge Costa.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Heitor de Sousa, quero, em primeiro lugar, dar as boas-vindas ao Bloco de Esquerda por ter abordado esta temática da Estradas de Portugal que o PSD tem vindo a debater e a levantar relativamente ao investimento público, denunciando a incapacidade do País em suprir os elevados encargos em que este modelo vai necessariamente fazer incorrer as gerações futuras.

Sempre dissemos que éramos contra este modelo exactamente porque consideramos que o País não tem capacidade para pagar os elevados encargos que advêm do modelo de subconcessões que o Governo tem seguido.

É um modelo que «atira a factura para a frente», que não aceita encargos para o Estado nos primeiros cinco anos do contrato — quer isto dizer que a primeira factura cai a partir de 2013 — e que envolve custos superiores a 1500 milhões de euros por ano durante 30 anos.

Sempre dissemos que estivemos sozinhos nesta questão durante a última legislatura...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Não é verdade! Sozinhos não!

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — ... e, por isso, as minhas primeiras palavras são para dar as boas-vindas ao Bloco de Esquerda relativamente a esta matéria, porque nunca o ouvimos sobre esta questão. Por isso, ainda bem que a traz a debate.

Quero aproveitar para lhe lembrar a posição do PSD relativamente à questão do visto do Tribunal de Contas. É uma matéria em que se colocam questões graves quanto à ausência de visto e relativamente à qual brevemente vamos ter oportunidade de ouvir o Ministro.

Denunciámos, aqui, em devido tempo, que o modelo seguido, a estratégia de não cumprir a legislação sobre as parcerias público-privadas era errada. O Governo veio dizer que se sentia bem com o modelo e, de facto, o Tribunal de Contas, mais uma vez, veio dar razão ao PSD.

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Gostaríamos de saber qual a posição final do Bloco de Esquerda sobre o programa de subconcessões, sobre as subconcessões que estão ainda por lançar, aquelas que estão anunciadas mas que não estão lançadas.

Gostávamos ainda de ouvir o Bloco de Esquerda sobre a propaganda que o Governo se prepara para fazer com este concurso que lançou, que tem por base um milhão de euros, para contratar uma agência de publicidade, como, hoje denunciámos.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Heitor de Sousa, a matéria que trouxe a este Plenário, com o lamentável processo das ditas subconcessões das auto-estradas, transmontana, do Douro Interior, etc., e com a decisão do Tribunal de Contas em recusar o visto prévio a estes negócios, deve, sem

dúvida, merecer uma séria preocupação de todos nós e, mais do que isso, coloca na ordem do dia a exigência de uma ruptura nas opções políticas e nas estratégias a seguir neste sector.

Esta situação concreta, que tem provocado uma inevitável controvérsia na actualidade, é a face mais visível de um problema mais vasto, mais grave e mais preocupante para o presente e para o futuro do País, para as populações, para os trabalhadores, para as micro, pequenas e médias empresas. Este modelo de negócio, que é aplicado na rede rodoviária como em praticamente todos os sectores, resume-se a duas ideias: privatizar o lucro e socializar o prejuízo.

Nesta matéria, PS, PSD e CDS não têm tido grandes diferenças e assumem uma política semelhante, no essencial.

São as parcerias público-privadas, são as concessões e subconcessões, é este modelo de financiamento da rede rodoviária em que a Estradas de Portugal funciona como leiloeira da entrega da gestão da rede rodoviária aos grupos económicos.

Foi o próprio Presidente da Estradas de Portugal que, esta semana, veio colocar a questão central quanto a este modelo quando justificou — ou pretendeu justificar — a dispensa do adiantamento à Estradas de Portugal por parte das concessionárias, dizendo que o Estado e a Estradas de Portugal conseguem encontrar, do ponto de vista bancário e do mercado financeiro, condições mais favoráveis do que se fossem recorrer a este sistema dos concessionários. Isto coloca no centro do debate o papel do Estado e dos grupos económicos que são colocados no meio deste processo.

Deste ponto de vista, a grande questão que se coloca tem a ver exactamente com este modelo de negócio. Estamos a alimentar o lucro de grupos económicos, prejudicando o interesse público, o interesse das populações e garantindo negócios milionários que, com ou sem visto do Tribunal de Contas, com ou sem o cumprimento da legalidade, do ponto de vista político, são inaceitáveis, do ponto de vista económico e social, são um comprometimento grave do nosso futuro e, nesse sentido, merecem a nossa indignação.

Sr. Deputado, devem ou não ser ouvidos também em relação a isto o próprio Tribunal de Contas e a Estradas de Portugal?

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Heitor de Sousa.

O Sr. **Heitor de Sousa** (BE): — Sr. Presidente, agradeço aos Srs. Deputados Jorge Costa e Bruno Dias os pedidos de esclarecimento feitos. Vou tentar repartir a resposta pelas duas intervenções.

Começo por agradecer as palavras simpáticas do Sr. Deputado Jorge Costa e dizer-lhe que a nossa posição relativamente a este modelo de financiamento das parcerias público-privadas é no sentido de ser absolutamente necessário que o Estado aprenda com as más experiências que têm sido sucessivamente aplicadas em vários sectores da actividade económica e que reveja profundamente o seu modelo de financiamento das obras públicas e dos equipamentos públicos que coloca ao dispor da sociedade.

Consideramos que este modelo de financiamento de parcerias público-privadas tem sido completamente ruinoso para o Estado e para a sociedade no seu conjunto e deve ser profundamente revisto.

Surpreende apenas que o Sr. Deputado, que afirmou, com a maior das tranquilidades e convicções, que sempre foram contra este modelo de financiamento das parcerias público-privadas aplicadas às concessões rodoviárias, não consiga, por exemplo, explicar — por razões que desconhecemos... — por que razão é que um dos seus principais dirigentes políticos é, neste momento, consultor jurídico da Estradas de Portugal para justificar a posição relativamente a estes dois contratos, cujo visto prévio foi recusado pelo Tribunal de Contas.

É uma questão que talvez interesse ver mais em detalhe no futuro e, por isso, ficamos interessadíssimos em saber qual a opinião do PSD sobre esta matéria.

**Vozes do BE**: — Muito bem!

O Sr. **Heitor de Sousa** (BE): — Relativamente à intervenção do Sr. Deputado Bruno Dias, estamos completamente de acordo em que este modelo de negócio tem servido para privatizar o lucro e socializar os prejuízos no âmbito das parcerias público-privadas.

O Sr. Deputado citou a frase do Presidente da Estradas de Portugal, Almerindo Marques, que tentou justificar, a propósito da recusa do adiantamento de 200 milhões de euros, que as subconcessionárias das auto-estradas transmontana e do Douro Interior queriam adiantar nestas concessões, que o Estado arranjará melhores condições para esse financiamento. É curioso que o Sr. Presidente da Estradas de Portugal venha invocar este argumento porque, na realidade, o financiamento destas concessões rodoviárias tem sido uma das razões fundamentais para que o próprio Tribunal de Contas rejeite o visto prévio para as mesmas.

Desse ponto de vista, pensamos que se este é um aspecto muito importante para o Sr. Presidente da Estradas de Portugal (perguntamos, juntamente com o Tribunal de Contas), por que é que em ambos os casos não existe qualquer registo de um processo de comprador público entre a proposta de uma subconcessão em modelo de parceria público-privada e a proposta de uma contratação pública com evidentes benefícios, pelo menos segundo o Sr. Presidente da Estradas de Portugal, por exemplo, no financiamento do investimento público?

*Aplausos do BE.*

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Amaral.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Heitor de Sousa, agradeço-lhe o tema que trouxe ao Parlamento e faço um comentário diferente dos anteriores.

É verdade que 140 milhões de euros é muito dinheiro. É verdade que há legitimidade para pôr em causa os concursos e a forma como eles são feitos. Mas para isso existe o Tribunal de Contas e ainda bem que o Tribunal de Contas não deu o seu visto prévio a estas concessões.

Importa, agora, esperar pela posição da Estradas de Portugal e saber se há alterações por via das circunstâncias ou se há algum motivo que possa explicar esta disparidade de preços.

Teremos uma audição com o Sr. Ministro das Obras Públicas... e não me choca ouvir a própria Estradas de Portugal ou até o Tribunal de Contas sobre esta matéria, mas o que importa (e praticamente todas as bancadas o disseram) é o modelo de financiamento que está em causa e saber se o Bloco de Esquerda concorda ou não com estas subconcessões das auto-estradas do Douro Interior e de Trás-os-Montes.

Portanto, gostaria de saber qual a posição do Bloco de Esquerda sobre estas matérias.

Porventura, em termos ideológicos, não gosto nada de ouvir dizer que a culpa é toda das parcerias público-privadas. Se a culpa é toda das parcerias público-privadas, qual é o modelo alternativo? Se o modelo é errado, qual é o modelo alternativo? O Bloco de Esquerda concorda ou não com a introdução de portagens? Concorde ou não com estas obras públicas?

É um facto — também estamos de acordo — que, eventualmente, investimento público em pequenas obras disseminadas por todo o território nacional, que permita uma coesão social e territorial, é aquilo que deve ser feito. De qualquer maneira, estamos a falar de investimento deste género e, pondo de lado a legitimidade, tendo em conta a defesa do interesse público e do investimento público, em saber como é que o dinheiro dos contribuintes é utilizado nestas obras, pondo de lado a razão que tem nesta matéria, gostaria de saber se o Bloco de Esquerda defende, ou não, que o modelo das parcerias público-privadas é um bom modelo, que pode ser melhorado, e se defende a introdução de portagens, fazendo *jus* ao princípio do utilizador/pagador.

*Aplausos do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Paula Vitorino.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Paula Vitorino** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, nesta minha primeira intervenção nesta Assembleia, quero saudar a todos e dar nota da honra que sinto por estar aqui.

Até hoje, já sabíamos que o PSD era contra os grandes investimentos, contra as grandes obras de infra-estruturas de ligação ao interior, de desenvolvimento, de ligação a Bragança, de desenvolvimento do interior do nosso país, mas, num contexto de crise, de criação de emprego, não sabíamos era que o Bloco de Esquerda também era contra...!

Sr. Deputado Heitor de Sousa, de facto, o que está aqui em causa é saber que desenvolvimento queremos. Este Governo, o nosso Governo, apresentou um projecto concreto de obras públicas, um projecto de infra-estruturas de estradas que pretende levar ao desenvolvimento e à coesão social, territorial e económica do nosso país, e também um modelo de financiamento desse desenvolvimento. Portanto, o que o Sr. Deputado põe aqui em causa é exactamente a forma de viabilizar esse modelo de desenvolvimento e esse modelo de coesão social e territorial.

Todos sabemos — já discutimos isso em comissão — que a Estradas de Portugal apresentou recurso da decisão do Tribunal de Contas e, portanto, é um processo que não está concluído. E também todos sabemos que estas infra-estruturas não ficaram mais caras por a Estradas de Portugal ter abdicado de receber um adiantamento, que, de qualquer forma, teria de pagar posteriormente, ou seja, não encareceu o erário público. O que está aqui em causa, portanto, é continuar, mesmo num contexto de crise, a viabilizar o modelo de desenvolvimento do nosso país.

Por isso, Sr. Deputado, gostaríamos de saber se também se junta aos Srs. Deputados do PSD dizendo: «Nós não queremos estradas, não queremos infra-estruturas». É porque se não for assim o Sr. Deputado e o Bloco de Esquerda terão de dizer qual é o modelo de financiamento alternativo que defendem para essas infra-estruturas, que, pelos vistos, não defendem.

Sr. Deputado, o que queremos saber exactamente é qual o modelo de financiamento e de desenvolvimento para o nosso país...

O Sr. **Presidente**: — Peço-lhe que conclua, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Paula Vitorino** (PS): — Vou concluir, Sr. Presidente.

Como eu estava a dizer, o que queremos saber é qual é o modelo alternativo de desenvolvimento e de financiamento que apresenta para o nosso país, sendo certo que já reparámos que nem todos querem o desenvolvimento do nosso país, como é o caso do Bloco de Esquerda!...

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Heitor de Sousa.

O Sr. **Heitor de Sousa** (BE): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero voltar a agradecer as questões que me foram colocadas.

Sr. Deputado Hélder Amaral, a nossa posição sobre o modelo de financiamento das parcerias público-privadas não pode ser mais claro: somos contra este modelo de financiamento das parcerias público-privadas pela simples razão de que este modelo, em 99,9% dos casos em que é aplicado, tem servido para prejudicar o interesse público e para favorecer o interesse privado.

*Aplausos do BE.*

Esta é a razão fundamental por que estamos contra este modelo de financiamento das parcerias público-privadas!

O Sr. Deputado Hélder Amaral sabe perfeitamente que em qualquer um destes concursos públicos é necessário, do ponto de vista das regras processuais e da transparência dos contratos, que fique demonstrado no texto do contrato que, entre o financiamento de *project finance* público-privado e o modelo de financiamento público, há vantagens superiores do financiamento público-privado. Ora, o que se passa nestes contratos, Sr. Deputado Hélder Amaral, é que uma das razões por que o Tribunal de Contas rejeitou o visto prévio — e bem! — foi por não haver esse processo de comparação entre o financiamento público-privado e o financiamento público. Aliás, o Presidente da Estradas de Portugal invoca condições mais favoráveis que podia obter através do financiamento público para rejeitar o adiantamento dos 200 milhões de euros...! Pergunto: por que é que não aplica este mesmo raciocínio ao caso do financiamento deste processo de concessão rodoviária?



Relativamente às questões levantadas pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Paula Vitorino, o Bloco de Esquerda não é contra o investimento público, é a favor do investimento público, desde que ele seja transparente e de qualidade...

*Aplausos do CDS-PP.*

... e que justifique as necessidades e os interesses da população e do desenvolvimento económico e social.

Nós já sabíamos que houve da parte do PSD quem, no passado, dissesse que era contra as forças de bloqueio; agora, com a intervenção da Sr.<sup>a</sup> Deputada, descobrimos que também no caso do Partido Socialista existe quem acha que o Tribunal de Contas é uma força de bloqueio,...

*Aplausos do BE.*

... que deve ser, pura e simplesmente, ignorada, em nome de um processo que não é transparente, que não vem justificado socialmente e que, sobretudo, deixa muitas dúvidas relativamente a quem beneficia deste processo de financiamento.

*Aplausos do BE.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma declaração política, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Teresa Caeiro.

A Sr.<sup>a</sup> **Teresa Caeiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Perante o anúncio, ontem, de que Portugal enfrenta os mais graves números do desemprego dos últimos 23 anos, a nova Ministra do Trabalho e da Solidariedade Social demonstrou-se «surpreendida», pois «não esperava que fossem tão elevados». Surpreendida?! É caso para perguntar: por onde tem andado, Sr.<sup>a</sup> Ministra?!

É porque, de duas, uma: ou a Sr.<sup>a</sup> Ministra, apesar de nova no Governo, já adoptou o velho estilo da governação socialista, que é negar, negar, negar... todas as evidências e adiar, adiar, adiar... a introdução de medidas eficazes de apoio à economia e ao emprego, ou a Sr.<sup>a</sup> Ministra surpreendeu-se mas não se choca, não se indigna e não se impressiona com mais de 450 novos desempregados por dia...!

*Aplausos do CDS-PP.*

É porque estes números do desemprego são assustadores, mas, infelizmente, não são surpreendentes. Se somarmos aos 548 000 desempregados «oficiais», os mais de 183 000 desempregados «reais» que estão entre os inactivos disponíveis, os desencorajados e o subempregados visíveis, chegamos ao terrível número da realidade: cerca de 730 000 pessoas não encontram em Portugal uma nova oportunidade para trabalhar.

Mas a técnica da «negação» agora adoptada pela Ministra do Trabalho tem os seus mentores, porque convém ter memória: José Sócrates considerava, em 2003, que 6,7% de desemprego era «a marca de uma governação falhada», o mesmo José Sócrates que, em 2004, declarava que 7,1% de desemprego era um «valor trágico, que, já há muito, deveria ter feito soar campanhas de alarme»!

Mas para José Sócrates, já na versão Primeiro-Ministro, não soaram campanhas de alarme quando, em Fevereiro de 2009, se atingiu o segundo maior pico de desemprego dos últimos 30 anos, tendo dito mesmo que, apesar de tudo, os números eram «animadores», que a economia continuava «a crescer e a criar emprego!»

**Vozes do CDS-PP:** — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Teresa Caeiro** (CDS-PP): — Também em Maio deste ano, ia a taxa de desemprego em 8,3%, afectando quase 500 000 pessoas, não soaram campanhas de alarme para o governo socialista, que, pelo contrário, antecipava uma «reanimação da economia para os próximos meses». O Ministro das Finanças garantia mesmo que a crise estava a ser «menos negativa para o emprego do que a recessão de 2003».

Tão-pouco soaram campainhas de alarme aos ouvidos socialistas quando, no mesmo mês, a Comissão Europeia previu 545 000 desempregados para 2010. Nada disso! O mesmo Ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, previu, pelo contrário, que o desemprego iria descer até ao fim de 2009...!

Nem em Agosto, já ultrapassados os 0,5 milhões de desempregados, o Governo se deixou abalar nas suas convicções porque quer o Primeiro-Ministro quer o Ministro Vieira da Silva afirmavam peremptoriamente que, em 2010, os números iriam melhorar e que não atingiríamos os 10% de taxa de desemprego...!

O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — Bem lembrado!

A Sr.<sup>a</sup> **Teresa Caeiro** (CDS-PP): — Está à vista a capacidade de previsão deste Governo, ou melhor, está à vista a capacidade de negação deste Governo. Tomara que tivessem razão, porque a verdade é que vamos a caminho dos 10% de desempregados oficiais, e já superamos essa triste barreira em termos reais!

*Aplausos do CDS-PP.*

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Os números do desemprego não são surpreendentes para quem contacta com a população; não são surpreendentes para quem assiste à constante destruição de emprego no sector agrícola, comercial e industrial; não são surpreendentes para as dezenas de milhares de trabalhadores cujas empresas começaram a encerrar em catadupa — algumas delas, curiosamente, depois das eleições; não são surpreendentes para quem saiba que em 20% dos lares portugueses, ou seja, um em cada cinco, mais de um elemento do agregado ficou sem trabalho; e não são, certamente, surpreendentes para o CDS que, há anos, vem alertando para a necessidade de pôr imediatamente em prática medidas anti-crise com verdadeira audácia.

Quando acordarem da surpresa, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados do Partido Socialista — se é que isso algum dia vai acontecer —, o vosso Governo terá de deixar de agir como o *Rei Pasmado* perante uma realidade que está a dilacerar o nosso país. Se há uma evidência que estes números demonstram é que a vossa estratégia — tudo pelo investimento público, nada mais do que investimento público — não é a solução, não gera o emprego necessário.

O CDS mantém o que sempre disse: introduzam urgentemente outra estratégia. Querem salvar empregos? Ajudem as empresas que os criam,...

*Aplausos do CDS-PP.*

... ou seja, tenham uma verdadeira política a favor das PME; paguem integralmente as dívidas do Estado aos seus credores (se a lista de devedores ao Estado é tão rigorosa e tão minuciosa, por que é que o Estado não há-de ser tão rigoroso em relação às dívidas que tem para com os cidadãos?!);...

**Vozes do CDS-PP:** — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Teresa Caeiro** (CDS-PP): — ... reduzam significativamente o pagamento por conta e o pagamento especial por conta; façam a devolução mensal do IVA; aceitem a compensação de créditos; adiem imediatamente, se não querem mais desemprego e falências, a entrada em vigor do novo Código Contributivo;...

*Aplausos do CDS-PP.*

... e moderem, moderem, a carga fiscal, para estimular a economia!

E querem ajudar os desempregados que querem efectivamente trabalhar? Então, façam mais do que ajudar — sendo certo que isso só vai ter efeitos em 2010 — o acesso dos jovens ao subsídio de desemprego, reduzindo, nomeadamente, o período de contribuições necessário para o acesso a esse subsídio, lembrem-se dos casais em que ambos os elementos perderam o emprego. O CDS apresentou uma iniciativa que obriga a

que os dados estatísticos do Instituto de Emprego e Formação Profissional, bem como do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, sejam obrigados a identificar esses casos,...

O Sr. **Presidente**: — Peço-lhe que conclua, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Teresa Caeiro** (CDS-PP): — ... havendo uma majoração, quer no valor quer na duração do subsídio de desemprego, para estas situações de desemprego dos dois elementos do agregado familiar.

Pensem, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados do Partido Socialista, nos desempregados mais velhos, a quem a sociedade não dá uma segunda oportunidade, porque eles se arriscam a ficar sem emprego, sem salário, sem subsídio e sem reforma.

*Aplausos do CDS-PP.*

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, sobretudo do Partido Socialista — e vou concluir, Sr. Presidente —, lembrem-se desta expressão: fractura social. É porque não vejo outra definição para melhor enquadrar a situação do desemprego em Portugal.

Ficaram surpreendidos com estes 548 00 desempregados oficiais?! Não se surpreendam mais, pois o contribuinte não nos paga para ficarmos surpreendidos; paga-nos para darmos as respostas necessárias aos problemas! E, se as vossas respostas não chegam, mudem-nas!

*Aplausos do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Adão Silva.

O Sr. **Adão Silva** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Teresa Caeiro, antes de mais, gostaria de cumprimentá-la pela intervenção que fez.

V. Ex.<sup>a</sup> fez bem em trazer aqui denúncias e, sobretudo, fez bem em realçar as perplexidades retóricas da Sr.<sup>a</sup> Ministra do Trabalho quando confrontada com os números absolutamente insólitos do desemprego em Portugal.

Fez, pois, bem em denunciar tudo isso e permita-me que me agregue à sua denúncia, referindo que a sensação que há em Portugal é a de que o Governo perdeu definitivamente o controlo do desemprego no país. Este Governo, verdadeiramente, não consegue animar a economia, não consegue estimular as empresas e não consegue criar as condições essenciais para que o emprego possa aparecer de modo a combater a situação de desemprego e de precariedade do trabalho.

É preciso recordar sempre que o desemprego é irmão gémeo da pobreza e que a pobreza está a crescer em Portugal na exacta medida em que o desemprego cresce também no nosso país.

Tudo isto acontece quando ainda não se sabem os efeitos do Código Contributivo. É verdadeiramente uma caixa de surpresas quando se olha para as medidas que comportam o aumento dos custos do trabalho, que terão, seguramente, impacto ao nível das empresas e, consequentemente, ao nível do desemprego.

Por isso, Sr.<sup>a</sup> Deputada, penso que, em vez de estarmos, eventualmente, a entrar num processo de competição sobre quem apresenta ou deixa de apresentar projectos de lei ou alternativas ao Código Contributivo, é mais interessante deixar-lhe não uma pergunta mas um desafio, que é o de saber se o CDS-PP também está disponível para, com o PSD e outros partidos da oposição e, espero, também com o próprio Governo e o Partido Socialista, alterar o Código Contributivo de modo a que o mesmo seja um instrumento de fomento de emprego, de criação de condições de empregabilidade, estimulando a economia e tornando as empresas mais robustas.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Machado.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Teresa Caeiro, realmente, os dados que o INE publicou ontem relativamente ao desemprego são dramáticos. Os dados referem 547 000 desempregados — triste *record* que este Governo soma a sucessivos aumentos nos números do desemprego ao longo dos últimos tempos. Além disso, como referiu na sua intervenção, se juntarmos os inactivos, os desmotivados, hoje temos cerca de 697 000 desempregados, isto é, uma taxa que corresponde a mais de 12% da população activa.

Importa dizer que, entre o terceiro trimestre de 2008 e o terceiro trimestre de 2009, tivemos uma destruição líquida do emprego que ronda os 178 000 postos de trabalho, pelo que as declarações da Sr.<sup>a</sup> Ministra são, no mínimo, estranhas. O anterior Ministro do Trabalho, hoje Ministro da Economia, disse que a culpa não é do Governo e o Primeiro-Ministro diz que a culpa é da crise internacional. Portanto, temos um cenário em que uma Ministra diz que não sabe, que está surpreendida com a situação com que se defronta, e outros dois membros do Governo «sacodem a água do capote» dizendo que a culpa não é do Governo e que não é nada com eles.

A questão que se coloca e o desafio que gostaria de lhe deixar, Sr.<sup>a</sup> Deputada, é no sentido de saber se o CDS-PP está convencido de que é preciso uma alteração de fundo na política económica no sentido de deixar de apostar nos sectores especulativos para começar a apostar fortemente nos sectores produtivos.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Esta é que é a questão central para a criação do emprego.

Face a esta situação de emergência, o outro desafio que lhe deixo é o de saber se o CDS-PP está pronto para alterar, de uma vez por todas, as regras de atribuição do subsídio de desemprego. Hoje, apenas cerca de 350 000 desempregados recebem o subsídio de desemprego. Portanto, o que é preciso em relação ao subsídio de desemprego é alterar profundamente as regras da sua atribuição, não através da «operação de cosmética» que o Sr. Primeiro-Ministro anunciou nesta Câmara, que poderá abranger no máximo cerca de 10 000 trabalhadores, mas aumentando os períodos de garantia e de concessão, não apenas em 2010, mas *ad aeternum*, porque este problema da protecção no desemprego é fundamental para que haja emprego e emprego de qualidade. É este o desafio que lhe deixo.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Teresa Caeiro.

A Sr.<sup>a</sup> **Teresa Caeiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Adão Silva, começo por agradecer as suas palavras e por lançar-lhe também um desafio.

Como sabe, o CDS foi o primeiro partido a insistir na necessidade de se adiar e modificar o Código Contributivo que este Governo pretende fazer entrar em vigor dentro de pouco mais de 40 dias. Portanto, com certeza que a minha resposta é «sim».

Ao contrário do que os senhores dizem, o que é necessário não é adiar seis meses a entrada em vigor do Código Contributivo, mas, pelo menos, um ano.

**Vozes do CDS-PP**: — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Teresa Caeiro** (CDS-PP): — Ou seja, é importante fazer entrar este novo Código Contributivo em vigor com alterações e ajustamentos que não prejudiquem ainda mais a nossa economia e outros sectores, nomeadamente as instituições particulares de solidariedade social, mas nunca, em caso algum, antes de 1 Janeiro de 2011.

**Vozes do CDS-PP**: — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Teresa Caeiro** (CDS-PP): — O Sr. Deputado disse, e muito bem, que é inconcebível esta surpresa, esta negação (que é constante) do Governo.

Verificamos, por um lado, que a faixa etária mais jovem se vê incapaz de entrar no mercado de trabalho, não conseguindo muitas vezes ter o tempo de garantia e os descontos necessários para aceder ao subsídio e, por outro lado, que temos pessoas com mais de 45 anos que muito dificilmente (sobretudo no caso das mulheres) terão uma segunda oportunidade para encontrar um emprego.

Ora, este Governo nada faz, nenhuma resposta dá para estas pessoas. Ficarão, como disse há pouco, sem o emprego, sem um subsídio e sem a sua pensão, ou seja, ficarão completamente desprotegidas. Imagine-se quando isto acontece aos dois elementos de um casal.

**Vozes do CDS-PP:** — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Teresa Caeiro** (CDS-PP): — O Sr. Deputado acha que é concebível que o Governo diga que não tem capacidade para dar dados que indiquem o estado civil dos desempregados? Pensamos que isto não é aceitável, porque, qualquer pessoa que se inscreva como desempregado tem de indicar o seu estado civil, dizendo se é casado ou equivalente.

**Vozes do CDS-PP:** — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Teresa Caeiro** (CDS-PP): — Sr. Deputado Jorge Machado, agradeço também as suas palavras e o seu desafio e penso que convém repetir o que já disse.

Confesso que, muitas vezes, não reconheço o vosso discurso. Os senhores parecem acreditar que pode existir emprego sem uma economia próspera. Ora, isso não existe! Quem cria emprego são as empresas.

O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Teresa Caeiro** (CDS-PP): — Quem cria emprego é a economia. Portanto, temos de começar por estimular a economia.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Nós dissemos!

A Sr.<sup>a</sup> **Teresa Caeiro** (CDS-PP): — Os senhores conhecem as nossas propostas. Enunciei algumas aqui. O Estado tem de se comportar como pessoa de bem. Se o Estado pagasse, de uma vez por todas, aquilo que deve às pequenas e médias empresas muitas delas não estariam na asfixia em que hoje vivem, não estariam na eminência de encerrar e lançar muitas pessoas para o desemprego.

Mas há também a questão do pagamento especial por conta. A este respeito pergunto-lhe se concorda ou não com a proposta de medidas, como as que foram adoptadas na Alemanha e na França, no sentido de um alívio fiscal para estimular, para dinamizar a economia.

O Sr. **Presidente:** — Sr.<sup>a</sup> Deputada, faça favor de concluir.

A Sr.<sup>a</sup> **Teresa Caeiro** (CDS-PP): — Vou concluir, Sr. Presidente.

Sem uma economia dinâmica, Sr. Deputado Jorge Machado, não há empregos! É esta a resposta que lhe dou!

*Aplausos do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente:** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Sónia Fertuzinhos.

A Sr.<sup>a</sup> **Sónia Fertuzinhos** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Teresa Caeiro, começou a sua intervenção por tentar acusar o PS de uma atitude de negação em relação ao desemprego. A sua intervenção foi o exemplo perfeito da atitude de negação da oposição (neste caso, do CDS) em relação à crise que vivemos e aos efeitos da mesma na nossa economia e em todas as economias do mundo.

Portanto, Sr.<sup>a</sup> Deputada, o PS recusa, neste debate, entrar numa espécie de concurso para ver quem é que está mais preocupado com o desemprego e para ver quem é que protege mais os desempregados. Assumimos que estamos todos preocupados com o desemprego, nesta Câmara. Podemos divergir nas medidas que apresentamos para o combate ao desemprego e para a promoção do emprego, mas acreditamos que esta é uma preocupação central desta Assembleia. E para servirmos os interesses das pessoas e da nossa sociedade não podemos pôr neste debate a demagogia e o discurso fáceis, porque nenhum de nós tem uma «varinha de condão» para resolver este problema.

O Sr. **Francisco de Assis** (PS): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Sónia Fertuzinhos** (PS): — Em função da crise, Sr.<sup>a</sup> Deputada, temos bem consciência de que existem dificuldades conjunturais, que resultam da crise, mas que há igualmente dificuldades estruturais. E sabemos que qualquer plano para atacar este problema tem de ter em conta estas duas dimensões.

Se olharmos para os dados, Sr.<sup>a</sup> Deputada — e com certeza que quando o desemprego sobre os dados são preocupantes —, verificamos que há dados positivos no crescimento da nossa economia. Portugal é dos países que melhor cresceu nesta conjuntura de crise. Se formos ver o crescimento do desemprego na nossa economia e na economia da União Europeia, por exemplo dos países a 27, verificamos que o desemprego cresceu menos em Portugal do que no conjunto dos países da União Europeia a 27.

Portanto, Sr.<sup>a</sup> Deputada, ao contrário do que quis dizer na sua intervenção neste Plenário, as medidas e as políticas que o Governo tem adoptado em matéria de combate à crise, nomeadamente de combate ao desemprego, têm tido resultados positivos porque, se assim não fosse, estes números não se verificariam.

Gostava também de lhe dizer, Sr.<sup>a</sup> Deputada, que, na sua estratégia de combate à crise, a generalidade dos países apontou, sobretudo, para a aposta no investimento e não para a aposta na redução dos impostos. Consideramos, como de resto considera a maioria dos economistas, que essa seria uma estratégia errada.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, faça favor de concluir.

A Sr.<sup>a</sup> **Sónia Fertuzinhos** (PS): — Vou concluir, Sr. Presidente.

Mas porque o PS, para além de estar preocupado, tem a noção das suas responsabilidades, pelo facto de estar no Governo, gostaria de lhe recordar que, em matéria de medidas e estratégias conjunturais no combate à crise, foi o Governo do PS que aprovou a iniciativa Emprego2009, que envolve e convoca toda a sociedade portuguesa para combater o desemprego.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — O resultado está à vista!

A Sr.<sup>a</sup> **Sónia Fertuzinhos** (PS): — Sobre tudo (e aí temos uma diferença, de facto), uma boa parte do esforço de resposta do PS e do Governo em relação à economia, em relação às pessoas que sofrem do desemprego e às pessoas que podem estar em risco de perder o seu emprego foi, acima de tudo, no sentido de tentar criar condições para segurar o emprego e de não se focar apenas, como faz a oposição, em medidas para melhorar o apoio aos desempregados. Como também sabem (não estou a dar novidade nenhuma), Portugal tem das maiores taxas de cobertura do subsídio de desemprego, cerca de 93%...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Mas os salários são mais baixos!

A Sr.<sup>a</sup> **Sónia Fertuzinhos** (PS): — ... e tem também dos maiores períodos de tempo de atribuição do subsídio de desemprego, que, como é óbvio, abrange homens e mulheres, abrangendo, pois, os casais, no caso de estarem casados.

Por conseguinte, algumas das propostas que o CDS apresenta não têm, de facto, qualquer sentido.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.<sup>a</sup> **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Teresa Caeiro, de facto, hoje era inevitável falar da questão do desemprego, devido aos números que foram conhecidos. Trata-se de uma percentagem de desemprego que quase atinge os 10%, que é tanto mais grave quando estamos a falar do terceiro trimestre do ano e, portanto, daquele período em que, normalmente, o emprego sazonal dá alguma resposta de emprego, e não deu.

O Sr. **José Luís Ferreira** (Os Verdes): — Exactamente!

A Sr.<sup>a</sup> **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Portanto, este número agrava-se ainda devido a esse factor ou a essa realidade.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada Sónia Fertuzinhos diz que não estamos aqui num concurso de preocupação, e não estamos, naturalmente, mas, perante esta situação profundamente preocupante, teremos de entrar num concurso de responsabilidade de acção.

Qual é a postura do Governo? A Sr.<sup>a</sup> Ministra do Trabalho diz que não esperava números tão preocupantes. O Sr. Primeiro-Ministro e o Sr. Ministro da Economia remetem toda a responsabilidade para a crise internacional. Não lhe parece, Sr.<sup>a</sup> Deputada, que, face a estas reacções, há um grande alheamento do Governo relativamente à realidade do nosso país e que há um certo conformismo, dado dizer que a responsabilidade não é de cá, é de lá de fora, e que, quer este alheamento, quer este conformismo, só podem resultar no fracasso das respostas que o Governo dá a esta situação do País?

Por outro lado, o Sr. Primeiro-Ministro já veio aqui anunciar, no debate do Programa do Governo, uma pequena alteração às regras do subsídio de desemprego, procurando resolver a situação de 8000 pessoas, de entre 300 000, que não têm subsídio de desemprego e limitando esta alteração ao ano de 2010 — parece-nos curta a proposta, em face das necessidades reais dos portugueses.

Mas a pergunta que gostava de fazer à Sr.<sup>a</sup> Deputada prende-se com o seguinte: a Sr.<sup>a</sup> Deputada não entende que o Estado deveria dar o exemplo nesta matéria da criação de emprego? É que não me lembro de ter visto o CDS referir-se, alguma vez, à meta da liquidação de 107 000 postos de trabalho na Administração Pública!

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Ora aí está! Bem lembrado!

A Sr.<sup>a</sup> **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — A Sr.<sup>a</sup> Deputada não entende que, perante a situação que se vive no País e em face da gravidade da situação de desemprego, aquela é uma má resposta do Estado, ao liquidar postos de trabalho onde muitos jovens do nosso País poderiam ser integrados, promovendo também o emprego?!

O Sr. **Presidente**: — Faça favor de concluir, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — E também não me lembro nada de ter visto um voto favorável do CDS relativamente a várias propostas de investimento público que foram apresentadas aquando da discussão do Orçamento do Estado; muito pelo contrário, lembro-me de o CDS ter rejeitado todas essas propostas.

Para utilizar a sua expressão, Sr.<sup>a</sup> Deputada, não lhe parece que o investimento público também cria a prosperidade da economia e das empresas a que a Sr.<sup>a</sup> Deputada se refere, quando considera que as empresas do nosso País também dão resposta — e é verdade, todos o sabemos — à criação de emprego?! E não lhe parece que, quando o CDS rejeitou as referidas propostas, juntamente com o PSD...

O Sr. **Presidente**: — Faça favor de concluir, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Vou terminar, Sr. Presidente.

Não lhe parece, Sr.<sup>a</sup> Deputada, que, quando o CDS rejeitou as referidas propostas, juntamente com o PSD e com o PS, propondo sempre o défice como a meta e o grande objectivo das políticas, também contribuiu para limitar essa prosperidade e essa resposta à criação de emprego?!

Sr.<sup>a</sup> Deputada, é preciso que os nossos discursos tenham a ver com as nossas propostas e com as aprovações que fazemos ou não aqui, na Assembleia da República.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Teresa Caeiro.

A Sr.<sup>a</sup> **Teresa Caeiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Heloísa Apolónia, começo por si, agradecendo, desde já, a sua pergunta, para dizer que, de facto, parece é que estamos aqui num concurso de negação: entre os membros do Governo e os Deputados do Partido Socialista, estamos a ver quem nega mais as evidências.

**Vozes do CDS-PP**: — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Teresa Caeiro** (CDS-PP): — Sr.<sup>a</sup> Deputada, Sónia Fertuzinhos, com o Partido Socialista, o desemprego subiu pela primeira vez acima da média europeia. E isto não é nenhum concurso para ver quem está mais preocupado, isto é a realidade.

A segunda realidade é a de que o desemprego, durante o vosso mandato, já tinha começado antes de a crise aumentar. Portanto, é bom que os senhores parem, de uma vez por todas, de usar sempre o álibi da crise para o falhanço das vossas políticas económicas e de trabalho.

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Teresa Caeiro** (CDS-PP): — Depois, Sr.<sup>a</sup> Deputada Sónia Fertuzinhos, a verdade é que, ao contrário do que a senhora diz, temos um crescimento negativo. Não consigo perceber onde é que consegue descobrir algum sucesso! Nem que tivéssemos a sua «varinha de condão»!...

O desemprego não pára de aumentar — estamos a cavalgar muito para cima dos dois dígitos e já ultrapassámos os 700 000 desempregados em termos reais — e a economia cresce negativamente. Onde é que a Sr.<sup>a</sup> Deputada encontra algum sucesso?

Sr.<sup>a</sup> Deputada Heloísa Apolónia, o que lhe digo é aquilo que o CDS sempre disse: não existem melhorias no emprego sem uma economia fluorescente.

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Exactamente!

A Sr.<sup>a</sup> **Teresa Caeiro** (CDS-PP): — Por outro lado, também lhe digo que não é o Estado, só o Estado e só o investimento público que resolvem o problema. Mas nós não rejeitamos, de todo, o investimento público, desde que seja criterioso, o que não aceitamos é qualquer investimento público.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada referiu-se, com certeza, à rejeição de algumas propostas que os senhores fizeram, desculpe que lhe diga, com intuítos eleitoralistas, em sede de PIDDAC. Mas nós fomos favoráveis ao investimento público para melhoramento do parque escolar,...

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — É verdade!

A Sr.<sup>a</sup> **Teresa Caeiro** (CDS-PP): — ... para melhoramento de equipamentos sociais, para melhoramento de pontes e de barragens. Como vê, nós não somos rigorosamente contra todo e qualquer investimento público, pelo contrário. Entendemos é que tem de ter critério.

Já os senhores parecem entender que o problema do desemprego nunca se resolve através da iniciativa privada. Nunca os ouço falar sobre essa hipótese.

Já agora, a propósito do estímulo para o emprego jovem, acabámos de entregar uma iniciativa que obriga a que o Instituto do Emprego e Formação Profissional avise todas as pessoas da região por si enquadrada e que tenham as habilitações adequadas de cada vez que se verifique a abertura de um concurso público. Isto é uma forma de ajudar ao acesso dos desempregados a empregos públicos.

Sr.<sup>a</sup> Deputada Sónia Fertuzinhos, para terminar, eu é que lhe pergunto se os senhores estão ou não disponíveis para ajudar o tecido empresarial através das propostas que o CDS fez, nomeadamente através do



alívio da carga fiscal, através do pagamento das dívidas do Estado aos empresários, através da devolução mensal do IVA, através da suspensão do pagamento especial por conta e do adiamento da entrada em vigor deste Código Contributivo, que não faz qualquer sentido agora e que vai destruir completamente o nosso tecido empresarial e as instituições de solidariedade social.

O Sr. **Pedro Mota Soares** (CDS-PP): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Teresa Caeiro** (CDS-PP): — E também lhe pergunto, Sr.<sup>a</sup> Deputada, se como apoiante do Partido Socialista está disponível para ajudar os casais em que ambos se encontram em situação de desemprego. É que os senhores nem sequer são capazes de divulgar os números!

Por isso, pergunto-lhe: se está disponível e preocupada com esta realidade, vai ou não apoiar a nossa proposta para que seja obrigatória a divulgação desses dados? Está ou não de acordo em que haja uma majoração do subsídio, em termos de valor e de duração, no âmbito das situações que referi?

*Aplausos do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Para a última declaração política de hoje, tem a palavra o Sr.<sup>a</sup> Deputado Miguel Frasquilho.

O Sr. **Miguel Frasquilho** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: As estatísticas do emprego relativas ao terceiro trimestre de 2009, que foram ontem reveladas pelo INE, mostram bem a tragédia social que se abateu sobre o nosso País.

O número de desempregados aproximou-se dos 550 000, algo nunca antes visto e que representa um aumento de 114 000 indivíduos, ou 26,3%, em relação ao mesmo período de 2008, e mais 40 000 indivíduos do que no trimestre anterior.

A taxa de desemprego atingiu um *record* histórico negativo de 9,8%, aproximando-se perigosamente dos dois dígitos, e no último ano foram perdidos cerca de 180 000 empregos.

Mas estes dados são também os que nos permitem fazer o balanço da Legislatura anterior no que toca ao mercado de trabalho.

Entre o primeiro trimestre de 2005 e o terceiro trimestre de 2009, a taxa de desemprego saltou, repito, saltou — é o termo! — de 7,5% para 9,8%. O número de desempregados subiu em 135 000. E todos nos recordamos bem da promessa de José Sócrates de criar 150 000 novos postos de trabalho... Pois a verdade é que, na anterior Legislatura, foram destruídos cerca de 70 000 postos de trabalho. Este é, pois, o legado que o Governo socialista, conduzido por José Sócrates, deixou ao País.

Claro que a crise internacional tem uma boa quota-parte de responsabilidade nestes números. Isto é verdade! Mas não tem, nem de perto, nem de longe, toda a responsabilidade, como o Governo quer sempre fazer crer. Não! É preciso afirmá-lo com clareza: as opções de política económica do Governo socialista também contribuíram — e muito!... — para esta assustadora realidade, ao não ajudarem a minorar as dificuldades estruturais da nossa economia, como o PSD não se cansou de advertir ao longo dos últimos quatro anos e meio.

*Aplausos do PSD.*

Sucedem que, para além de o Governo, através das suas opções erradas, ter contribuído para esta situação, também é verdade que, como os próprios números oficiais mostram, a sua actuação para ajudar a combater a crise internacional deixou muito a desejar.

De facto, o Governo pretendeu combater a crise através da chamada Iniciativa para o Investimento e o Emprego, apresentada em 13 de Dezembro de 2008. Para esta Iniciativa foram disponibilizados, no Orçamento do Estado, 1165,7 milhões de euros durante o ano de 2009. Mas, de acordo com os dados da Direcção-Geral do Orçamento, relativos à execução orçamental de 2009, até ao último mês de Setembro foram gastos 493,1 milhões de euros, que correspondem a 42,3% da verba total que referi. Portanto, a três meses do final do ano — o ano que se admite ser o mais difícil, em termos de crise internacional —, o

Governo não executou sequer metade do plano anticrise que tinha delineado: faltam exactamente cerca de 58% do montante previsto para executar em 2009. Trata-se de uma situação inaceitável, que não encontra paralelo na União Europeia e que, além disso, não é coerente nem com a deterioração das contas públicas, prevista pela Comissão Europeia, nem com aquela que, agora, pelos vistos, é admitida pelo Governo.

Referiu o Ministro das Finanças que poderíamos estar em perspectiva de um défice historicamente elevado para combater uma crise também ela histórica. Mas o que os números conhecidos vêm mostrar é que a crise internacional até pode ser histórica mas quer o plano desenhado pelo Governo, quer a sua execução têm ficado longe, muito longe mesmo, do que seria desejável para auxiliar a economia, para reforçar a competitividade do sector empresarial, sobretudo das pequenas e médias empresas, para aumentar as exportações e para defender o emprego.

Foi por tudo isto que o PSD apresentou, na semana passada, um plano anticrise, composto por 10 medidas concretas, e que se destina a «apoiar a economia em tempo de crise, reforçar a competitividade e defender o emprego». É um plano que, pela natureza das medidas que contém, vai certamente poder cumprir o papel que o plano do Governo não conseguiu preencher.

*Aplausos do PSD.*

Esse plano anticrise será debatido especificamente aqui, na próxima semana, e será, então, votado, mas nunca é demais recordar as medidas que dele fazem parte. São propostas de natureza variada, como, por exemplo: a redução em dois pontos percentuais da taxa social única suportada pelos empregadores em 2010, como forma de defender o emprego; estender o período de concessão do subsídio de desemprego em seis meses, até ao final de 2010; extinguir o pagamento especial por conta; garantir que o pagamento das dívidas do Estado às empresas aconteça sempre e a horas; alterar o regime de reembolso do IVA para as empresas, reduzindo o tempo de pagamento; criar uma conta-corrente entre o Estado e as empresas, em particular as pequenas e médias empresas, que envolva todos os impostos e contribuições para a segurança social e que seja movimentada, no final de cada mês, pelo saldo entre os créditos e débitos fiscais das empresas perante o Estado; rever a generalidade dos processos de licenciamento, agilizando-os e combatendo uma das principais fontes de falta de competitividade da nossa economia; concentrar num único portal de informação os apoios do Estado; garantir que as compras públicas sejam mais transparentes, mais simples e tenham maior valor acrescentado bruto nacional; e garantir a participação das PME na contratação pública.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Termina, referindo que a economia tem de continuar a ser a prioridade. Isto só se consegue auxiliando as empresas, defendendo o emprego e protegendo os mais desfavorecidos, nesta conjuntura difícil que enfrentamos. Se não actuarmos desta forma, nunca seremos capazes de ultrapassar nenhum dos problemas que enfrentamos.

É por isso que o PSD convida todas as forças políticas neste Parlamento, bem como o Governo, a aprovar o seu plano anticrise. Com a certeza de que, desta forma, estaremos todos a combater de forma efectiva a situação muito preocupante que ainda ontem foi revelada pelos números do INE e que estaremos, assim, a contribuir para melhorar o futuro de Portugal e dos portugueses.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Inscreveram-se três Srs. Deputados para pedir esclarecimentos.

Em primeiro lugar, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Aiveca.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Aiveca** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Miguel Frasquilho, trouxe aqui hoje um problema de grande importância que, naturalmente, nos deixa a todos preocupados.

Entre a surpresa da Sr.<sup>a</sup> Ministra do Trabalho, face aos números conhecidos pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) e a convicção do Sr. Primeiro-Ministro de que a culpa de tais números se deve à conjuntura e à crise económica, tivemos já aqui, hoje, a posição do Partido Socialista, numa espécie de rábula, acusando até a oposição de querer fazer uma espécie de concurso para ver quem ganha nas propostas.

Neste momento, Sr. Deputado — e gostaria de perguntar-lhe se me acompanha neste meu raciocínio —, diria que se de algum concurso se tratou, o Governo do Partido Socialista ganhou, de facto, o concurso da maior taxa de desemprego alguma vez conhecida pelo INE.

**Vozes do BE:** — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Aiveca** (BE): — Efectivamente, quanto àquele concurso em que o ex-Deputado José Sócrates considerava que 7,1% de taxa de desemprego era a marca de uma governação falhada — e era! —, perguntaremos, hoje, neste tal concurso do Partido Socialista, se 9,8% de taxa de desemprego oficial — muito longe da taxa de desemprego real, como todos bem sabemos! —, isso será marca exactamente de quê? Creio que, por aqui, estamos um pouco conversados, com a responsabilidade do Partido Socialista no combate ao desemprego.

Quero igualmente perguntar-lhe, Sr. Deputado, se não considera que há uma grande demagogia quando se diz que Portugal tem a maior taxa de substituição em termos do subsídio de desemprego, esquecendo-se ao mesmo tempo o nível salarial em Portugal.

Quero também perguntar-lhe, Sr. Deputado, se não considera que um plano anti-crise passa, efectivamente, por medidas de maior protecção e não apenas por prorrogação de pequenas medidas, que não passam de paliativos de resposta à protecção dos desempregados.

E pergunto-lhe, ainda, se não acompanha a proposta do Bloco de Esquerda no sentido de encurtar os prazos de garantia para a atribuição do subsídio de desemprego e também de aumentar o valor dessa prestação social.

É que, de facto, não respondemos à crise com baixos salários e com desprotecção dos mais frágeis!

*Aplausos do BE.*

O Sr. **Presidente:** — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Frasquilho.

O Sr. **Miguel Frasquilho** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Aiveca, muito obrigado pelas questões que me colocou e pelos comentários que fez.

De facto, o que não deixa de ser surpreendente é a surpresa da Ministra do Trabalho perante esta realidade. Pelos vistos, andou não se sabe bem por onde, porque estes números são tudo menos surpreendentes.

Também são surpreendentes as declarações do Primeiro-Ministro. Está em funções há mais de quatro anos e meio e tinha a obrigação de saber desta realidade, porque aplicou sempre a mesma receita, as mesmas políticas, as mesmas opções erradas que já antes da crise económica internacional tinham levado Portugal por um caminho de divergência, de empobrecimento e de aumento do desemprego. Bastava comparar as taxas de desemprego que existiam no início de 2005 com aquelas que existiam antes da crise internacional ter eclodido e bastava que o Partido Socialista tivesse reconhecido que a crise internacional já tinha chegado, porque levaram meses a negar as evidências que já aí estavam! Nessa altura, já a taxa de desemprego rondava os oito e pouco por cento!

Portanto, isto só significa que, como referi, a crise internacional veio agravar a situação. Com certeza! É evidente que tinha de agravar, agravou em todo o mundo! Mas a trajectória que já era seguida era verdadeiramente insustentável em termos de opções de política económica e orçamental, em termos de opções de investimento público e de obras públicas. São situações que não ajudariam a potenciar a competitividade da nossa economia e que não contribuíram para que o tecido empresarial português se tornasse mais competitivo. E a prova é que, durante a última Legislatura também caímos vários lugares nos *rankings* internacionais de competitividade e o nosso País tornou-se menos atractivo.

Ora, sem um tecido empresarial forte, sem empresas fortes e que criem riqueza é impossível criar emprego, é impossível inverter a situação de empobrecimento em que estamos.

E eu teria gostado, Sr.<sup>a</sup> Deputada, de a ouvir referir-se ao plano anti-crise que o PSD apresentou. Sobre isso, não lhe ouvi uma palavra!

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **Miguel Frasquilho** (PSD): — Mas, por certo, na próxima semana terá oportunidade para se referir. Espero, sinceramente, que se junte a nós, porque temos a convicção de que este plano vai ao encontro das necessidades do nosso tecido empresarial e da nossa economia nestes tempos difíceis que atravessamos.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente:** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Laranjeiro.

O Sr. **Miguel Laranjeiro** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Miguel Frasquilho, o desemprego é, objectivamente, a questão social mais grave que Portugal enfrenta e, com isto, estaremos certamente todos de acordo nesta Câmara.

Aliás, o Sr. Deputado Miguel Frasquilho ameaçou, hoje, nos jornais que não ia dar folga ao Governo. Mas eu digo-lhe, Sr. Deputado, que o Governo não dá folga ao combate ao desemprego.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Mas dá férias ao desemprego!

O Sr. **Miguel Laranjeiro** (PS): — Quando ouço o Sr. Deputado falar, nunca sei se estou a ouvir o Sr. Deputado do PSD que todos os dias critica a política económica do Governo ou o economista-chefe que, em Nova York, nos Estados Unidos da América, defende a economia portuguesa e as políticas económicas em Portugal. Nunca sei de que lado é que o Sr. Deputado está neste quadro!

*Aplausos do PS.*

Mas vamos às questões do desemprego. Como sabe — o senhor é economista —, o desemprego é uma consequência directa da crise internacional a que Portugal não está imune: o aumento do desemprego está directamente ligado, de forma óbvia, à maior crise internacional!

O Sr. Deputado, certamente, leu o Relatório de Outono do Banco de Portugal — espero que não tenha necessitado de ter passado da primeira linha desse relatório —, em que é referido que o desempenho recente da economia portuguesa esteve fortemente associado à recessão económica, a nível global, cuja magnitude, duração e extensão geográfica não têm precedentes históricos recentes. Não dizer isto é assumir uma posição demagógica que não lhe fica bem — nem a si nem ao PSD, Sr. Deputado —, é uma conversa fácil, mas próxima do populismo!

**Vozes do PS:** — Muito bem!

O Sr. **Miguel Laranjeiro** (PS): — Quero dizer-lhe também que há alguns sinais positivos, que temos de referir aqui: na nossa economia, na confiança dos empresários, na confiança dos próprios consumidores; há um crescimento económico que é superior ao da União Europeia no terceiro trimestre deste ano e que, certamente, não imediatamente, não nos próximos meses, mas no futuro, a médio prazo, se vai repercutir na criação de emprego.

O Sr. Deputado falou da Iniciativa para o Investimento e o Emprego. Gostava que me dissesse — já fiz esta pergunta à bancada do CDS-PP diversas vezes — qual foi o sentido de voto do PSD em relação a essa Iniciativa, que, só para as questões do emprego, tinha uma verba de 580 milhões de euros. O senhor, provavelmente, fará como o CDS-PP, que nunca me respondeu, mas eu digo-lhe: o PSD votou contra, como todos os partidos da oposição, votou contra apoios aos desempregados, votou contra apoios às empresas, votou contra a reconversão das escolas secundárias.

O Sr. Deputado falou na questão da taxa de execução desse programa. Se o Sr. Deputado passar algum fim-de-semana a visitar o País e a ver as escolas secundárias que estão em obras — é disso que estamos a falar —, verificará que o programa está em execução, não estando ainda executado! As obras das escolas

secundárias, para lhe dar um exemplo, não estão executadas porque, claro, demoram o seu tempo, mas estão em execução, vão ser conseguidas!

Aliás, este tipo de programa foi assumido por todos os países da União Europeia. O próprio Presidente da Comissão Europeia considerou este tipo de investimento como investimento inteligente — o investimento nas energias renováveis, o investimento na reconversão das escolas do ensino secundário...

Mas também temos uma preocupação no âmbito social, e já foram tomadas algumas medidas: mais recentemente, o prolongamento do subsídio social de desemprego, a redução do prazo de garantia para atribuição do subsídio de desemprego... olhe, indo ao encontro do projecto do PCP de redução de 450 para 365 dias.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, agradeço que conclua.

O Sr. **Miguel Laranjeiro** (PS): — E as medidas que foram tomadas em 2009 vão prolongar-se para 2010. E, Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, já foi, aliás, anunciado pelo Governo e pelo Partido Socialista que há abertura para discutir novas medidas, nomeadamente no âmbito de um pacto para o emprego.

O Sr. **Presidente**: — Queira concluir, Sr. Deputado.

O Sr. **Miguel Laranjeiro** (PS): — A minha pergunta é no sentido de saber se o PSD, longe do populismo e da demagogia, está disponível para um pacto para o emprego, porque é disso que Portugal precisa.

Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Frasquilho.

O Sr. **Miguel Frasquilho** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Miguel Laranjeiro, fiquei à espera de ouvir a opinião do Partido Socialista sobre o convite que dirigi ali da tribuna, mas sobre isso não ouvi nem uma única palavra! Os senhores preferem continuar a falar das medidas que têm tido resultados desastrosos e não se juntam a opções diferentes e que podem dar um resultado profundamente diferente e melhor do que este a que estamos a assistir.

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

O Sr. **Miguel Frasquilho** (PSD): — O Sr. Deputado — provavelmente, desconhecerá — sabe que, antes da crise internacional, não havia um único trimestre, desde o início de 2005, em que Portugal não tivesse crescido abaixo da média europeia? Nem um único!

Vai dizer-me agora que isto também seria, por antecipação, uma consequência da crise internacional?! Não foi!

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

O Sr. **Miguel Frasquilho** (PSD): — Isto foi, obviamente, a consequência das opções erradas que, desde o princípio, foram seguidas pelo Governo que o senhor apoiou. Este é que é o ponto fundamental! E sabe que, durante esse tempo, o desemprego também subiu?!

Portanto, não venha querer «tapar o Sol com uma peneira», Sr. Deputado! Isso, sinceramente, não pega, porque esta realidade é de tal forma confrangedora que não há quem não dê por ela.

E o Sr. Deputado ainda vem falar do plano anti-crise do Governo?! O Sr. Deputado disse que se eu, durante um fim-de-semana, visitasse o que está a ser feito pelo País... Pois é, se calhar, um fim-de-semana chegava e até sobrava!

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

*Protestos do Deputado do PS Miguel Laranjeiro.*

O Sr. **Miguel Frasquilho** (PSD): — De facto, com uma taxa de execução de 40%, no pior ano da crise internacional...

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **Miguel Frasquilho** (PSD): — Ó Sr. Deputado, por amor de Deus! Quando devia estar em execução a esmagadora maioria desse plano, os senhores apresentam 40% até Setembro! Até Setembro são os dados do desemprego que foram divulgados, ontem, pelo INE. E esta é a realidade a que os senhores não podem fugir, porque contribuíram largamente para ela. Por isso, Sr. Deputado, junte-se a nós!

*Risos do PSD.*

*Protestos do PS.*

Junte-se a nós num plano anti-crise que, de facto, pode fazer mais pela economia e pelo nosso tecido empresarial do que todas as iniciativas que os senhores andaram a propagandear durante os últimos anos.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente:** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Teresa Caeiro.

A Sr.<sup>a</sup> **Teresa Caeiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Miguel Frasquilho, de facto, o Partido Socialista neste concurso que fazem entre eles, entre a negação e a inacção, quer fazer-nos esquecer que todos os outros países da União Europeia também estão a enfrentar uma crise, mas diz que tem encontrado soluções mais dinâmicas, mais audazes, mais pertinentes para corresponder a esta crise.

**Vozes do CDS-PP:** — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Teresa Caeiro** (CDS-PP): — Mas o que verificamos por parte do Partido Socialista é uma inacção e a insistência em não enfrentar a realidade.

Há pouco, acabei por nem ter tempo para ler uns dados do dia 3 de Novembro, da semana passada, em que o Governo dizia que foram actualizados os dados em Maio e que apontam para uma tendência de desagravamento da taxa de desemprego, antecipando os 8,8% para este ano e — pasme-se! — 8,2% para 2010! Bom, ficamos sem saber se em 2010 é quando o Partido Socialista entende que tem de intervir, por entender que agora ainda não é altura, ou se, para que também apontam outras declarações, nomeadamente do Primeiro-Ministro, em 2010 é quando assistiremos a uma retoma.

Mas, em todo o caso, continuaremos a assistir, isso, sim, a este concurso da verdadeira negação.

Como o Sr. Deputado Miguel Frasquilho sabe, o CDS já continha no seu programa eleitoral várias das propostas que foram, agora, por si enunciadas. De facto, estamos perante uma verdadeira fractura social e entendemos que não é com estes apoios que o problema se resolve porque — como o Sr. Deputado disse, e bem — cerca de 60% não foram sequer executados e outros foram-no mal.

Mas, para além de reconhecer que os senhores vieram acatar as propostas que o CDS tinha no seu programa eleitoral,...

*Risos do Deputado do PSD Miguel Frasquilho.*

Já vai ver, Sr. Deputado! Sabe porquê? Porque quanto mais grave o problema, mais audaz tem de ser a resposta!

A minha pergunta é, pois, no sentido de saber se os senhores estão disponíveis para aceitar a nossa proposta de uma redução fiscal, à semelhança do que já foi feito pelo Presidente Sarkozy e pela Chanceler Angela Merkel. Esses, sim, tiveram uma verdadeira audácia para corresponder à dimensão do problema, porque, se bem me lembro, a única coisa com que os senhores se comprometeram foi em não aumentar a carga fiscal. Mas eu, ao contrário, pergunto se os senhores estão disponíveis para uma redução, para um alívio fiscal, tal como o CDS propõe.

*Aplausos do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Frasquilho.

O Sr. **Miguel Frasquilho** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Teresa Caeiro, o irrealismo da bancada do Partido Socialista é evidente. De facto, seria de esperar que houvesse uma alteração de atitude, porque já se percebeu que as opções que têm sido seguidas até agora não colhem e os resultados estão à vista de todos!

Também tenho de recordar-lhe, Sr.<sup>a</sup> Deputada, que o PSD foi o primeiro partido a denunciar esta situação (há ano e meio atrás!), a falar na emergência social e na prioridade a dar às pequenas e médias empresas. Aliás, em Fevereiro de 2009, apresentámos um conjunto de medidas...

A Sr.<sup>a</sup> **Teresa Caeiro** (CDS-PP): — Quais eram?

O Sr. **Miguel Frasquilho** (PSD): — Até lhe posso dizer que o apresentámos publicamente, em Setúbal.

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

O Sr. **Miguel Frasquilho** (PSD): — Como dizia, apresentámos um conjunto de medidas destinado a auxiliar as pequenas e médias empresas.

**Vozes do PSD**: — Bem lembrado!

O Sr. **Miguel Frasquilho** (PSD): — E também no programa eleitoral do PSD a Sr.<sup>a</sup> Deputada encontra muitas medidas, algumas das quais hoje aqui enunciei e recuperei.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada tem de ouvir com atenção, porque muitas das medidas que referi da tribuna são de carácter fiscal. Por exemplo, acabar com o pagamento especial por conta,...

A Sr.<sup>a</sup> **Teresa Caeiro** (PSD): — Mas isso não é redução!

O Sr. **Miguel Frasquilho** (PSD): — Não é redução?! Facilita a liquidez e é, objectivamente, uma redução da carga fiscal nestes tempos difíceis.

Referi ainda a redução da taxa social única em dois pontos percentuais em 2010. Estas são propostas objectivas relativas à carga fiscal e contributiva. Gostava de ter ouvido a opinião do CDS sobre este plano, mas não ouvi!

O PSD dirigiu um convite a todos os grupos parlamentares e eu espero que se estejam a reservar para, na próxima semana, se juntarem a nós, porque não tenha dúvidas de que estas medidas, se forem aprovadas — e esperamos que sim —, podem ser muito positivas para o nosso tecido empresarial.

Estou de acordo consigo, Sr.<sup>a</sup> Deputada: sem empresas sãs, sem um tecido empresarial forte, sem uma economia competitiva, nunca iremos resolver esse flagelo social que é o desemprego elevadíssimo que temos.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, concluídas as declarações políticas de hoje, vamos dar início ao debate temático, proposto pelo Governo, centrado na entrada em vigor do Tratado de Lisboa.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.

**O Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros** (Luís Amado): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Há poucos dias — no dia 9 de Novembro, precisamente —, celebrou-se por toda a Europa a passagem do 20.º aniversário da queda do Muro de Berlim. Alguém disse, numa expressão feliz e muito reproduzida, que a história, nesse dia, subitamente acelerou. A partir dessa data, uma sucessão de acontecimentos mudou, em poucos meses, a paisagem política europeia e precipitou importantes alterações geopolíticas a nível mundial.

A reunificação da Alemanha e o colapso dos regimes políticos na Europa Central e de Leste mudaram de forma dramática a relação de forças no continente europeu, impondo reajustamentos estratégicos e políticos estabilizadores que ainda não foram totalmente assimilados.

A desagregação do império soviético e o fim da Guerra Fria alargaram o campo democrático e liberal e promoveram a rápida expansão das forças do mercado a vastas regiões do mundo, acentuando a globalização económica e financeira de que hoje tanto se fala a propósito da crise identificada, pertinentemente, como a primeira crise da globalização.

O Muro de Berlim era, de certo modo, a expressão física e simbólica de uma «Grande Muralha» ideológica que dividia a Europa e o mundo. No dia em que o Muro caiu tornou-se quase inevitável a avalanche que se lhe seguiu.

Nesse dia mudou também o destino do projecto europeu.

A queda do Muro de Berlim tornou inevitável a reunificação alemã e esta, por sua vez, abriu as portas, de forma igualmente inevitável, à tentativa de reunificação da Europa em torno do projecto europeu.

Da contenção do império soviético à reconstituição de uma unidade política europeia, foi este o rumo do projecto político europeu nas últimas duas décadas, em resposta às novas expectativas de paz, de estabilidade e de progresso dos povos europeus.

Mais do que um programa político, uma utopia? É a questão pertinente que ainda hoje se coloca a todos nós.

Uma utopia que, num rápido percurso, nos trouxe dos sucessivos alargamentos a Leste à criação da moeda única, do espaço de livre circulação de Schengen à união política europeia.

Mas sabemos todos que o «tempo político» é sempre mais lento que o «tempo real» e que o «tempo institucional» é sempre mais lento que o «tempo político». Por isso, apesar do percurso percorrido, a União Europeia não está hoje dotada das capacidades políticas, institucionais e normativas para reagir às profundas mudanças entretanto ocorridas no interior do espaço europeu, na sua vizinhança e no sistema internacional.

Nem Maastricht nem Nice souberam ou puderam antecipar estas mudanças em toda a sua profundidade. É a este vazio político e institucional que o Tratado de Lisboa procura dar resposta.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Compareço hoje perante a Assembleia da República para assinalar a eminente entrada em vigor do Tratado de Lisboa.

As negociações do Tratado foram concluídas durante a Presidência portuguesa da União Europeia e a 13 de Dezembro de 2007 procedeu-se à sua assinatura, que constitui, sem dúvida, um dos grandes sucessos da Presidência portuguesa. Estamos, por isso, naturalmente orgulhosos que este Tratado, que abre um novo ciclo para a Europa, fique associado ao nome da capital portuguesa e a Portugal.

O Tratado de Lisboa consubstancia a vitória de todos aqueles que acreditam no projecto europeu, na sua capacidade de se afirmar como actor incontornável à escala global, e que acreditam nos valores e princípios que constituem a identidade europeia e que fazem da União Europeia uma referência e um exemplo para um vasto número de Estados e organizações internacionais.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, o Tratado de Lisboa constitui um denso complexo normativo que procura dar expressão à nova realidade geopolítica e ao papel da União na Europa e no mundo.

O delicado equilíbrio institucional e político que nos propõe assenta, no essencial, nos mesmos princípios fundamentais que têm estado presentes nas sucessivas fases do projecto de construção europeia, princípios nos quais nos revemos como garantia dos nossos próprios interesses nacionais: o princípio da igualdade entre os Estados-membros, o princípio da coesão e da solidariedade, o equilíbrio institucional e o método comunitário.

Estes princípios devem, no actual contexto da União, ser interpretados de forma dinâmica dada a natureza das alterações impostas pelo Tratado, tanto no sistema institucional como no processo decisório.



O novo equilíbrio institucional é obtido pelo incremento simultâneo dos poderes do Conselho, da Comissão e do Parlamento Europeu, o que permite, à partida, antecipar o reforço do método comunitário na sua tripla dimensão integradora (competências da Comissão), intergovernamental e democrática. Mas, em grande medida, o novo equilíbrio político europeu será o que a implementação e a aplicação dos Tratados vier a consagrar ao longo dos próximos anos.

Neste sentido, não são irrelevantes as decisões que o Conselho Europeu informal de amanhã vier a tomar em relação às personalidades que devem assumir os novos cargos de Presidente do Conselho Europeu e de Alto Representante dos Negócios Estrangeiros e Política de Segurança.

As orientações do Governo e do Primeiro-Ministro neste domínio têm tido isso presente no processo negocial que ainda decorre.

O Tratado de Lisboa introduz importantes inovações e submete-nos a exigentes adaptações políticas e institucionais delas decorrentes — o Governo deu-vos conta delas no relatório enviado à Assembleia, tendo em vista o presente debate.

Com o Tratado de Lisboa, a Europa torna-se mais apta a assumir um papel de liderança nas negociações internacionais, um papel de liderança na definição e gestão de uma agenda global.

Com estes novos instrumentos, a criação do Presidente do Conselho Europeu, o Alto Representante para os Negócios Estrangeiros e Política de Segurança e a criação do Serviço Europeu de Acção Externa, a Europa mostra-se pronta para assumir novas responsabilidades que lhe competem no contexto da política mundial.

Portugal terá de saber estar à altura destas novas responsabilidades, contribuindo com a sua quota-parte e empenhando-se na definição da acção externa da União e na definição do interesse estratégico comum a todos os povos europeus.

*Aplausos do PS.*

O Tratado de Lisboa introduz igualmente melhorias no processo de tomada de decisão, essenciais no novo contexto de uma Europa alargada a 27 Estados-membros. Os interesses e as sensibilidades de todos e de cada um desses Estados não poderão, naturalmente, deixar de ser tidos em conta, mas de uma forma que não ponha em causa a agilidade e capacidade de actuação da União Europeia. Por esse motivo, consideramos essencial que se tenha consolidado o papel central da Comissão Europeia — que tem a responsabilidade de zelar pelo interesse global da União — e que se tenha alargado o número de matérias adoptadas por maioria qualificada, cujo método de cálculo sofreu, como é sabido, importantes ajustamentos.

Uma acção mais eficaz da União Europeia, a nível externo e no plano interno, revela-se essencial para assegurar o empenho dos cidadãos no projecto europeu.

Sublinho as alterações em quatro domínios principais: no reforço da legitimidade democrática, na criação de uma nova arquitectura institucional, nas alterações ao processo de decisão e no reforço da acção externa da União Europeia.

Em relação ao reforço da legitimidade democrática, simultaneamente através do aumento das competências e poderes do Parlamento Europeu e pelo reforço do papel dos parlamentos nacionais, sublinharia aqui, por nos parecerem particularmente relevantes: o direito de informação, que alarga o número de documentos a submeter aos Parlamentos nacionais; as novas disposições relativas ao processo de revisão dos Tratados; e o reforço do controlo político do princípio da subsidiariedade e da proporcionalidade.

*Aplausos do PS.*

O Governo está naturalmente empenhado em assegurar que o Parlamento exerça em pleno o seu papel, contribuindo assim, activamente, para o bom funcionamento da União e assegurando que as decisões da União possam ser escrutinadas o mais próximo possível dos cidadãos europeus. O Governo está disponível para trabalhar, lado a lado, com a Assembleia da República e com a Comissão de Assuntos Europeus para agilizar e facilitar procedimentos e proceder aos ajustamentos necessários para a aplicação cabal das novas regras do Tratado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A entrada em vigor do Tratado de Lisboa prova que, mais uma vez, Portugal se mantém na vanguarda do projecto europeu.

Decorridos mais de 20 anos desde a adesão às Comunidades Europeias, Portugal tem vindo a consolidar o seu papel de actor central da construção europeia. Integrámos o euro, aderimos ao Espaço Schengen, lançámos a Estratégia de Lisboa e, a nível externo, soubemos antecipar a relevância das relações com a Índia e o Brasil, hoje actores incontornáveis da cena internacional, e lançámos, por fim, as bases de uma nova parceria estratégica entre a União Europeia e África.

O Tratado de Lisboa consagra, deste modo, a participação plena, activa, solidária e responsável de Portugal no projecto europeu.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, inscreveram-se cinco Srs. Deputados. Tem a palavra, em primeiro lugar, o Sr. Deputado Telmo Correia.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, antes de mais, quero cumprimentar V. Ex.<sup>a</sup> nesta sua primeira intervenção, nesta Legislatura, na Sala das Sessões.

No que respeita ao Tratado de Lisboa, penso que este, como acontece em muitas outras matérias, traz notícias boas, traz também alguns riscos e, obviamente, contempla alguns desafios.

Lembrando que o CDS é parte da maioria que apoiou e subscreveu esta solução para o Tratado, ainda que defendendo, o que não veio a acontecer, a possibilidade de um referendo...

O Sr. **Pedro Mota Soares** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — ... (aliás, no meu caso pessoal, só sustenta a minha ambição referendária, que é consistente, como é sabido), cabe dizer que parte boa é o facto de, logo à partida, este Tratado ter-nos permitido sair de um impasse do ponto de vista europeu, fazendo avançar o projecto europeu, que não podia continuar num impasse.

Como o Sr. Ministro disse, e bem, o Tratado traz também aspectos positivos do ponto de vista das maiorias, da competência dos parlamentos nacionais, etc., no entanto, contém alguns riscos e alguns desafios.

Em primeiro lugar, Sr. Ministro, gostaria de chamar a sua atenção, pois não sei se V. Ex.<sup>a</sup> tem essa percepção, para o facto de que, estando já em vigor o Tratado de Lisboa — e aquilo que, à partida, também nos orgulha é a designação Tratado de Lisboa —, este Tratado, provavelmente, uma vez que não existiriam presidências rotativas, não seria o resultado da Presidência portuguesa e, portanto, não se chamaria Tratado de Lisboa, teria, sim, com maior probabilidade, o nome de uma cidade centro europeia.

Sendo mais concreto em relação a estes riscos e desafios, gostaria de colocar-lhe uma questão, Sr. Ministro.

V. Ex.<sup>a</sup> falou no Serviço Europeu de Acção Externa. O Serviço Europeu de Acção Externa, ou seja, a existência de diplomatas ao serviço da União Europeia, é uma matéria da maior relevância.

O Sr. **Presidente**: — Queira concluir, Sr. Deputado.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Assim, Sr. Ministro, gostaria de lhe perguntar se Portugal tem uma estratégia em relação a esse Serviço.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — No que respeita ainda a questões concretas — e assim termino, Sr. Presidente —, gostaria de saber que opções tem Portugal quanto aos nomes para os cargos que vão ser designados...

**Vozes do CDS-PP:** — Muito bem!

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — ... e, por último, uma vez que a política marítima passa a ser competência da União, como é que Portugal pode desenvolver aquilo que é, para si, uma questão de

identidade nacional e de estratégia nacional absoluta, ou seja, a defesa de uma estratégia em relação ao mar do ponto de vista português.

*Aplausos do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José de Matos Correia.

O Sr. **José de Matos Correia** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, os meus cumprimentos, em particular para o Sr. Ministro, nesta sua primeira presença no Parlamento.

Como já foi referido antes, o Tratado de Lisboa, sendo um momento fundamental para a história da construção europeia e para a evolução, que se quer positiva, da Europa, tem, como qualquer instrumento desta dimensão, evidentes desafios e riscos que lhe são inerentes. E, portanto, acho que devemos centrar-nos também nessa questão e entender que algumas das alterações, nomeadamente as alterações em matéria de equilíbrio institucional, de método de decisão comunitária ou de aprofundamento de novas políticas, têm, de facto, de ser equacionadas quanto ao que podem representar.

Por isso mesmo, temos de saber como é que o Governo quer agir no sentido de equacionar a actuação do País nestas novas circunstâncias, isto é, se o Governo compreende os riscos e os desafios que aqui estão envolvidos e se é capaz de preparar uma estratégia adequada a compreender esses riscos e a preparar uma efectiva influência de Portugal nos processos de decisão comunitária.

Este é um primeiro aspecto que julgo fundamental entendermos e para o qual quero uma resposta do Sr. Ministro.

Mas há um outro aspecto puramente político que, do nosso ponto de vista, tem de ser sublinhado.

Temos conseguido, ao longo dos anos, com muito esforço mas também com muita sagacidade, colocar o País na primeira linha da construção europeia. E julgo que todos seremos capazes de reconhecer que há uma evidente relação entre o peso que um país tem no plano internacional — e, neste caso, na cena europeia — e a credibilidade desse mesmo país, credibilidade, essa, que, evidentemente, é aferida em função do reconhecimento feito das políticas que esse Estado, através do seu Governo, leva a cabo e da coerência das estratégias que sabe desenvolver.

Ora, o ponto é precisamente este: o País chegou onde chegou ao fim de quatro anos e meio porque o anterior governo fez o que fez, e não devia ter feito. A situação, que é errada, pelos vistos, tende a prolongar-se, porque o Governo veio a esta Câmara apresentar um Programa do Governo que, praticamente em tudo o que é essencial, é a sequência do programa do governo anterior.

Ora, se não se altera a linha de rumo, questões como o endividamento o País, a perda de competitividade da nossa economia e outras que poderia aqui deixar não vão ser resolvidas.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **José de Matos Correia** (PSD): — E é isso que vai aferir a nossa capacidade de influenciar as decisões na União Europeia e o peso da nossa presença aí. O que eu gostaria que o Sr. Ministro me explicasse é se o Governo está consciente disto. Porque se está consciente disto só tem um caminho: mudar as políticas.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **José de Matos Correia** (PSD): — É que se as mantém, a perda da nossa influência na União Europeia só vai acentuar-se, o que trará para o País um evidente prejuízo no contexto da relação a 27, que é absolutamente determinante para o nosso futuro colectivo.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Cecília Honório.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Honório** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, trouxe-nos aqui um discurso laudatório sobre a importância fundacional do Tratado de Lisboa, nesta hora em que convém que não esqueça que o seu partido e o seu Governo recusaram aos portugueses qualquer capacidade de se pronunciarem sobre o projecto europeu,...

*Aplausos do BE.*

*Protestos do PS.*

... de se pronunciarem sobre este projecto de uma Europa em que os mais poderosos são cada vez mais poderosos, de uma Europa a diferentes velocidades (primeira, segunda, terceira e, porventura, para os países mais pequenos, como Portugal, o ponto morto será a velocidade ajustada, segundo a vossa estratégia), de se pronunciarem sobre o futuro deste modelo, na amplitude da legitimidade democrática que o Sr. Ministro aqui invocou. E é nesse sentido que particularmente hoje, na antevéspera de um dia decisivo para o futuro desta Europa directório, em que os seus três presidentes poderão ser negociados à hora do jantar, é tão importante falar da legitimidade democrática que aqui invocou. E quero apontá-la em torno de dois aspectos particulares.

É amplamente valorizada a capacidade de iniciativa popular quando 1 milhão de pessoas subscreve uma proposta que convida a Comissão a tomar uma iniciativa legislativa desde que a mesma não colida com o Tratado de Lisboa.

Sr. Ministro, se possível, quero ouvi-lo sobre a natureza deste aspecto que tem sido tão amplamente empolado quando a possibilidade destes cidadãos, ao assinarem um texto desta natureza, é convidarem a Comissão a uma iniciativa legislativa.

A segunda questão tem a ver com um aspecto que o Sr. Ministro aqui trouxe, que é a revisão do Tratado de Lisboa. A verdade, Sr. Ministro, como sabe tão bem quanto nós, é que essa revisão está completamente blindada, a blindagem é inequívoca. Este Tratado é, por vossa conta, um Tratado para as próximas décadas, este Tratado, de uma Europa do directório, terá, por vossa conta, um longuíssimo futuro.

Pergunto-lhe, Sr. Ministro, se esta blindagem da revisão do Tratado corresponde àquilo que o Sr. Deputado Vitalino Canas, há algum tempo, apontava como um dos mais importantes sinais do Tratado de Lisboa.

Dizia o Sr. Deputado — e peço licença para o citar com alguma liberdade — que, daqui a um século, a China e a Índia serão os gigantes do mundo e que, como serão os gigantes do mundo e ganharão espaço económico e político, não alinhando pelos direitos e pelos valores da Europa, era necessário dar uma resposta a estes gigantes, que controlariam, daqui a um século, a ordem mundial.

O Sr. **Presidente**: — Queira concluir, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Honório** (BE): — Sr. Ministro, para concluir, quero perguntar-lhe se o Tratado de Lisboa corresponde, do seu ponto de vista, a esta capacidade de antecipação do futuro para o século XXII.

*Aplausos do BE.*

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Cecília Honório, é com muito gosto que respondo desde já às questões que coloca.

Naturalmente, não vou reabrir, dada à escassez do tempo de que disponho, o debate que aqui tivemos oportunidade de travar, não com a Sr.<sup>a</sup> Deputada mas com outros Deputados da sua bancada, sobre a questão do referendo.

Está mais do que justificada a posição política do Governo português. Foi a posição mais sensata no âmbito das suas responsabilidades enquanto presidência da União Europeia, do ponto de vista dos objectivos políticos do Governo português e da maioria dos governos europeus. Foi essa a decisão mais correcta, e a

circunstância de o Tratado entrar em vigor no dia 1 de Dezembro é justamente a prova da bondade da posição política do Governo português sobre essa questão em concreto, em devido tempo.

No que respeita às questões referentes à legitimidade democrática, é inquestionável que, relativamente aos anteriores, este Tratado reforça de forma significativa a legitimidade democrática da União Europeia, reforça as competências e os poderes do Parlamento Europeu, reforça o papel dos parlamentos nacionais no controlo do processo político europeu e de algumas iniciativas, como a que referiu, designadamente o direito de iniciativa popular, numa estratégia que o processo europeu sempre conheceu, de pequenos passos na consolidação de uma fase política mais exigente em termos de direito de participação e de princípio de participação democrática dos cidadãos na vida europeia. Parecem-me perfeitamente aceitáveis as disposições do Tratado que são objecto da sua crítica.

Em relação ao papel da União Europeia, quando dissemos que o Tratado é um tratado para o futuro, para as próximas décadas, é porque reconhecemos a dificuldade de conseguir um compromisso a 27 Estados-membros. É um equilíbrio muito delicado, um exercício muito complexo do ponto de vista político e diplomático, e é nessa perspectiva que entendemos que o Tratado terá, seguramente, uma durabilidade muito superior à dos tratados que o antecedem. Porém, não vemos nessa atitude nenhuma blindagem, como a Sr.<sup>a</sup> Deputada insinua, do próprio processo de revisão do Tratado.

Sr. Deputado Telmo Correia, relativamente às presidências rotativas, a sua dúvida não tem qualquer fundamento. Elas mantêm-se em vigor e o papel que a Presidência portuguesa exerceu, ainda que noutra âmbito, tinha a sua plena justificação num processo de reforma, de debate, de revisão, mesmo de um futuro tratado. A presidência tem um papel incontornável no processo europeu e não tenho dúvida nenhuma de que se manterá relevantemente.

O Serviço Europeu de Acção Externa é, do meu ponto de vista, impositivo de um conjunto de adaptações que temos de necessariamente fazer. O trabalho do Ministério dos Negócios Estrangeiros tem vindo a ser feito desde há muito. Ainda quando se tinha dúvidas sobre a conclusão da ratificação do processo relativo ao Tratado, já tínhamos os estudos necessários para antecipar algumas das orientações. A breve prazo a Comissão de Assuntos Europeus será informada sobre a posição do Governo português em relação ao Serviço Europeu de Acção Externa.

Quanto à política marítima, é apenas a gestão no domínio dos recursos biológicos que está em causa, e não mais do que isso. Há um vasto espaço para as políticas nacionais no domínio das políticas marítimas que não é, de forma alguma, posto em causa.

Sr. Deputado Matos Correia, estou inteiramente de acordo: há desafios e riscos. Este equilíbrio institucional é muito complexo, como tive oportunidade de dizer, e é um equilíbrio dinâmico porque a natureza das competências que foram reforçadas nos três vértices do triângulo institucional europeu vai necessariamente impor uma nova dinâmica na repartição de poder e de influência no sistema institucional mas também na relação entre os Estado.

Relativamente às questões sobre o Programa do Governo e as políticas, tive oportunidade já de, nesta Câmara, me dirigir ao Parlamento enunciando os pontos de vista que defendo sobre esta matéria, pelo que me limito agora, dada a escassez do tempo de que disponho, a deixar para posterior oportunidade a resposta exhaustiva à sua inquietação.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco de Assis.

O Sr. **Francisco de Assis** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, começo por salientar a importância da entrada em vigor, num momento próximo, do Tratado de Lisboa e o contributo decisivo que a diplomacia portuguesa, aquando da última presidência, em 2007, deu para o sucesso deste empreendimento, que é da maior importância para a Europa e para o mundo.

De facto, estamos a assistir a uma reconfiguração institucional séria da União Europeia para responder adequadamente a uma alteração da situação, quer no plano intra-europeu, quer no plano internacional.

No plano intra-europeu, como V. Ex.<sup>a</sup> acabou de referir, em consequência das alterações profundas que ocorreram após a queda do Muro de Berlim e que levaram, entre outras coisas, à adesão de vários países que

estavam no Bloco de Leste à União Europeia, o que significa, naturalmente, uma alteração importante da própria essência da União Europeia.

No plano internacional, dadas as grandes alterações, sobretudo no plano geoeconómico, que se verificaram nos últimos 10 a 15 anos em todo o mundo e que exigem uma nova intervenção da União Europeia.

Ora, esta reconfiguração institucional, em nossa opinião, vai no bom sentido. Por um lado, porque aponta na perspectiva de melhorar e aperfeiçoar o processo decisório, garantindo assim que a União Europeia está em melhores condições para ser um actor de primeiro plano na vida internacional e para responder às necessidades dos europeus, nas mais diversas áreas; e, por outro lado, porque vai, como também já aqui foi dito, no sentido de reforçar a democraticidade do processo decisório, quer por via da ampliação das competências e poderes do Parlamento Europeu, quer por via de uma maior participação dos parlamentos nacionais no processo decisório europeu.

Portanto, achamos que, desses dois pontos de vista, vamos claramente no bom caminho.

A questão que hoje se vai colocar é também a de saber se a União Europeia vai passar a ter melhores condições para assumir um maior papel — e qual será o de Portugal nesse processo — na regulação da vida internacional.

Nesse sentido, creio que uma União Europeia mais forte, uma União Europeia com maior capacidade de decisão, uma União Europeia mais pronta para responder aos desafios ingentes que se colocam no plano internacional faz falta não apenas aos europeus mas também ao mundo. E as declarações, já aqui citadas, do Deputado Vitalino Canas foram claramente nesse sentido.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada do Bloco de Esquerda deveria perguntar aos trabalhadores indianos ou aos trabalhadores chineses se eles não projectam uma expectativa positiva na possibilidade de absorção por parte dos seus países do modelo económico-social europeu. Eles responder-lhe-ão facilmente.

*Aplausos do PS.*

*Protestos da Deputada do BE Cecília Honório.*

Ora, hoje, essa é também uma missão da União Europeia.

Sem proselitismos, que a história recente também demonstra que não podem ser excessivamente prosseguidos, a verdade é que temos a vantagem, no plano internacional, de, ao quisermos projectar a nossa influência e salvaguardar os nossos interesses europeus, também podermos estar a projectar os nossos valores — e nós devemos orgulhar-nos desses mesmos valores, que são, hoje, razoavelmente consensuais no plano europeu.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

O Sr. **Francisco de Assis** (PS): — A questão que lhe coloco, Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, é a de saber qual é, hoje, a capacidade que certamente a diplomacia e o Governo português têm no sentido de reforçar também a sua presença, dada a nossa história e a nossa capacidade de projectar a influência europeia em vastas áreas do mundo, e qual é, hoje, a nossa disponibilidade para termos um papel activo nesta nova missão que se coloca à União Europeia.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente:** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado José Luís Ferreira.

O Sr. **José Luís Ferreira** (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, temos ouvido muitas opiniões e muitos juízos de valor de pessoas sobre o Tratado de Lisboa, ou o tratado constitucional, umas serão certamente suspeitas, na perspectiva do Governo, e outras nem tanto.

Procurei encontrar algumas dessas opiniões de pessoas — que, creio, serão insuspeitas, na perspectiva do Governo — que tiveram responsabilidades não só em governos anteriores mas também no processo da

construção europeia ao longo do tempo. Assim, por exemplo, Seixas da Costa, a propósito do Tratado de Lisboa, fala da «irrelevância crescente de Portugal na Europa», Martins da Cruz refere «temo estarmos condenados a uma tripla periferia: a europeia, a peninsular e a económica» e, por fim, Medeiros Ferreira refere que «o País vai perder peso na Comissão, no Conselho e no Parlamento Europeu. O menos mau é que não é só Portugal, acontece a todos os pequenos e a alguns médios. É a institucionalização de um directório, os quatro grandes que, assim, recentram o poder decisório perdido com os alargamentos».

Também no nosso entendimento, o Tratado de Lisboa, nomeadamente no que diz respeito à institucionalização da União Europeia, acaba por ser a expressão da vontade dos grandes países para anular o poder dos pequenos ou dos médios países.

E já não falo quanto à forma, pois já sabemos que não permitiram que os portugueses se pronunciassem sobre o Tratado, apesar de essa ter sido uma promessa eleitoral do Partido Socialista e constar do Programa do anterior governo e apesar de essa promessa ter motivado a abertura de um processo de revisão constitucional para permitir o referendo. Apesar de tudo isto, não permitiram que esse referendo fosse feito.

Mas o meu pedido de esclarecimento não tem a ver com a forma mas com o conteúdo. Nesse sentido, gostaria que o Sr. Ministro me desse alguns argumentos válidos relativamente à coerência ou à eficiência que o Governo encontra no Tratado de Lisboa, os quais possam justificar a redução de comissários, a alteração do método de decisão ou o fim das presidências rotativas, e me dissesse se, em sua opinião, a União Europeia fica mais ou menos democrática com este desenho institucional imposto pelo Tratado.

Já sei que o Parlamento Europeu vai ter mais poderes, mas falo da democracia ao nível do peso relativo de cada um dos países dentro da União Europeia, sobretudo do peso dos países pequenos comparado com o dos grandes.

A Sr.<sup>a</sup> **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado José Luís Ferreira, na minha intervenção, tive oportunidade de expressar uma linha mais optimista relativamente à leitura e à interpretação que é feita do novo equilíbrio institucional.

Não concordo com essa visão negativa do novo equilíbrio institucional decorrente da nova repartição de poderes e de competências entre os três órgãos: Conselho, Comissão e Parlamento Europeu. Acho que o equilíbrio tem de ser perspectivado de uma forma dinâmica, na medida em que os órgãos Conselho, Comissão e Parlamento Europeu, sendo dotados de novas competências, vão necessariamente ser condicionados pela projecção da relação de forças entre os três órgãos em função do que for a própria prática de acção desses mesmos órgãos. Por isso, referi serem também importantes as opções relativamente às personalidades, o que, neste momento, está em causa.

Acredito que o reforço do método comunitário pode ser extraído da leitura deste novo equilíbrio institucional, na medida em que se reforça, por um lado, o método integrador que o reforço dos poderes da Comissão consagra, e, por outro, e simultaneamente, o método democrático, pelo reforço do papel do Parlamento Europeu, e o método intergovernamental, pela estabilização do Conselho e pelo reforço dos poderes do Conselho, designadamente com a Presidência do Conselho.

E entendo que este novo equilíbrio tem de ser perspectivado de uma forma dinâmica, pelo que é um desafio para todos os Estados. É um desafio, particularmente para os pequenos e médios Estados, o facto de estes se poderem opor a uma dinâmica de directório que é irrecusável numa perspectiva de gestão a 27 — não era a 6, nem a 12, mas, a partir de 15, 22, 27, começou a ser uma lógica difícil de contrariar. Mas depende muito, do meu ponto de vista, desta nova leitura dinâmica dos poderes no triângulo institucional, Comissão, Conselho e Parlamento, que a acção dos Estados definitivamente se assumam.

É nessa perspectiva, Sr. Deputado Francisco Assis, que assumo que Portugal tem uma responsabilidade importante a desenvolver na reconfiguração do papel da União Europeia no sistema internacional. De alguma forma, com este Tratado, não encerramos mas fechamos um ciclo da nossa integração na Europa. Passados 30 anos do fim do processo colonial e da descolonização, empenhámo-nos no projecto europeu e conseguimos realizar com sucesso a nossa integração na União Europeia. Agora que, no mundo policêntrico e

no mundo multipolar que está em gestação, estamos ancorados na vanguarda do processo europeu, estamos em condições de, através de um esforço de internacionalização mais efectivo e de um esforço de promoção dos interesses e da influência portuguesa em muitas regiões a que estamos ligados por séculos de história, estamos em condições, dizia, de, por essa via, projectar ainda mais o nosso papel no interior da União Europeia e de ajudar também a União Europeia a colocar-se neste novo sistema internacional de uma forma mais equilibrada e mais justa.

É esse um papel que considero irrecusável e um desafio muito importante para a actividade política e para a diplomacia portuguesa nos próximos anos.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Vamos, agora, entrar na fase de intervenções propriamente ditas.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Costa Neves.

O Sr. **Carlos Costa Neves** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Os desafios do mundo contemporâneo, que espero multipolar, são maiores do que os Estados, do que qualquer um dos Estados. Destaco: a evolução demográfica; as alterações climáticas; o aprovisionamento de energia; a gestão da água; o acesso aos alimentos; as ameaças sobre a segurança.

Reconheça-se que a União Europeia está especialmente adaptada a estes desafios, a esta agenda.

Reconheça-se também que, num tempo em que cada vez mais Estados partilham soberania em mais domínios, a União Europeia tem cumprido a sua função. Tem cumprido porque tem respeitado, no essencial, os valores que a enformam: o respeito pela dignidade humana, a paz, a liberdade, a democracia, os princípios do Estado de direito. E também tem cumprido sabendo manter a unidade, unidade no respeito pela diversidade dos povos que a compõem.

É neste contexto que surge o Tratado de Lisboa, oito anos depois de Nice ter deixado tanto por resolver, ter deixado tanto em aberto.

O Tratado de Lisboa, como sempre no passado, é filho das suas circunstâncias, das circunstâncias do seu tempo, traduz o compromisso possível entre diversas visões, visões do mundo, da sociedade e até da actividade política, e decorre da conjugação necessária entre diferentes vontades de governos que representam, hoje, 27 Estados-membros, 500 milhões de cidadãos.

E temos de reconhecer, numa análise fria, que está bem em alguns aspectos, que está pior ou mal noutros e que adiou alguns outros. É o que resulta da necessária fórmula de negociação e das circunstâncias.

Destaco, pela positiva, cinco domínios: a Carta dos Direitos Fundamentais; a expressa afirmação do princípio da igualdade entre Estados-membros; o maior envolvimento do Parlamento Europeu no processo legislativo e a participação dos parlamentos nacionais, ainda que mitigada, nesse mesmo processo; a reafirmação do princípio da coesão, até agora, económica e social e, agora, também territorial, bem como das políticas que lhe estão associadas (e nunca é demais lembrar o quanto é importante para a União Europeia o exercício efectivo do princípio da coesão, a assunção dessas políticas que conduzem à coesão); e, em quinto lugar, o desenvolvimento da Política Externa e de Segurança Comum, exigência do nosso mundo e dos nossos tempos.

Como no passado, o Tratado de Lisboa valerá essencialmente pelo que for a prática das instituições europeias na sua aplicação e pelos resultados dessa mesma aplicação. Os resultados, em última análise, no impacto que venha a ter na vida dos cidadãos — e este é um aspecto essencial. O Tratado não vale por si, os seus mecanismos não valem por si, valem na medida em que contribuirão para ir ao encontro dos problemas do mundo, dos problemas dos cidadãos.

A União Europeia tem de suscitar a adesão dos cidadãos. E, para tal, estes têm de sentir que a União, através da sua acção, tem tudo a ver com a sua vida, que a agenda da União corresponde às necessidades correntes da vida das pessoas.

Simultaneamente, importa que, com a aplicação do Tratado de Lisboa, primeiro, não se ponha em causa os delicados equilíbrios entre instituições europeias e entre Estados-membros e, segundo, se admita o reforço dos recursos próprios da União Europeia. Não é possível alargar responsabilidades, alargar Estados-



membros, alargar políticas, alargar respostas e, simultaneamente, manter ao nível de 1% do PIB os recursos próprios da União Europeia.

Depois, é preciso que se revele equilibrada em matéria de cooperações reforçadas. Elas vão existir, importa que Portugal participe em todas elas, mas também importa que não se transforme a Europa numa Europa, como se costuma dizer, *à la carte*.

Por último, importa garantir a coesão económica, social e territorial. Para que os cidadãos reconheçam cada vez mais as questões europeias como de absoluto interesse nacional, importa reforçar, reforçar mesmo, em toda a medida que estiver ao nosso alcance, a participação dos parlamentos nacionais. É preciso que a agenda europeia seja a agenda nacional, que a agenda europeia seja a agenda dos parlamentos nacionais e, para isso, a Assembleia da República tem como mecanismo assumir completamente uma das atribuições que agora lhe é reconhecida: a verificação da efectiva aplicação do princípio da subsidiariedade quanto ao processo político-legislativo da União Europeia. Para fazer uma efectiva verificação da aplicação do princípio da subsidiariedade é preciso escrutinar tudo, todas as iniciativas político-legislativas da União Europeia. É um grande desafio. Para o superar temos de escrutinar cuidadosamente todas essas iniciativas, o que implica uma forte vontade política deste Parlamento, dos membros deste Parlamento; o que implica a existência e mobilização dos meios e o envolvimento transversal de todo o Parlamento, de todas as comissões parlamentares nesta tarefa, a adequada articulação com o Governo, a necessária articulação com outros parlamentos nacionais. Reconheça-se que é uma tarefa exigente, muito complexa e também de enorme responsabilidade.

É recorrente a afirmação, embora nem sempre se tire dela todas as consequências, de que mais de dois terços da legislação nacional tem origem na União Europeia. É verdade que com a participação do Governo português, mas também é verdade que nem sempre suficientemente escrutinada democraticamente por este Parlamento. Tem de ser efectivamente escrutinada por este Parlamento. Temos de estar, de facto, à altura desse desafio, dessa responsabilidade.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Igualmente para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Convocou o Governo um debate sobre o Tratado da União assinado há quase dois anos em Lisboa, para os efeitos que estão mais ou menos à vista: comemorar o encerramento de um longo e controverso processo de ratificação, celebrar a entrada em vigor do novo Tratado no próximo dia 1 de Dezembro.

Podia o Governo ter-nos antes convocado para debater a incapacidade — arrisco mesmo a dizer, a impossibilidade — de a União concertar e definir políticas para fazer crescer a economia, defender os serviços públicos, estancar o desemprego, impedir a assustadora precariedade laboral, garantir efectiva protecção social, salários e reformas dignas a todos os europeus. Poder, podia, como diz o anúncio, mas nisso não está interessado o Governo!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Exactamente!

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Podia o Governo ter vindo cá reconhecer que as prometidas mudanças para impedir novos terremotos no sistema financeiro, acabar com os paraísos fiscais e as cortinas de fumo do branqueamento e do crime fiscal, foram afinal retórica de momento e que, no fundamental, tudo vai ficar na mesma no «reino da Dinamarca». Não, isso não arriscou o Governo, porque se revelaria, de facto, mais cúmplice com este faz-de-conta para enganar a opinião pública.

Podia, então, o Governo convocar-nos para verberar os «Almunias» desta Europa que, mal cheiram medíocres sinais de desafio económico, mostram logo a sua mal contida obsessão orçamental, a sua ânsia de voltar a usar o chicote nos povos, em especial os povos dos países mais atrasados e periféricos. Isso também o Governo não fez, já que, é claro, até está da acordo com a versão do chicote, até pensa voltar a usá-lo em breve.

Mas o que tem Portugal para comemorar? O que pretende o Governo que o País comemore?

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Sobre a ratificação do Tratado e a realização de um referendo que clarificasse a posição dos portugueses e de outros povos da União, assistimos nos últimos anos a uma gigantesca fraude política.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Exactamente!

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Será, então, que merece ser comemorada a quebra de compromissos eleitorais, o rasgar de programas do Governo? Deve ser comemorado o facto de o PS e o PSD terem mais uma vez combinado calar a boca aos portugueses, impedindo o País de dizer o que pensa sobre esta construção europeia?

Deve ser comemorado o facto de nos dizerem que a Europa é feita em nome dos cidadãos e depois vermos que, afinal, o que querem é tapar a boca aos cidadãos?

Será legítimo comemorar embustes políticos, como o de alterar o nome de um tratado (chamava-se constitucional, passou a chamar-se reformador, nada mais mudou), só para não correr o risco de franceses e holandeses poderem voltar a dizer «não» a um projecto federalista e de dominação económica e militar posto em marcha pelo núcleo duro de grandes potências?

Merece ser comemorado o desrespeito dos resultados da consulta popular na Irlanda de Junho de 2008 e a sistemática repetição de referendos neste País em condições crescentes de ingerência e chantagem sobre os seus cidadãos, até que os resultados se conformem com os desejos de Bruxelas? E será que o Governo — e, já agora, Bruxelas — pensam agora discutir com a Irlanda a realização eventual de um terceiro referendo, para servir de desempate?

Mas, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, será que, fechado o ciclo de uma ratificação politicamente fraudulenta, Portugal tem outros motivos para comemorar a entrada em vigor do Tratado?

Devem os portugueses comemorar que o novo Tratado invada, confronte e se sobreponha ao que, em muitos aspectos, a Constituição estipula e defende?

Será que devemos comemorar a alienação de poderes constitucionais soberanos, como a transferência da gestão dos recursos biológicos marinhos? Ou a transferência de competências exclusivas deste Parlamento, como as do ordenamento do território e de solos?

Deve Portugal ficar satisfeito pelo facto de o Tratado consolidar um modelo federal de poder que reduz à ínfima expressão o exercício da votação por consenso, isto é, o respeito pelos interesses e especificidades de todos e cada um dos Estados-membros? E devemos exultar com um modelo de tomada de decisões baseado na maioria qualificada, que reforça a desigualdade de voto entre os maiores e de maior população e os restantes, obrigando todos a seguir a reboque das conveniências do directório das grandes potências? E será que, ao contrário do que até alguns insuspeitos repetidamente afirmam, devemos ficar contentes pelo facto de a maioria das decisões passar a ser objecto de co-decisão com o Parlamento Europeu, onde a diferença abissal das representações parlamentares reforça a desigualdade das decisões a favor dos grandes e poderosos, ainda por cima a coberto do aparente exercício da democracia?

Será que devemos festejar o fim das presidências rotativas da União Europeia? Que vantagens para o País devemos sublinhar nestes festejos?

E será o aparente reforço do papel dos parlamentos nacionais real ou mais virtual e formal? Devemos ficar contentes por passar a receber centenas de documentos, incluindo convocatórias e agendas das reuniões do Conselho Europeu? Devemos exultar quando reunirmos o número suficiente de parlamentos nacionais para exercer o controlo do princípio da subsidiariedade? Só nessa altura iremos, então, reparar que, afinal, a Comissão pode simplesmente decidir que tudo fique na mesma e que não vale a pena brincar aos controles do princípio da subsidiariedade?

Temos que nos regozijar se o novo Tratado confirma o neoliberalismo como «doutrina oficial» e confere ao Pacto de Estabilidade, ao Banco Central, à sacralização da «concorrência não falseada» o papel de instrumentos e orientações essenciais para a globalização e a circulação desenfreada, desregrada e ilimitada de capitais?

Que festejos devemos, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, fazer para comemorar que, em vez do «direito ao trabalho», inscrito na Constituição, o Tratado consagre, afinal, o «direito a trabalhar», tal como dizia a Constituição da República Portuguesa de 1933?

Que deveremos comemorar se, ao invés da «abolição do imperialismo, do colonialismo e de quaisquer outras formas de agressão, domínio e exploração nas relações entre os povos», como diz a Constituição da República, o novo Tratado confira à União capacidade plena no plano externo, designadamente para impor e promover «uma boa governação ao nível mundial e reforçar a segurança internacional», criando obviamente um novo pólo de natureza militar que se confronta com os objectivos da paz e da cooperação externa que nos devem nortear?

Não, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados. Nada temos que comemorar pelo facto de o novo Tratado entrar em vigor no dia 1 de Dezembro.

O futuro terá de prosseguir a luta e a denúncia política contra um documento que representa mais um acto de subordinação dos interesses nacionais a interesses políticos e económicos externos.

O futuro continuará a ser o da afirmação de um outro rumo para Portugal e para a Europa, baseado na cooperação, na igualdade de direitos e no respeito pelas soberanias, no reforço do crescimento económico para melhorar as condições de vida dos europeus, para promover a justiça social e garantir a coesão económica e social entre países e regiões.

O futuro será dizer «não» a esta cada vez mais perigosa escalada militar que o Tratado reforça, lutando por uma Europa que defenda o desarmamento, promova a não ingerência, a ajuda, a cooperação e a solidariedade entre povos e nações.

Nada disto, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, está previsto ou constituem objectivos do novo Tratado de Lisboa.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado José Manuel Pureza.

O Sr. **José Manuel Pureza** (BE): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Srs. Membros do Governo: Para os portugueses e para as portuguesas o Tratado de Lisboa é, no concreto, acima de tudo uma névoa, acima de tudo um enigma, acima de tudo um *remake* de um filme desinteressante e cinzento.

Mas os portugueses sabem mais do que isso: que as suas vidas, o seu emprego, os seus salários, os seus horizontes serão, a partir de agora, determinados pelo Tratado de Lisboa.

Sr. Ministro, um Tratado não é um anúncio, um Tratado não é um produto publicitário. Por isso, Sr. Ministro, não é o nome do Tratado que importa, como certamente concordará. O que importa é cada vez mais — e é isso que nos deve preocupar — o abismo que está estabelecido entre os povos da Europa e os seus governos, e esse abismo é aquele que manifestamente está no código genético deste Tratado e a opacidade que ele transporta como marca. É disso a prova mais evidente!

**Vozes do BE**: — Muito bem!

O Sr. **José Manuel Pureza** (BE): — Queria sublinhar, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, que a recusa de cumprir a promessa de submeter o Tratado de Lisboa a referendo é a confissão de que, na sua essência, está uma fuga à democracia.

O Sr. **Fernando Rosas** (BE): — Muito bem!

O Sr. **José Manuel Pureza** (BE): — Sempre que há opacidade é a democracia que perde. E a democracia ficou a perder — e ficou a perder gravemente! — com o processo de aprovação do Tratado de Lisboa.

O Sr. **Heitor Sousa** (BE): — Muito bem!

O Sr. **José Manuel Pureza** (BE): — Mas o Tratado vai entrar em vigor e, pela nossa parte, exploraremos todas as possibilidades que o novo quadro jurídico institucional nos oferecer para defendermos mais democracia, mais direitos e, por isso, mais Europa. Em nome disso, nós não abdicamos de olhar para este Tratado e de ver nele, acima de tudo, políticas concretas e não esquemas institucionais abstractos.

Quais são essas políticas? O Tratado de Lisboa institucionaliza, mais do que isso, constitucionaliza, as políticas que têm estado a ser levadas a cabo ao abrigo do Pacto de Estabilidade e Crescimento. O que era um instrumento de política efémera e criticável passa agora a ser uma norma constitucional no espaço europeu, passa a ser um princípio definidor em termos constitucionais do que é a União Europeia. E isto apesar de o passado recente — bem o sabemos! — ter demonstrado um erro profundo destas políticas. Afinal de contas, esse Pacto de Estabilidade e Crescimento foi ironicamente abandonado por todos os Estados. O bom senso era ter-lhe posto fim, o bom senso era não o ter constitucionalizado.

*Aplausos do BE.*

Isto quer dizer que o Tratado de Lisboa tornou constitucional um modelo que fragilizou as economias dos Estados-membros, tornadas, assim, terreno fácil para os efeitos mais nocivos da crise financeira e económica. E os efeitos concretos aí estão: antecipando já a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, a Comissão Europeia, pela voz do Comissário Almunia, veio dizer a quem o queria ouvir que teremos de ter ajustamento estrutural das nossas economias até 2013 e para Portugal isso vai significar, em termos muito concretos, a redução da despesa pública em cerca de 10 000 milhões de euros.

Para um país com um crescimento económico medíocre como é o nosso, abaixo da média europeia continuamente, isto significa uma coisa muito clara: recaída na recessão. E bem sabemos, em tempos como os que estamos a viver, que a recaída é sempre mais grave do que a doença inicial!...

De facto, o Tratado de Lisboa não aprendeu nada com a crise, e esse é o seu problema principal.

Mudou-se o Tratado para alterar a posição da República Checa, mudou-se o Tratado para alterar a posição da Irlanda, mas não se mudou o Tratado quando se deveria ter mudado para atacar o que é preciso atacar e aprender, que eram, justamente, os efeitos da crise económica. Não! Nada se fez! Houve capitulação nessa matéria e é esse o conteúdo real do Tratado de Lisboa naquilo que conta para a economia, naquilo que conta para o emprego, naquilo que conta para a justiça social.

O emprego, os salários, as reformas, o crescimento, em todas estas matérias, lamento dizê-lo, o Tratado de Lisboa é muito mais o vírus do que a vacina!

*Aplausos do BE.*

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: O Tratado vai entrar em vigor e a sua primeira concretização será já dentro de dias, a saber, a eleição do Presidente do Conselho Europeu e a eleição do Alto Representante para a Política Externa.

A pergunta que faz todo o sentido e que nos deve preocupar é a de saber como vai ser feita essa designação. Sabemos que há um jantar marcado para as 6 horas da tarde de amanhã para que os estadistas possam reunir e à mesa do jantar repartir os cargos de Presidente do Conselho Europeu e de Alto Representante para a Política Externa entre o Partido Popular Europeu e os socialistas. O Tratado começa, portanto, sob o desígnio da falta de transparência democrática.

Esta Europa que se vai decidir à sobremesa do jantar é uma Europa que não tem credibilidade do ponto de vista da transparência democrática!

*Aplausos do BE.*

Valeria a pena perguntar ao Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros quais são os critérios que o Governo português vai defender na escolha destas duas personalidades, qual é o perfil que o Governo português vai defender. Está ou não o Governo de acordo com duas Eurodeputadas do Grupo Parlamentar do Partido Socialista no Parlamento Europeu, que apelam a que a presidência do Conselho seja ocupada por uma mulher, comprometida com as causas do desenvolvimento, comprometida com as causas dos direitos

humanos, comprometida com as causas da justiça social à escala internacional? É esse o perfil que o Governo vai defender amanhã à sobremesa do jantar ou, pura e simplesmente, vai «partir o bolo» entre os populares e os socialistas?!...

A pergunta, portanto, é esta, Sr. Ministro e restantes Membros do Governo: diante do Tratado de Lisboa, o Governo português, neste momento de início da sua aplicação, tem um perfil concreto para defender, tem políticas económicas e sociais para defender ou, pelo contrário, como Sócrates, só sabe que nada sabe?!

*Aplausos do BE.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Vitalino Canas.

O Sr. **Vitalino Canas** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Como era desejado por todos aqueles que desejam mais democracia, mais transparência, melhor arquitectura institucional, maior proximidade entre as instituições e os cidadãos, mais vigor na vertente externa, o Tratado de Lisboa vai, finalmente, entrar em vigor em 1 de Dezembro.

Deste longo e sofrido processo de negociação e ratificação, várias lições se podem tirar, havendo uma que sobressai: a Europa a 27 já não é a Europa a 12 ou a 15; a União Europeia tornou-se muito mais complexa. Claro que já o sabíamos antes deste processo de ratificação, mas agora somos confrontados com consequências dessa complexização, que a alguns assusta, fazendo-os suspirar pelo regresso — impossível e, diria, indesejável — de uma União Europeia mais pequena e alegadamente mais coesa do ponto de vista cultural, civilizacional, político e económico.

A natureza das dificuldades surgidas no processo de ratificação permite prognosticar que será muito difícil, no futuro próximo, introduzir alterações significativas no Tratado, prefigurando-se um longo período de estabilidade constitucional na Europa. Aliás, a dificuldade de ratificação de qualquer tratado com vocação constitucional aumentará quando a União Europeia crescer para a Turquia, para os Balcãs ocidentais e, eventualmente, ainda mais a Leste.

Nesta hora de triunfo do ideal europeu, podemos talvez começar a esquecer que houve nesta Câmara, há poucos meses, quem tenha jurado uma precipitada e ansiosa «certidão de óbito» do Tratado de Lisboa. Enganaram-se e vão continuar a enganar-se teimosamente no que diz respeito às questões europeias. A obstinação contra o aprofundamento de uma Europa democrática, solidária, com valores sólidos, fá-los circular em contramão na história, aqui e no resto da Europa.

**Vozes do PS**: — Muito bem!

O Sr. **Vitalino Canas** (PS): — Todavia, é difícil esquecer as alianças tácitas que se foram formando ao longo destes últimos meses entre aqueles que, em alguns países, designadamente a Irlanda, o Reino Unido, etc., se encarniçaram contra o Tratado de Lisboa por ser demasiado protector do Estado social, por, alegadamente, facilitar leis que permitem a interrupção voluntária da gravidez ou pactos matrimoniais diferentes dos tradicionais e por ir longe demais na atribuição de força vinculativa à Carta de Direitos Fundamentais, e aqueles que, em nome de pretensos ideais de esquerda, acusam o Tratado de ser liberalizante, de não proteger suficientemente o modelo social europeu ou os direitos dos trabalhadores.

Sr. Presidente, para os parlamentos nacionais, para a Assembleia da República, o Tratado de Lisboa traz boas notícias e novos estímulos. Pela primeira vez, os parlamentos nacionais são encarados pelos tratados não como entidades estranhas à construção e ao funcionamento da União Europeia mas como peças relevantes do imenso *puzzle* institucional europeu. É certo que se deve evitar uma avaliação exagerada do papel dos parlamentos, até porque se poderia ter ido mais longe. Mas esse papel é inegavelmente relevante em várias dimensões.

Assim, a acrescer às competências que a Assembleia da República já detinha de fiscalização da actuação do Governo na frente europeia — com especial relevo nos casos em que persistem mecanismos de cooperação intergovernamental —, e de intervenção, através de parecer, em certos processos legislativos europeus e de escrutínio e avaliação de individualidades indigitadas ou seleccionadas pelo Governo para

alguns cargos europeus, a Assembleia da República vê-lhe atribuídas, pelo menos, três novas funções no contexto da União Europeia.

Em primeiro lugar, a função de fiscalização de instituições europeias, designadamente através da fiscalização e apreciação da observância do princípio da subsidiariedade por projectos de actos legislativos que lhe são notificados, da avaliação das políticas da União Europeia no âmbito do espaço de liberdade, segurança e justiça, do controlo político da Europol e da avaliação das actividades do Eurojust.

Em segundo lugar, uma função de co-participação na revisão ordinária ou em certos processos de revisão simplificada dos Tratados.

Em terceiro lugar, uma função de veto absoluto ou retardador de algumas decisões das instituições: veto absoluto, exercido por parlamentos individualmente considerados que se oponham à aplicação de cláusulas *passerelle* como as dos artigos 48.º, n.º 7, e 81.º, n.º 3, do Tratado sobre o funcionamento da União Europeia; veto suspensivo ou retardador, com várias variantes, no caso de emissão de pareceres fundamentados sobre a inobservância do princípio da subsidiariedade por projectos de actos legislativos.

Por outro lado, os parlamentos nacionais dispõem de legitimidade para reforçar o seu envolvimento substantivo e qualitativo nas questões europeias. Os tratados não impedem que os parlamentos nacionais se pronunciem sobre a aplicação ou a observância do princípio da proporcionalidade, bem como sobre a extensão, conteúdo e objecto dos projectos de actos legislativos, mesmo em áreas que não sejam da competência reservada daqueles parlamentos. É certo que esses pronunciamentos terão um significado e um alcance meramente político, deles não resultando qualquer efeito jurídico, diferentemente do que sucede quando se trata da pronúncia sobre o cumprimento do princípio da subsidiariedade. Mas aquela é uma faculdade dos parlamentos nacionais cujo alcance e valor político não deve ser menosprezado.

Este novo protagonismo dos parlamentos nacionais tem, é claro, contrapartidas: desses parlamentos espera-se que assumam com redobrado vigor a condição de agentes e promotores do projecto europeu.

Sr. Presidente, ratificado o Tratado de Lisboa, novos desafios institucionais cruciais se avizinham.

Na escolha de um Presidente do Conselho Europeu e de um Alto Representante para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança joga-se também a questão de saber se o esforço de construção e de ratificação do Tratado de Lisboa foi ou não em vão e se as expectativas geradas quanto à capacidade de a Europa se afirmar face ao mundo foram ou não excessivas.

A finalizar, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, importa sublinhar que o triunfo do Tratado de Lisboa é também o triunfo de Portugal.

Fora da Europa, Portugal estaria condenado pela dinâmica geopolítica e económica actual a ocupar um lugar crescentemente periférico e irrelevante, totalmente despido de qualquer capacidade de influência ou de protagonismo ao nível mundial.

Entre essa fatalidade e a possibilidade de desempenhar um papel relevante na construção da União Europeia, Portugal escolheu a segunda opção. Opção largamente compensada com o desenvolvimento e a modernização, mas também com a visibilidade que nos é proporcionada pelo exercício de altas funções nas instituições.

A esse significativo rol de mais-valias e de sucessos vem agora juntar-se a circunstância de Portugal e de Lisboa passarem a ocupar o núcleo central dos lugares simbólicos da União Europeia. Aí ficarão, creio, muito tempo.

Dir-se-á: coisa pouca, esse posicionamento no centro simbólico da Europa. Direi antes: coisa enorme esta capacidade de um país pequeno continuar a conseguir o que sempre conseguiu em todas as épocas, não obstante a sua dimensão geográfica — a de ter uma alma maior do que o corpo.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Serpa Oliva.

O Sr. **João Serpa Oliva** (CDS-PP): — Ex.<sup>mo</sup> Sr. Presidente, Ex.<sup>mo</sup> Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Permitam-me que, na primeira vez que dirijo a palavra a esta Assembleia, os saúde a todos e a cada um em particular, desejando a todos, sem excepção, as maiores felicidades.

A V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, quero pedir-lhe, como «caloiro» vindo de Coimbra, que me conceda o benefício da dúvida, se eu ultrapassar o tempo que me é concedido.

No que concerne ao que hoje aqui nos reúne — o Tratado de Lisboa —, o CDS é defensor de uma Europa coesa, com liderança, onde as opções soberanas dos Estados continuem a prevalecer, sem prejuízo da cooperação necessária e adaptada aos novos tempos.

**Vozes do CDS-PP:** — Muito bem!

O Sr. **João Serpa Oliva** (CDS-PP): — Há novas matérias transnacionais, como a imigração, a luta contra o terrorismo, o crime organizado ou a estabilização de países na zona de vizinhança europeia.

O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Serpa Oliva** (CDS-PP): — Aceitámos, com realismo, o Tratado de Lisboa e votámos a sua entrada em vigor por considerá-lo necessário ao quadro das instituições europeias e à superação de um impasse da União após os últimos alargamentos. É um pensamento que mantemos. A participação de 27 Estados é diferente da tida por apenas 15. Ora, o Tratado responde positivamente a este e a outros dilemas.

A sua entrada em vigor, que saudamos, deixa cair toda e qualquer desculpa dos governos nacionais para não agir.

*Aplausos do CDS-PP.*

O Governo português deixa, assim, de poder responsabilizar o impasse europeu para justificar o impasse nas suas políticas públicas.

O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Serpa Oliva** (CDS-PP): — Porque consideramos o Tratado positivo e realista não tivemos receio em solicitar a sua ratificação por referendo. Envolver os portugueses no debate europeu, não ter receio de devolver aos cidadãos a legitimidade de votar o documento e cumprir compromissos estabelecidos com a população são razões de sobra para aceitar a opção referendária. O Governo assim não o entendeu, deixando cair mais uma das suas promessas eleitorais.

O Sr. **Pedro Mota Soares** (CDS-PP): — Bem lembrado!

O Sr. **João Serpa Oliva** (CDS-PP): — O CDS, ao invés, foi coerente e cumpridor.

*Aplausos do CDS-PP.*

Bastar-nos-ia olhar para o caso irlandês para concluirmos que o referendo não travou o Tratado, antes recuperou algumas garantias nacionais à Irlanda, que, numa primeira fase, não constavam do texto do Tratado. Ou seja: o povo pronunciou-se e este Estado-membro garantiu para si requisitos a que considerou ter direito.

*Aplausos do CDS-PP.*

O debate que hoje o Parlamento protagoniza merece-nos uma saudação particular. O debate europeu tem de estar mais presente na agenda nacional e é de recusar a sua gestão governamental sem fiscalização política. A Assembleia da República e todos nós devemos reforçar o nosso papel no escrutínio da política portuguesa na União e da política da própria União.

Por estas razões, entendemos que Portugal deve dar mais atenção à sua participação nas instituições europeias. Há uma fraca presença de quadros intermédios nestas instituições e não existe uma verdadeira e

eficaz rede de comunicação entre todos os portugueses que trabalham nas instituições, sendo muitos deles importantes contributos para os processos de decisão nacional. Há como que um Parlamento Europeu e um Parlamento português que deviam estar, efectivamente, total e completamente integrados. A dimensão de Portugal e a sua influência na Europa exigem mais capacidade de trabalho, organização e implementação. A diplomacia portuguesa deve apostar na formação dos seus quadros em assuntos europeus, de forma a integrá-los nas estruturas europeias. Não se defendem os interesses nacionais em Bruxelas apenas com alguns altos quadros, é preciso mais e melhores quadros intermédios.

O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Serpa Oliva** (CDS-PP): — Esta matéria é hoje mais relevante do que nunca, tendo em conta o processo que desencadeará a criação do serviço de acção externa da União.

Mas o CDS não se limita a ver a União Europeia como uma teia meramente institucional; defendemos uma visão activa, responsável e realista na relação com os Estados Unidos da América, com o Magreb, com a China, com a Rússia, com a Índia, com o Médio Oriente e a América Latina, perante as questões energéticas, que tanta insegurança originam, no combate ao terrorismo, ao crime organizado e ao tráfico de seres humanos, face às alterações climáticas e com respeito pelos direitos humanos. A aliança de segurança com os Estados Unidos é, seguramente, a garantia da segurança mútua. O relacionamento próximo com o Magreb, alicerçado numa estratégia para o Mediterrâneo, reforça o papel de Portugal e é determinante para a contenção de conflitos e a regulação dos fluxos migratórios.

O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Serpa Oliva** (CDS-PP): — Consideramos, ainda, como áreas políticas prioritárias da União Europeia a sua segurança, uma prudente política de vizinhança e uma relação séria e pragmática com a Turquia, que reflecta os interesses mútuos. Mantemos as nossas reservas quanto à adesão deste país, insistindo na necessidade de encontrar um estatuto especial, que pode não passar pela sua adesão à União.

*Aplausos do CDS-PP.*

Entremos agora em quatro áreas às quais o CDS é e sempre foi particularmente sensível.

Começemos pela agricultura: o Governo socialista tinha a obrigação de gerir e tomar medidas de acompanhamento, de forma a garantir o sucesso da execução da reforma da Política Agrícola Comum. Infelizmente, nada ou quase nada foi feito. Foram quatro anos sem programas e sem medidas. Perdeu-se a oportunidade de reconverter sistemas, no sentido de assegurar ganhos sustentáveis na competitividade económica e no rendimento empresarial agrícola em Portugal.

No presente cenário económico, a agricultura pode dar um contributo enorme para o crescimento e para a redução do endividamento. Para dar efectiva execução aos fundos comunitários é condição prévia estar disponível para que a comparticipação nacional, via Orçamento do Estado, se cumpra ano após ano. Por aqui se vê como o CDS está certo quando diz que a primeira prioridade é o crescimento, pois gera investimento comunitário, privado e público.

Aqueles que considerarem que o défice está primeiro do que a economia, obviamente, vão «cortar» ou atrasar ainda mais a parcela do Orçamento do Estado para a execução dos fundos.

Pôr o PRODER a funcionar e fazer os pagamentos a tempo, isto também é Europa, Sr. Ministro!

*Aplausos do CDS-PP.*

Eu repito: pôr o PRODER a funcionar e fazer os pagamentos a tempo, isto também é Europa, Sr. Ministro!

O Sr. **Pedro Mota Soares** (CDS-PP): — Muito bem!



O Sr. **João Serpa Oliva** (CDS-PP): — Relativamente à imigração, o CDS tem sido o único partido em Portugal que sempre defendeu políticas, as quais constam hoje de um compromisso assinado por todos os Estados da União Europeia. Neste contexto, possui especial responsabilidade e uma legitimidade acrescida em prosseguir as suas propostas políticas nesta área e em procurar novas soluções para um fenómeno cada vez mais tão complexo e global como mutável.

A premissa fundamental em que assenta a premissa do CDS considera os imigrantes como pessoas iguais a todas as outras na sua dignidade, pelo que o relacionamento do Estado com os imigrantes jamais pode deixar de atender a essa dimensão pessoal e deve reger-se, inexoravelmente, por princípios de respeito, transparência, lealdade e tutela da confiança.

**Vozes do CDS-PP:** — Muito bem!

O Sr. **João Serpa Oliva** (CDS-PP): — Nesse sentido, o respeito pelos imigrantes obtém-se, antes de mais, através de uma política clara e responsável de imigração legal, o que significa que devemos acolher de forma digna aqueles que procuram o nosso país para trabalhar e melhorar as suas vidas e que, assim, contribuem também para o crescimento nacional. Uma política menos rigorosa de imigração conduzirá, inevitavelmente, a deficiências no acolhimento e a outros problemas de diferente natureza.

*Aplausos do CDS-PP.*

No que concerne à economia, há em Portugal cerca de 300 000 micro, pequenas e médias empresas, responsáveis por mais de 2 milhões de empregos, bastante afectadas pela crise.

O Sr. **Presidente:** — Sr. Deputado, peço-lhe que tenha atenção ao tempo...

O Sr. **João Serpa Oliva** (CDS-PP): — Sr. Presidente, peço-lhe desculpa, vou já terminar.

Nos últimos anos, Portugal continuou a divergir face à União Europeia, quer em produtividade média por trabalhador, quer considerando qualquer outra medida global de riqueza.

Ficámos aquém das necessidades na captação de mais investimento externo, o que também é revelador da fraca competitividade do nosso país. Não obstante este cenário pouco animador, o Estado continuou a «cavalcada fiscal», com consequências na deterioração da competitividade das nossas empresas e na inibição da atracção de investimento externo. A carga fiscal aumentou.

Há dois dias apenas, ficámos a conhecer o drama dos números do desemprego — 9,8% —, já aqui largamente caracterizados.

Se me permitem, deixarei o tema do mar para a fase de encerramento.

Termino, expressando a V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, e a todos vós Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados a certeza de que o CDS estará sempre pronto a acolher propostas que, em todas as áreas referidas, sirvam de forma inequívoca o bem-estar de todos os portugueses.

Bem hajam!

*Aplausos do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente:** — Srs. Deputados, vamos passar à fase de encerramento.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado José Luís Ferreira.

O Sr. **José Luís Ferreira** (Os Verdes): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: A Europa prepara-se para receber o Tratado de Lisboa, mas à grande maioria dos Europeus, incluindo os portugueses, não lhes foi dada a possibilidade de dizerem se queriam ou não queriam este Tratado. Não foi necessário. Os «iluminados» ditaram o nosso destino colectivo.

Foi «porreiro», mas não tão fácil como parecia, obrigou a alguns números de magia, a algumas manobras esforçadas e a um novo baptizado. O «não» da França e da Holanda foi apenas um contratempo — nada que não se resolvesse.

Retiraram-se alguns aspectos laterais, como o hino e a bandeira, mais uns retoques, poucos, aqui e ali, e rebaptizou-se o Tratado, agora de Lisboa, antes Tratado Constitucional. E aí está a receita encontrada para colocar os povos que disseram «não» a dizer «sim» e evitar que os povos que não se pronunciaram pudessem dizer «não» pela via do referendo. Foi, de facto, um número digno de fazer inveja aos mágicos.

E, em nome da democracia, mas com um assinalável e invulgar requinte democrático, impôs-se um tratado constitucional aos europeus. Isto quando todos nós sabemos que, apesar da nova roupagem, o essencial do conteúdo do dito Tratado Constitucional permanece, ou seja, o caminho para uma Europa desigual e prossecutora de políticas neoliberais, que fragilizam as conquistas sociais, tanto pela via da liberalização dos mercados como pela privatização de serviços públicos.

Um caminho que promove a militarização da União Europeia, o aumento das despesas militares e a corrida aos armamentos.

Mudou o nome e pouco mais.

Talvez por isso o soar pressionado dos tambores da Irlanda passasse completamente ao lado dos povos europeus. Talvez estivessem à espera, ansiosos, da luz verde da República Checa, para, finalmente, saírem à rua, em festa, comemorar tão importante decisão para as suas vidas, para os seus destinos.

Mas, afinal, nada, nem um foguete em toda a Europa. As comemorações reduziram-se, provavelmente, a umas poucas e pequenas fórmulas, semelhantes ao «Porreiro, pá!», trocadas entre os «iluminados», que correram para a preocupação seguinte: quem vai ser o Presidente do Conselho Europeu e o Alto Representante para a Política Externa?

O pior de tudo é que a História que os líderes europeus acabaram por escrever neste processo não é pura coincidência; teve como pano de fundo e em exclusivo as necessidades do mercado, e qualquer semelhança com a realidade não é, infelizmente, ficção.

Se dúvidas houvesse relativamente às motivações que envolveram a necessidade deste Tratado ou sobre os propósitos que o nortearam, elas desfazer-se-iam com a simples constatação de que, se fosse a pensar nas pessoas, nos europeus, não se corriam riscos e não haveria receio de perguntar aos povos se queriam ou não este Tratado.

Se fosse bom para a grande maioria dos europeus, certamente, diriam que sim. Foi por isso que não lhes perguntaram, foi por isso que não permitiram que se pronunciassem. E, no que diz respeito aos portugueses, com a agravante de essa consulta constituir uma promessa eleitoral do Partido Socialista e de constar do Programa do Governo de então, uma promessa trabalhada, que, inclusivamente, motivou um processo de revisão constitucional para tornar possível a consulta dos portugueses sobre a matéria.

O referendo era, na nossa perspectiva, uma exigência democrática que se impunha. Era necessário perguntar aos portugueses se concordavam ou não, mas houve receios de novos contratempos, de novos embaraços.

Pode ter sido «porreiro», mas foi muito pouco elegante; pode ter sido eficiente, mas foi pouco honesto face às promessas que sobre o assunto se fizeram aos portugueses.

Os Verdes entendem que o Tratado imposto aos europeus vem agravar os traços negativos das políticas neoliberais com que temos vivido e que desembocaram na crise que hoje vivemos. Políticas neoliberais essas visíveis sobretudo na tentativa de aprisionar os serviços públicos à política de concorrência e ao mercado interno, dando resposta à gula dos grupos privados, que deles querem tomar conta, para os reduzir a simples mercadorias, mas também na imposição de competências partilhadas e submetidas às orientações da política de concorrência em importantes domínios, como sejam a política social, os transportes, a agricultura e pescas, a defesa dos consumidores, o ambiente, entre tantas outras.

E, em jeito de conclusão, podemos agora dizer o que, já há muito, se percebeu: tinham razão em não dar a voz aos portugueses, em não permitir o referendo, pois os portugueses teriam, certamente, dito que não.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Agostinho Lopes.

O S. **Agostinho Lopes** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: O debate hoje travado sobre o Tratado da União Europeia, dito de Lisboa, só podia consolidar as ideias centrais do PCP sobre a matéria. A voz do bloco central, apoiada no fundamental pelo CDS-PP, é uníssona, é unânime. Na privação do povo português de um referendo, no acordo total com o seu conteúdo. Mas não há

grandiloquência discursiva, nem adjectivação encomiástica das virtudes e bondade do Tratado que escondam a gravidade das opções e decisões políticas para os portugueses, para Portugal, para a Europa, para o Mundo, decorrentes do novo Tratado da União Europeia.

Sublinhemos, mais uma vez, os traços centrais deste processo.

Uma monstruosa fraude política destinada a impedir que os povos da União Europeia, incluindo o português, se pronunciassem por referendo sobre o Tratado, através da mistificação construída com o abandono do uso dos conceitos «Constituição» e «Tratado Constitucional». As diferenças entre o texto inicial e o agora concluído Tratado de Lisboa são as alterações «cosméticas» de Giscard, pai da Convenção, o trabalho «criativo» de Prodi, ou «a terminologia diferente» para a mesma «substância jurídica» da Sr.<sup>a</sup> Merkel! Diferenças «tão substanciais» que permitiram que Zapatero não fizesse novo referendo dadas as semelhanças dos Tratados, e a Sócrates não fazer qualquer referendo dadas as diferenças. Notável...!

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

O **S. Agostinho Lopes** (PCP): — Onde não foi possível ultrapassar os resultados negativos dos referendos, como na França e na Holanda, através de «alterações cosméticas», e se fez um referendo, como na Irlanda, com um rotundo «não», inaceitáveis pressões e chantagens impuseram um novo referendo, até acertar a vontade do povo irlandês com a vontade dos órgãos da União Europeia.

Estes processos aniquilam formalmente a «política» na União Europeia e eliminam a democracia cuja essência é o confronto e a escolha pela participação e voto dos cidadãos de projectos e políticas. Foi assim que os líderes e mentores da União Europeia descobriram com espanto a impossibilidade e o absurdo da auscultação democrática dos povos através de referendos.

É porque as consultas referendárias só poderiam dar «sim», convergindo com os consensos e unanimidades nos órgãos da União Europeia. E estranhamente têm tido resultados «não», o que tem obrigado a esta também estranha coisa em democracia que é a repetição dos referendos até se obter um «sim»!

É por isso que Juncker, Primeiro-Ministro do Luxemburgo e agora um dos indiciados candidatos a Presidente do Conselho Europeu, declarou em Junho de 2006: «Não são os dirigentes da Europa que estão errados, são os povos»!

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: O que o PCP contesta no Tratado é a sua brutal confrontação e desconformidade com a Constituição da República Portuguesa e consequente postergação dos interesses nacionais, como foi destacado na intervenção do camarada Honório Novo.

Um Tratado que não respeita «princípios fundamentais do Estado de direito democrático», que «aliena poderes soberanos do Estado», que viola o princípio de relações internacionais guiadas «pelos princípios da independência nacional (...) e igualdade entre os Estados (...)», que contradiz «o desarmamento geral e controlado, a dissolução dos blocos político-militares (...)», com a constituição de um pólo imperial europeu e que subverte a clara matriz constitucional de organização económica na intervenção do Estado e subordinação do poder económico ao poder político.

O novo Tratado configura-se como um super-Estado federal, com mecanismos de intervenção imperialista, em estreita colaboração com a NATO, e que visa institucionalizar o neoliberalismo como doutrina económica e social da União Europeia.

Fiel aos seus ideais, patriota e internacionalista, o PCP afirma a sua inabalável confiança e determinação no prosseguimento e intensificação da luta contra as renovadas ameaças aos direitos sociais e laborais, à soberania, à paz e à cooperação que este Tratado representa, na luta por outra Europa, por uma Europa dos trabalhadores e dos povos.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Pureza.

O Sr. **José Manuel Pureza** (BE): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Este debate, cremos, provou que o Tratado de Lisboa está longe de ser o instrumento que a União Europeia

necessitava para se reforçar tanto do ponto de vista da justiça interna como do ponto de vista da sua projecção internacional.

Há pouco, referindo-se aos antecedentes do Tratado de Lisboa, concretamente ao Tratado de Nice, o Sr. Deputado Costa Neves dizia que Nice tinha deixado muito por resolver. Tem razão!... Mas seria importante que considerássemos que o Tratado que estamos a debater deixa ainda muito mais por resolver.

Aliás, desde Maastricht que se acumulam os problemas por resolver no processo de construção europeia. Aquilo a que temos assistido durante a década de 90 e a actual mais não é do que o acumular de falhas no processo de solução dos problemas essenciais da Europa.

Esses problemas, em nosso entender, são dois, e em nenhum deles o Tratado de Lisboa dá uma resposta à altura da dimensão destes mesmos problemas.

O primeiro desses problemas e o primeiro desses desafios é o da democracia. Um tratado que nasce sob o desígnio do incumprimento de uma promessa de submeter aos cidadãos e cidadãs a sua apreciação é um Tratado que, à partida, está inquinado, do ponto de vista da sua credibilidade democrática. Mais: é um Tratado que não faz mais do que reforçar a opacidade que tem marcado o processo de construção europeia. De facto, uma Europa que se governa ao jantar, uma Europa que escolhe uma sobremesa a 27 para decidir o essencial dos cargos políticos futuros é uma Europa que está realmente muito mal, do ponto de vista da transparência democrática.

**Vozes do BE:** — Muito bem!

O Sr. **José Manuel Pureza** (BE): — Há um preocupante défice democrático no processo de construção europeia. E espantamo-nos que a terminologia «défice democrático» tenha deixado de aparecer no vocabulário oficial sobre esta matéria. Esse défice pode ser disfarçado verbalmente, mas existe e é extraordinariamente grave!

O segundo problema, e desafio, é o que vem corroendo a União Europeia: uma política económica teimosamente guiada por cânones que levaram esta mesma União Europeia à crise. Uma Europa ausente, quando dela mais precisávamos, uma Europa que empurra a responsabilidade do combate à crise para os Estados-membros individualmente considerados, ao mesmo tempo que os manietta com a aplicação cerrada do Pacto de Estabilidade e Crescimento, é evidentemente uma Europa que penaliza os Estados mais frágeis, é uma Europa que, ao trazer essa receita para o interior constitucionalizado do Tratado de Lisboa, não está à altura das circunstâncias desta crise.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: 20 anos depois da queda do Muro de Berlim, há novos muros que se erguem na Europa, bem o sabemos, e o muro da opacidade e o muro da ortodoxia orçamental, que afastam os cidadãos da Europa dos desígnios da União Europeia, são os muros que hoje corroem mais uma União que poderia ser mobilizadora, mas que não o é.

O Tratado de Lisboa, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, é um episódio. Não é mais do que um episódio. E assim o veremos quando daqui a menos tempo do que imaginamos estivermos todos, de novo, a discutir, pela enésima vez, a enésima tentativa de fazer passar uma Constituição para a Europa. Esperemos que dessa vez a coisa seja mais bem sucedida.

*Aplausos do BE.*

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares** (Jorge Lacão): — Toda a História é um episódio!...

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Serpa Oliva.

O Sr. **João Serpa Oliva** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Deixei há pouco, porque o tempo já escasseava, um tema que nos é particularmente caro e foi sempre, penso, para Portugal: o tema do mar.

Fonte de liberdade e independência de Portugal desde a sua fundação, o mar é, sobretudo para um país que precisa tanto de modernizar a sua economia, seguramente uma das maiores fontes de oportunidades e riquezas. A questão está em saber aproveitá-las.

Repare-se que, desde as pescas à indústria conserveira; da construção naval civil e militar às indústrias de excelência ambiental, por exemplo, nas ondas e nos oceanos; dos portos à investigação científica e à Universidade; da segurança da costa à soberania marítima; da questão tantas vezes conversada mas nunca concretizada da plataforma continental aos desportos e ao turismo náutico, um vastíssimo leque de interesses e de entidades decisivas conflui e nem sempre facilita uma estratégia marítima para Portugal. Acontece, aliás, que, frequentemente, os objectivos internos têm de ser articulados com a política externa — nomeadamente a Europeia hoje consagrada no Tratado de Lisboa —, porque se reflectem em negociações internacionais.

A conclusão a retirar deste quadro de oportunidades nacionais e dificuldades burocráticas é a de que as políticas do mar precisam de uma forte coordenação e de uma inequívoca direcção, de preferência numa área de Estado, para lhes conferir maior relevância institucional.

O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Serpa Oliva** (CDS-PP): — Em tempos de crise, a inovação ganha um valor extraordinário. Penso que aqui temos realmente um grande papel a desempenhar, Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros. Penso que o mar tem sido muito pouco explorado ao nível da Europa. Ora, sob o ponto de vista económico, o sector do mar pode acrescentar imenso valor à nossa situação, com vista à produção de energias, à investigação, às exportações e às novas áreas de negócio. Assim saiba o Governo perceber esta nova janela de oportunidades.

Gostaríamos, por último, de deixar-lhe a si, Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, uma pergunta que já foi aqui colocada pelo meu querido amigo e Deputado Telmo Correia. Qual é o perfil que V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> entende que vai ser apoiado por Portugal e se não o choca que esse perfil advenha da segunda família europeia.

Já hoje tive oportunidade de dizer ao Sr. Secretário de Estado, em sede de Comissão, que não nos choca que venha do Grupo Parlamentar do PS do Parlamento. Penso que é normal, mas gostaríamos de saber da parte de V. Ex.<sup>a</sup>, de viva voz, o que entende ser o perfil dessa nova figura, que nos parece que vai ter um peso decisivo no futuro da Europa.

*Aplausos do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Silva.

O Sr. **Guilherme Silva** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Tem sido comum saudarmos cada novo Tratado, no âmbito do processo da construção europeia, como passo importante na integração e factor de maior eficácia das instituições da União.

Porventura, fizemo-lo sempre por boas razões, mas creio que mais ou menos datadas e visando responder, acima de tudo, a conjunturas pontuais.

Foi assim com Maastricht, no sentido de uma viragem para a União Política e para a moeda Única, como o foi com o Tratado de Nice, que se mostrou necessário, e mesmo essencial, ao sucesso do processo de alargamento.

Uma União Europeia alargada a 27 não podia continuar a funcionar com regras e procedimentos pensados para uma Europa a 12 ou a 15.

O Tratado de Lisboa, pela extensão e profundidade das alterações que introduz no funcionamento da União, ganha uma importância ímpar e um alcance estrutural que lhe perspectiva uma dimensão institucional e temporal, sem precedente, excepção feita aos Tratados fundadores.

Há mais de meio século, a Declaração de Robert Schuman constituiu o ponto de partida de um projecto ambicioso: unir os cidadãos europeus, dilacerados durante séculos por lutas fratricidas, em torno de um projecto comum.

Hoje, com o Tratado de Lisboa, não é exagerado afirmar que se procede a uma verdadeira «refundação da Europa», reforçando o mesmo espírito que inspirou o Tratado de Roma e a criação do mercado comum.

Mas o Tratado de Lisboa, desde logo pela sua própria designação e ainda pela circunstância de Portugal ter estado particularmente envolvido na sua aprovação, assume especial significado para nós, portugueses.

O Tratado foi assinado em Lisboa, a 13 de Dezembro de 2007, uma vez que foi possível concluir as respectivas negociações durante a Presidência Portuguesa, graças ao notável trabalho da nossa diplomacia, a quem daqui presto a merecida homenagem.

Muito se ficou a dever, também, ao empenho e à determinação do Presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, que muito tem honrado o nosso País no exercício de tão elevado cargo.

Portugal, que, no passado, «deu novos Mundos ao Mundo», foi agora determinante, nesta oportunidade, para «dar uma nova Europa ao Mundo»!

Diga-se, no entanto, que esta nossa capacidade de contribuir para fazer avançar a Europa contrasta com a persistente incapacidade de, nos últimos anos, avançarmos na Europa, da qual continuamos a divergir de forma crescente.

Ninguém ignora que, sem prejuízo do sucesso que tem sido esta experiência de organização supranacional, o processo de construção europeia tem conhecido muitos acidentes de percurso.

Não podemos, aliás, esquecer o fracasso do Tratado Constitucional, que antecedeu o Tratado de Lisboa, o qual, para uns, é excessivamente fiel ao anterior texto e, para outros, ter-se-á afastado demasiado dele.

Pensamos que nem uns nem outros têm razão e que se encontrou um adequado ponto de equilíbrio.

**O Sr. José Pedro Aguiar Branco (PSD):** — Muito bem!

**O Sr. Guilherme Silva (PSD):** — O Tratado de Lisboa visa tornar a União Europeia mais eficiente, dotando-a de instituições adaptadas a uma Europa alargada, mais próxima dos cidadãos, colocando-os no centro do projecto europeu, mais eficaz e coerente no seu relacionamento com o Mundo, mais apta a responder aos desafios globais que se colocam neste início de século.

A Carta dos Direitos Fundamentais assume força jurídica vinculativa em domínios que envolvem os valores essenciais da liberdade, igualdade, dignidade, justiça, solidariedade e cidadania por que nos regemos.

Diga-se que os novos instrumentos de defesa dos direitos fundamentais ganharão, por certo, particular relevância, como contraponto a atropelos de elementares regras democráticas e do Estado de direito, que, como bem sabemos, se vêm registando no seio da própria União Europeia.

Particular relevo ganham os Parlamentos nacionais, no âmbito dos processos de decisão e legislativo, velando pela observância do princípio da subsidiariedade, princípio da maior importância num sistema de «soberania partilhada».

Diga-se que o Parlamento português tem já hoje procedimentos avançados neste particular, que serão agora, naturalmente, aperfeiçoados e aprofundados.

Não devemos, contudo, abdicar de uma consciência crítica acerca da construção da União Europeia em que nos integramos. Como não podemos deixar de estar cientes de que partimos de um patamar menos confortável, em termos democráticos, do que outros Estados que referendaram o Tratado.

Tenhamos, igualmente, consciência de que os objectivos do Tratado, de aproximar os cidadãos do projecto europeu e das instituições europeias, de reestruturar e assegurar maior eficácia à União alargada, de a tornar um factor de estabilização e uma referência na nova ordem mundial dependem, acima de tudo, da vontade política. Vontade política dos responsáveis das instituições da União mas também vontade política dos responsáveis dos respectivos Estados-membros.

Uma Europa dos cidadãos, uma Europa das regiões, uma Europa dos Estados, enriquecida com as suas naturais diferenças, mas que tem em comum uma única e intransponível fronteira — a do respeito pela dignidade humana e pelos direitos fundamentais.

É na construção e reforço desta Europa que queremos continuar a participar. Uma Europa com a necessária superioridade ética que lhe permita ser respeitada como agente privilegiado da globalização dos valores e princípios que a distinguem, como são o respeito pela dignidade do homem, pela democracia e pelo Estado de direito.

Só assim se fortalecerá o compromisso histórico dos povos europeus, no sentido de a mais Europa e a melhor Europa corresponder, também, por seu intermédio e influência, um Mundo socialmente mais justo e mais solidário.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Também para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Sérgio Sousa Pinto.

O Sr. **Sérgio Sousa Pinto** (PS): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Ex.<sup>mos</sup> Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: O Tratado de Lisboa constitui um progresso indiscutível no processo de integração europeia.

Convém lembrar que o Tratado de Lisboa foi inspirado no Tratado Constitucional — não há que iludir esta questão — e foi um Tratado com intervenção directa de Deputados eleitos, europeus e nacionais, e também de parceiros sociais, o que nunca tinha acontecido na história da Comunidade Europeia, porque os tratados tinham características exclusivamente intergovernamentais. Trata-se, portanto, de um progresso democrático indiscutível.

As profundas reformas institucionais que o Tratado de Lisboa opera, e que seria fastidioso elencar nesta fase do debate, são urgentes e, porventura, mesmo tardias.

O fim da regra da unanimidade nas deliberações do Conselho será, estou convencido, a alteração susceptível de produzir consequências de maior alcance, no quadro de uma União a 27.

A reforma institucional permitirá, espera-se, que as diferentes instituições da União recuperem a capacidade de agir na conformação de políticas concretas susceptíveis de fazerem sentir os seus efeitos no dia-a-dia dos cidadãos europeus.

O impasse institucional em que continuaremos mergulhados até à entrada em vigor do Tratado de Lisboa representa a paralisia e a impotência política das instituições, e em particular do Conselho Europeu, no contexto heterogéneo de uma Europa com 27 Estados-membros.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Catarina Mendonça** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Sérgio Sousa Pinto** (PS): — O prestígio e a aptidão da União Europeia para corresponder às expectativas legítimas dos cidadãos europeus depende, por isso, directamente do sucesso de um novo ciclo de dinamismo político e legislativo, impossível de conceber fora do quadro do Tratado de Lisboa.

Por importante que seja este Tratado e difícil que tenha sido o seu processo de aprovação e ratificação, não podemos iludir algumas insuficiências que continuam a travar o potencial da acção política a uma escala supranacional: desde logo, os magros progressos alcançados no plano da coordenação das políticas económicas, absolutamente indispensável num mundo globalizado e interdependente; ou, ainda, o insuficiente escrutínio da política monetária europeia, que constitui uma das mais graves expressões do défice democrático europeu.

A Europa, carente de liderança e vítima da sua heterogeneidade pós-alargamento, revelou não ter alcançado a maturidade para responder a estes problemas, que são verdadeiros *left-overs* do Tratado de Lisboa.

Escusado será insistir na evidência de que o nosso interesse nacional se confunde com o aprofundamento da integração europeia e com o fortalecimento das instituições federais incumbidas de identificar o interesse comum europeu e zelar pela sua prossecução.

Temos de persistir, pois, no esforço de converter domínios de soberania fictícia num reforço dos domínios de soberania efectiva partilhada.

Temos de procurar manter-nos no eixo dinâmico do processo político europeu e contrariar lógicas de directório, por parte de países que, partilhando níveis de desenvolvimento próximos entre si e um padrão de interesses comum, se imponham aos demais e procurem usar o novo quadro institucional para enfraquecer a Comissão e o Parlamento.

O Tratado de Lisboa abre um conjunto de possibilidades e desafios.

Do seu sucesso depende a confiança dos cidadãos europeus na sua união política e nas instituições que a corporizam.

Do seu sucesso depende a emergência de uma renovada liderança europeia, de que a Europa tem estado privada há demasiados anos.

Do seu sucesso depende, enfim, a nossa capacidade colectiva de reafirmarmos o primado do político sobre o económico, na regulação e conformação das sociedades em que queremos viver, e da manutenção das condições necessárias à preservação dos nossos modelos sociais.

Numa palavra, soberania real e efectiva, para permanecermos senhores do nosso destino colectivo, num mundo global perigosamente desregulado.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Ainda para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Europeus.

O Sr. **Secretário de Estado dos Assuntos Europeus** (Pedro Lourtie): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Permitam-me que comece por duas questões específicas que foram suscitadas aqui durante o debate, a primeira das quais diz respeito a uma clarificação no que toca à política marítima. Este Tratado de Lisboa não acrescenta competências, ao nível da União Europeia, no que diz respeito à política marítima, o que faz é juntar e dar coerência, numa política marítima integrada, a várias áreas de actuação onde a União Europeia já tinha, hoje, actuação. Por isso, em nada, este Tratado de Lisboa, tira competências aos Estados-membros nessa matéria.

O segundo ponto que aqui foi focado e que gostaria de esclarecer tem a ver com o seguinte: como tive oportunidade de dizer hoje de manhã, na Comissão de Assuntos Europeus, Sr. Deputado João Serpa Oliva, o perfil que Portugal gostaria de ver à frente dos principais cargos que estão agora em debate, na União Europeia, é o de alguém que possa compreender bem os equilíbrios institucionais da União Europeia, que possa compreender e respeitar as competências das várias instituições, que respeite as várias sensibilidades e a ligação com todos os Estados-membros e, obviamente, alguém que acredite no projecto europeu. Respondendo à sua pergunta, muito em particular no que diz respeito ao alto representante, para além de todas as características que referi e que me parecem absolutamente essenciais, tem de ser alguém que tenha uma visão da política externa europeia compatível com o reforço das suas principais prioridades e, muito nomeadamente, com o reforço e a renovação da agenda transatlântica em matéria de política europeia e de segurança comum.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Tratado de Lisboa, como já aqui foi dito hoje, representa um novo ciclo para a Europa. Um ciclo importante, que é o resultado da rápida evolução da União Europeia e do mundo nestes últimos anos.

Nesse contexto, e no que respeita à União Europeia, é o resultado da tomada de consciência de três pontos fundamentais: em primeiro lugar, das vantagens do equilíbrio institucional tradicional da União, nomeadamente do papel central da Comissão e do método comunitário; em segundo lugar, das vantagens da acção conjunta da Europa, muito em particular na sua vertente externa; em terceiro lugar, da necessidade de aproximação aos cidadãos e aos Parlamentos Europeu e nacionais.

O Tratado, no que diz respeito às questões institucionais, não enfraquece as instituições europeias, muito pelo contrário, reforça-as a todas. Foi aqui dito e é absolutamente claro que o Tratado reforça, antes de mais, as competências do Parlamento Europeu.

O Parlamento Europeu passa a ser, na prática, co-legislador, em pé de igualdade com o Conselho da União Europeia, passa a ter competências em matéria orçamental na União Europeia, elege o Presidente da Comissão Europeia e passa a ter um papel de controlo, ao nível da política externa e de segurança comum, que é inédito na União Europeia. Há, por isso, um reforço claro do papel do Parlamento Europeu.

Mas o Tratado reforça também a Comissão Europeia, alargando as suas competências, nomeadamente em matéria de justiça e assuntos internos, e acaba por reforçá-la, ao integrar como seu vice-presidente, a figura que vai assumir o papel de alto representante para os negócios estrangeiros e política de segurança.

Também o Conselho Europeu é, obviamente, reforçado, na sua estabilidade e na sua coerência, com a designação de um presidente permanente.

O reforço do método comunitário e a extensão da maioria qualificada aumentam, por isso, a capacidade de a União chegar a compromissos onde, indispensavelmente, se deve ter em conta a conjugação dos interesses dos Estados-membros.



Mas, Srs. Deputados, nas questões institucionais é frequente ouvirmos falar do medo dos poderosos ou da teoria do directório. Onde é que já ouvimos isto? Já ouvimos isto várias vezes! Posso dizer-vos que ouvimos isto em todas as revisões dos Tratados europeus. Ouvimos em Maastricht, ouvimos em Amesterdão, ouvimos em Nice, voltamos agora a ouvir em Lisboa.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — É verdade!

O Sr. **Secretário de Estado dos Assuntos Europeus**: — Mas a verdade é só uma: Portugal nunca se enfraqueceu com a evolução da integração europeia, muito pelo contrário, Portugal, com a evolução da integração europeia, só se reforçou. Esta ideia de que Portugal não se reforça só pode vir da imaginação de quem vê a integração europeia como um jogo de soma nula.

Ao mesmo tempo que reforça as instituições, o Tratado de Lisboa reforça também a coerência, muito em particular, da acção externa da União Europeia, a qual é muito importante.

A União Europeia tem um papel especial no mundo, a União Europeia age de acordo com os seus princípios fundadores: os direitos do homem, da democracia, dos direitos fundamentais. E, por isso, esta voz mais coerente da União Europeia não tem apenas o intuito de ocupar um lugar à mesa, é para acrescentar algo às relações internacionais. Não é por acaso que a União Europeia, o modelo europeu aparece particularmente bem adaptado na nova cena internacional, no novo contexto internacional, marcado pela emergência de novas potências, pela procura de consensos globais em problemas que são globais e pela partilha de soberania.

Não é por acaso, dizia eu, que a União Europeia tem vindo a liderar várias destas negociações ao nível das alterações climáticas, ao nível da alteração das regras de supervisão do sistema financeiro internacional.

A verdade, por isso, é que, quando olhamos para a actuação da União Europeia também a ideia do «imperialismo» da União Europeia cai por terra.

Um terceiro factor, no Tratado de Lisboa, que merece ser destacado é a aproximação ao cidadão: desde logo, o reforço dos instrumentos de defesa e garantia do cidadão, consagrados na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia; o direito de iniciativa popular; e a introdução de uma cláusula social horizontal, que se aplica a todas as políticas da União.

A verdade também é que, quando olhamos para aqui, e nomeadamente para a Carta Social integrada no Tratado, para esta cláusula social horizontal, também se desfaz o mito de que a União Europeia é um projecto neoliberal. Muito pelo contrário, a União Europeia reforça a cidadania e o modelo social europeu — muito em particular, isto é reforçado pelo Tratado de Lisboa.

Uma última palavra sobre os Parlamentos nacionais, que, é preciso dizê-lo, passam a ter um papel importante na integração europeia através do controlo da subsidiariedade, do reforço da informação não só por parte da Comissão Europeia mas também do Parlamento Europeu, dos Estados-membros, do Tribunal de Justiça, do Banco Central Europeu, do Banco Europeu de Investimento, ao nível de projectos legislativos, da revisão dos Tratados — que, ao contrário do que foi dito, não se torna mais difícil, pelo contrário, existe um processo simplificado, inserido, pela primeira vez, para a revisão dos Tratados, no Tratado de Lisboa —, e do controlo e participação nas áreas de justiça e assuntos internos.

No que diz respeito ao Governo português, Sr. Presidente e Srs. Deputados, e como hoje já tive a oportunidade de afirmar na Comissão de Assuntos Europeus, o Governo está totalmente disponível para trabalhar com a Assembleia da República no desempenho deste papel acrescido e destas competências acrescidas dos Parlamentos nacionais e, muito em particular, da Assembleia da República.

O Governo colaborará, no que depender de si, para esse desempenho.

É, pois, com agrado, que vejo que a grande maioria desta Câmara está disposta a reconhecer estas competências e com vontade de assumir esse papel e que, ao fazer isso, reforça a posição de Portugal.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros e demais Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, assim se conclui o debate sobre a entrada em vigor do Tratado de Lisboa e a nossa ordem do dia de hoje.

Amanhã, reuniremos em sessão plenária às 15 horas.

Na primeira parte da nossa ordem de trabalhos, haverá declarações políticas, seguindo-se-lhes, depois, a apreciação conjunta dos seguintes diplomas: projectos de lei n.ºs 2/XI (1.ª) — Determina as condições da revisão do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos ensinos Básico e Secundário, e as condições da sua realização (PCP), 13/XI (1.ª) — Suspende do processo de avaliação de desempenho de educadores de infância e professores do ensino básico e secundário e cria uma unidade de missão para a elaboração de um novo modelo de avaliação (BE), 36/XI (1.ª) — Suspensão do modelo de avaliação do desempenho do pessoal docente (CDS-PP) e projectos de resolução n.ºs 2/XI (1.ª) — Recomenda ao Governo a abertura imediata do processo de Revisão do Estatuto da Carreira Docente com vista à extinção da divisão entre professores titulares e professores (BE), 3/XI (1.ª) — Recomenda a suspensão da avaliação dos docentes do ensino público não superior (PEV), 9/XI (1.ª) — Sobre a suspensão da avaliação do desempenho do pessoal docente e consequente alteração dos mecanismos de avaliação (CDS-PP), 12/XI (1.ª) — Sobre alteração do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário (CDS-PP) e 14/XI (1.ª) — Recomenda que, no âmbito do processo negocial em curso e no prazo de trinta dias, seja revogada a divisão da carreira docente nas categorias hierarquizadas de «Professor» e «Professor titular» e seja concretizado um novo regime de avaliação do desempenho dos docentes (PSD).

Está encerrada a sessão.

*Eram 18 horas e 56 minutos.*

---

#### Actas relativas à eleição dos membros de delegações da Assembleia da República para organizações internacionais

Aos onze dias do mês de Novembro de dois mil e nove procedeu-se à eleição da Delegação da Assembleia da República à União Interparlamentar.

O resultado obtido foi o seguinte:

Votantes — 219

Votos «sim» — 161

Votos brancos — 54

Votos nulos — 4

Nos termos legais aplicáveis, face ao resultado obtido, declaram-se eleitos para a Delegação da Assembleia da República à União Interparlamentar os seguintes membros:

##### Efectivos

Alberto Bernardes Costa (PS)

Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva (PPD/PSD)

Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz (PS)

José Eduardo Rego Mendes Martins (PPD/PSD)

Rosalina Maria Barbosa Martins (PS)

Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco (PPD/PSD)

José Miguel de Abreu de Figueiredo Medeiros (PS)

João Rodrigo Pinho de Almeida (CDS-PP)

##### Suplentes

Emídio Guerreiro (PPD/PSD)

Fernando Manuel de Jesus (PS)

António Egreja Leitão Amaro (PPD/PSD).

Para constar, se lavrou a presente acta que vai ser devidamente assinada.

Os Deputados Escrutinadores, *Paulo Batista Santos — Maria Paula Cardoso — Rosa Maria Albernaz — Celeste Correia — Abel Baptista.*

---

Aos onze dias do mês de Novembro de dois mil e nove, procedeu-se à eleição da Delegação da Assembleia da Republica à Assembleia Parlamentar da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa.

O resultado obtido foi o seguinte:

Votantes — 218

Votos «sim» — 170

Votos brancos — 46

Votos nulos — 2

Nos termos legais aplicáveis, face ao resultado obtido, declaram-se eleitos para a Assembleia Parlamentar da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa os seguintes membros:

Efectivos

João Barroso Soares (PS)

António Joaquim Almeida Henriques (PPD/PSD)

Maria Antónia Moreno Areias de Almeida Santos (PS)

Luís Álvaro Barbosa de Campos Ferreira (PPD/PSD)

Osvaldo Alberto Rosário Sarmiento e Castro (PS)

Jorge Fernando Magalhães da Costa (PPD/PSD)

Suplentes

Deolinda Isabel da Costa Coutinho (PS)

Teresa Margarida Figueiredo de Vasconcelos Caeiro (CDS-PP).

Para constar, se lavrou a presente acta que vai ser devidamente assinada.

Os Deputados Escrutinadores, *Paulo Batista Santos — Maria Paula Cardoso — Rosa Maria Albernaz — Celeste Correia — Abel Baptista.*

---

Aos onze dias do mês de Novembro de dois mil e nove, procedeu-se à eleição da Delegação da Assembleia da República à Assembleia Parlamentar do Atlântico Norte (NATO)

O resultado obtido foi o seguinte:

Votantes — 219

Votos «sim» — 155

Votos brancos — 59

Votos nulos — 5

Nos termos legais aplicáveis, face ao resultado obtido, declaram-se eleitos os seguintes membros:

Efectivos

José Manuel Lello Ribeiro de Almeida (PS)

José Luís Fazenda Arnaut Duarte (PPD/PSD)

Júlio Francisco Miranda Calha (PS)

José Álvaro Machado Pacheco Pereira (PPD/PSD)

António Alves Marques Júnior (PS)

Manuel Filipe Correia De Jesus (PPD/PSD)

Vitalino José Ferreira Prova Canas (PS)

Suplentes

João Guilherme Nobre Prata Fragoso Rebelo (CDS-PP)

Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte (PPD/PSD)

Luísa Maria Neves Salgueiro (PS)

Luís Filipe Montenegro Cardoso de Moraes Esteves (PPD/PSD)

Jorge Manuel Capela Gonçalves Fão (PS)

Lúcio Maria Ferreira (PS).

Para constar, se lavrou a presente acta que vai ser devidamente assinada.

Os Deputados Escrutinadores, *Paulo Batista Santos — Maria Paula Cardoso — Rosa Maria Albernaz — Celeste Correia — Abel Baptista.*

---

Aos onze dias do mês de Novembro de dois mil e nove, procedeu-se à eleição da Delegação da Assembleia da República à Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa (e, por inerência, da União da Europa Ocidental/UEO).

O resultado obtido foi o seguinte:

Votantes — 220

Votos «sim» — 178

Votos brancos — 36

Votos nulos — 6

Nos termos legais aplicáveis, face ao resultado obtido, declaram-se eleitos os seguintes membros:

Efectivos

José Eduardo Vera Cruz Jardim (PS)

João Bosco Soares Mota Amaral (PPD/PSD)

Francisco José Pereira de Assis Miranda (PS)

José Mendes Bota (PPD/PSD)

Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina (PS)

Agostinho Correia Branquinho (PPD/PSD)

Maria Manuela de Melo Pinheiro Antunes (PS)

Suplentes

Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia (CDS-PP)

Jorge Cláudio de Bacelar Gouveia (PPD/PSD)

Ana Catarina Veiga Santos Mendonça Mendes (PS)

Maria Luísa Roseira da Nova Ferreira de Oliveira Gonçalves (PPD/PSD)

Inês de Saint-Maurice de Esteves de Medeiros Vitorino de Almeida (PS)

José Manuel Marques da Silva Pureza (BE)

Paulo Alexandre de Carvalho Pisco (PS).

Para constar, se lavrou a presente acta que vai ser devidamente assinada.

Os Deputados Escrutinadores, *Paulo Batista Santos — Maria Paula Cardoso — Rosa Maria Albernaz — Celeste Correia — Abel Baptista.*

---

Aos onze dias do mês de Novembro de dois mil e nove, procedeu-se à eleição da Delegação da Assembleia da República à Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo.

O resultado obtido foi o seguinte:

Votantes — 220

Votos «sim» — 166

Votos brancos — 49

Votos nulos — 5

Nos termos legais aplicáveis, e face ao resultado obtido, declaram-se eleitos para a Delegação da Assembleia da República à Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo os seguintes membros:

Efectivos

José Carlos Correia Mota De Andrade (PS)

António Edmundo Barbosa Montalvão Machado (PPD/PSD)

Renato Luís de Araújo Forte Sampaio (PS)

Maria da Conceição Feliciano Antunes Bretts Jardim Pereira (PPD/PSD)

Vítor Manuel Bento Baptista (PS)

Suplentes

Maria das Mercês Gomes Borges da Silva Soares (PPD/PSD)

Teresa do Rosário Carvalho de Almeida Damásio (PS)

Nuno Miguel Miranda de Magalhães (CDS-PP).

Para constar, se lavrou a presente acta que vai ser devidamente assinada.

Os Deputados Escrutinadores, *Paulo Batista Santos — Maria Paula Cardoso — Rosa Maria Albernaz — Celeste Correia — Abel Baptista.*

—

Aos onze dias do mês de Novembro de dois mil e nove, procedeu-se à eleição da Delegação da Assembleia da República à Assembleia Parlamentar Euro-Mediterrânica.

O resultado obtido foi o seguinte:

Votantes — 219

Votos «sim» — 164

Votos brancos — 51

Votos nulos — 4

Nos termos legais aplicáveis, e face ao resultado obtido, declaram-se eleitos para a Delegação da Assembleia da República à Assembleia Parlamentar Euro-Mediterrânica os seguintes membros:

Efectivos

Eduardo Arménio do Nascimento Cabrita (PS)

Fernando Mimoso Negrão (PPD/PSD)

Ricardo Manuel de Amaral Rodrigues (PS)

Suplentes

Carlos Alberto Silva Gonçalves (PPD/PSD)

José Manuel Pereira Ribeiro (PS).

Para constar, se lavrou a presente acta que vai ser devidamente assinada.

Os Deputados Escrutinadores — *Paulo Batista Santos — Maria Paula Cardoso — Rosa Maria Albernaz — Celeste Correia — Abel Baptista.*

—

Aos onze dias do mês de Novembro de dois mil e nove procedeu-se à eleição da Delegação da Assembleia da República à Assembleia Interparlamentar do Fórum dos Parlamentos de Língua Portuguesa/Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

O resultado foi o seguinte:

Votantes — 219

Candidatos propostos — LISTA A

Efectivos

Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho (PS)

Arménio dos Santos (PPD/PSD)

Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro (PS)

Adriano Rafael de Sousa Moreira (PPD/PSD)

Maria Manuela de Almeida Costa Augusto (PS)

Suplentes

José Hélder Amaral (CDS-PP)

Fernando José Mendes Rosas (BE)

Paula Alexandra Sobral Guerreiro Santos Barbosa (PCP)

Maria Paula da Graça Cardoso (PPD/PSD)

Glória Maria da Silva Araújo (PS)

Votos «sim» — 189

Votos brancos — 25

Votos nulos — 5

Nos termos legais aplicáveis e face ao resultado obtido, declaram-se eleitos para a Delegação da Assembleia da República à Assembleia Interparlamentar do Fórum dos Parlamentos de Língua Portuguesa/Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa os candidatos propostos.

Para constar, se lavrou a presente acta que vai ser devidamente assinada.

Os Deputados Escrutinadores, *Paulo Batista Santos — Maria Paula Cardoso — Rosa Maria Albernaz — Celeste Correia — Abel Baptista.*

---

Aos onze dias do mês de Novembro de dois mil e nove, procedeu-se à eleição da Delegação da Assembleia da República ao Fórum Parlamentar Ibero-Americano.

O resultado obtido foi o seguinte:

Votantes — 220

Votos «sim» — 194

Votos brancos — 23

Votos nulos — 3

Nos termos legais aplicáveis e face ao resultado obtido, declaram-se eleitos para a Delegação da Assembleia da República ao Fórum Parlamentar Ibero-Americano os seguintes membros:

Efectivos

João Miguel de Melo Santos Taborda Serrano (PS)

José de Almeida Cesário (PPD/PSD)

Marcos Sá Rodrigues (PS)

Hugo José Teixeira Velosa (PPD/PSD)

João Pedro De Aleluia Gomes Sequeira (PS)

---

Suplentes

Paulo Sacadura Cabral Portas (CDS-PP)  
João Pedro Furtado da Cunha Semedo (BE)  
João Guilherme Ramos Rosa de Oliveira (PCP)  
Carlos António Páscoa Gonçalves (PPD/PSD)  
António Ribeiro Gameiro (PS)  
Celeste Maria Reis Gaspar dos Santos Amaro (PPD/PSD)

Para constar, se lavrou a presente acta que vai ser devidamente assinada.

Os Deputados Escrutinadores, *Paulo Batista Santos — Maria Paula Cardoso — Rosa Maria Albernaz — Celeste Correia — Abel Baptista.*

---

*Deputados não presentes à sessão por se encontrarem em missões internacionais:*

Partido Socialista (PS):

Alberto Bernardes Costa  
João Barroso Soares

Partido Social Democrata (PSD):

Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco  
Fernando Mimoso Negrão  
João Bosco Soares Mota Amaral  
José Mendes Bota

*Deputados que faltaram à sessão:*

Partido Socialista (PS):

Fernando Ribeiro Moniz  
Frederico de Oliveira Castro

Partido Social Democrata (PSD):

Carlos António Páscoa Gonçalves  
José de Almeida Cesário  
Maria Paula da Graça Cardoso  
Sérgio André da Costa Vieira

Partido Popular (CDS-PP):

João Rodrigo Pinho de Almeida  
Pedro Manuel Brandão Rodrigues